



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 23

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 15 de maio de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Iniciada a sessão com a chamada dos Srs. Deputados passou para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Ao abrigo do artigo 73º do Regimento da ALRAA foram apresentados diversos votos:

- [Voto de Congratulação pela «atribuição do Prémio Sir Geoffrey Jellicoe, por parte da Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas, ao arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles»](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, usou da palavra os Srs. Deputado António Marinho (*PSD*) e André Rodrigues (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos «60 anos de emigração açoriana para o Canadá»**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter feito a sua apresentação o Sr. Deputado José San-Bento, seguido de uma intervenção por parte do Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

- **Voto de Congratulação pelo «centenário da “Sociedade do Santo Cristo de San Mateo County”»**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Andrade, a quem coube a apresentação do voto, e o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

- **Voto de Congratulação pela «celebração dos 75 Anos do Sport Club Marítimo»**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Domingos Cunha, usando de seguida da palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*).

O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação «pelo facto da equipa de seniores masculinos do Sporting Clube de Guadalupe ter vencido, mais uma vez, na sua já longa história, o Campeonato da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo na época desportiva de 2012/2013»**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José Ávila, usou de seguida da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela celebração do «50º aniversário do Agrupamento 171 do Corpo Nacional de Escutas»**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o mesmo, usaram da palavra o Sr. Deputado Luís Garcia, que procedeu à leitura do voto, e o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela «subida do Sporting Clube Ideal à II Divisão Nacional de Futebol»**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*).

Aquando da votação, o voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Dando continuidade ao período de tratamento de assuntos políticos, passou-se para as declarações políticas, usando para o efeito da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e Luís Silveira (*CDS-PP*).

Sobre a primeira, usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Andrade (*PSD*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Sobre a segunda usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), António Pedroso (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Posteriormente passou-se para a Agenda da Reunião onde foram debatidas e votadas diversas iniciativas políticas.

- **Projeto de Resolução n.º 23/X – “Criação do Museu da Ilha do Corvo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, iniciou-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), José Andrade (*PSD*), Francisco Silva (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Silveira (*CDS-PP*) e o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2009/A, de 5 de junho (PROMEDIA II – Programa Regional de apoio à comunicação social privada para o quadriénio 2009-2012)”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado José Andrade, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Moura (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco Coelho (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Andrade (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- **Projeto de Resolução n.º 24/X – “Recomenda ao Governo que reforce os meios das Juntas de Freguesia para a limpeza de Ribeiras e realize um plano especial de ações de limpeza e prevenção de riscos de cheias e deslizamentos”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

No debate participaram os Srs. Deputados Aníbal Pires, que usou primeiramente da palavra para fazer a apresentação da iniciativa, Luís Maciel (*PS*), Luís Rendeiro (*PSD*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Parreira (*PS*), as Sras. Deputadas Zuraída Soares (*BE*) e Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

- **Petição n.º 21/2012 – “Impactes ambiental, geológico, hidrológico do projeto viário em construção na ilha de São Miguel, em modelo de parceria público privado”**, apresentada por Maria Luísa Alves da Câmara Teves, **na qualidade de 1.ª subscritora**;

Apresentado o relatório pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, relatora da CAPAT, proferiram intervenções a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), e os Srs. Deputados José Andrade (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Silveira (*CDS-PP*) e Pedro Moura (*PS*).

- **Proposta de Resolução n.º 2/X – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013”**, apresentada pela Mesa da Assembleia, a qual foi aprovada por unanimidade.

- **Autorização para prestação de depoimento judicial, na qualidade de testemunha, do Deputado Lizuarte Manuel Machado, no âmbito do processo n.º 122/12.5TBSRQ-A.**

O relatório da Comissão foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 35 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos proceder à chamada. Sr. Secretário faça o favor.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Carlos Martins Maciel

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**
António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**
Francisco José Ferreira **Silva**

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declara aberta a sessão. Pode entrar o público.

A manhã de hoje está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos. Vamos começar pelos votos.

Para apresentação de um Voto de Congratulação pela Representação Parlamentar do PPM, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Berto Messias (PS): O Partido Socialista não recebeu este voto!

Presidente: Pergunto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se distribuiu o seu voto aos restantes líderes parlamentares?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, eu dei instruções nesse sentido.

Presidente: Entregou?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dei instruções nesse sentido, mas não tendo o Partido Socialista recebido o voto, não sei se os outros partidos receberam? Não?

Há aqui uma falha de comunicação.

Presidente: Ou passamos para amanhã, ou se entendem que pode ser lido...

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para a leitura do Voto de Congratulação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito obrigado, pela sua tolerância e aos restantes membros do Parlamento.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Atribuição do Prémio Sir Geoffrey Jellicoe, por parte da Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas, ao arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles

No passado dia 10 de abril, a Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas, distinguiu o arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, fundador do Partido Popular Monárquico, com Nobel da Arquitetura Paisagista, o Prémio Sir Geoffrey Jellicoe.

O arquiteto Ribeiro Telles foi o principal responsável pela introdução da política ambiental e ecológica em Portugal. O seu trabalho foi verdadeiramente precursor no âmbito do planeamento e ordenamento do nosso território. Foi também um dos fundadores do Partido Popular Monárquico (23 de maio de 1974), partido que dirigiu, de forma carismática, entre as décadas de 70 e 90 do século passado.

Gonçalo Ribeiro Telles foi, em representação do PPM, Subsecretário de Estado do Ambiente nos I, II e III Governos Provisórios. Em outubro de 1975, foi nomeado Secretário de Estado do Ambiente do I Governo Constitucional. Dessa forma deu um contributo decisivo para a afirmação da democracia em Portugal. Em 1979 fundou, conjuntamente com Francisco Sá Carneiro e o líder democrata-cristão de então, a Aliança Democrática. O triunfo nas eleições desse ano permitiu à AD formar o VI Governo Constitucional. Ribeiro Telles desempenhou, em representação do PPM, o cargo de Ministro de Estado e da Qualidade de Vida no VIII Governo Constitucional, liderado por Pinto Balsemão, entre 1981 e 1983. Nesse período, Gonçalo Ribeiro Telles criou a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN). Lançou as bases dos Planos Diretores Municipais (PDM) e projetou o essencial dos futuros Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT).

Uma obra notável, que marcou decisivamente as políticas de ordenamento do território, da conservação da natureza e do planeamento urbanístico. É essa a obra, de enorme relevância e originalidade criativa, que foi agora consagrada e reconhecida ao mais alto nível internacional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste Voto de Congratulação, pela atribuição do Prémio Sir Geoffrey Jellicoe ao arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles.

Horta, 15 de maio de 2013

O Deputado do PPM: Paulo Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles é uma personalidade importante na sociedade portuguesa e é uma das referências da Democracia em Portugal.

É um político respeitado que teve uma ação especialmente relevante num período que certamente foi difícil para Portugal.

O arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles foi um ambientalista muito antes de haver ambientalistas.

O seu reconhecimento internacional é por isso mais do que merecido.

Nesse sentido, o PSD associa-se a este voto apresentado pelo PPM.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com muito gosto a este voto do PPM.

É uma figura notável nas questões do ordenamento do território e na gestão dos nossos recursos naturais, reconhecendo todas as suas contribuições ao longo da sua vida e o seu impacto incomparável e duradouro no bem-estar da sociedade, do ambiente e na promoção da profissão.

Obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação sobre os 60 anos de emigração açoriana para o Canadá, pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

60 anos de emigração açoriana para o Canadá

A 13 de maio de 1953, atracava no porto de Halifax, no Canadá, o navio Saturnia, transportando os primeiros açorianos para aquele destino. Esta data marca, assim, o início da emigração dos Açores para o Canadá.

Nos anos e décadas seguintes, todas as ilhas dos Açores viram partir muitas mulheres, homens e crianças que rumaram em busca de novos horizontes e de melhores oportunidades, estabelecendo comunidades e instituições açorianas em diversos pontos do território do Canadá.

Passados, precisamente, 60 anos, é visível e amplamente reconhecido o importante contributo dos Açorianos para o desenvolvimento e o progresso do

Canadá. As comunidades açorianas constituíram, e constituem, um exemplo de integração económica, social, cívica e política no seu país de acolhimento.

Por outro lado, estes Açorianos da Diáspora mantiveram sempre presente a sua identidade insular, bem como o interesse e contributo para o desenvolvimento da sua Região, forjando pontes entre a origem e o destino, numa persistente e frutuosa ligação afetiva entre os dois lados do Atlântico.

Com efeito, os Açorianos emigrados e os seus descendentes conservam acesa a chama da Açorianidade, através da preservação da nossa forma de estar e de ser no mundo, da língua portuguesa e das nossas mais profundas tradições e costumes. Do mesmo modo, têm correspondido, com sucesso, à missão de transmitir às novas gerações de açor-descendentes a herança que orgulhosamente assumem.

Celebrar os 60 anos de emigração açoriana para o Canadá constitui, pois, um justo reconhecimento do trajeto dos açorianos e descendentes de açorianos residentes no Canadá, bem como dos que regressaram às suas origens.

Com este voto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores homenageia, em suma, todos os pioneiros da emigração para o Canadá e os milhares de açorianos que se lhes seguiram, enquanto embaixadores empenhados e orgulhosos da Açorianidade.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em 15 de maio de 2013, aprove o presente Voto de Congratulação pela celebração dos 60 anos de emigração açoriana para o Canadá, do qual deverá ser dado conhecimento a todas as Casas dos Açores e instituições açorianas no Canadá.

Horta, sala das sessões, 15 de Maio de 2013

Os Deputados Regionais: Berto Messias, José San-Bento, Benilde Oliveira, Rogério Veiros e Pedro Moura.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente, e até emotivamente, a este voto proposto pelo PS para assinalar os 60 anos, que agora passam sobre a data de 13 de maio de 1953, em que desembarcaram no porto de Halifax os primeiros açorianos que viajavam no Saturnia.

Não teríamos proposto propriamente um Voto de Congratulação pela emigração açoriana para o Canadá. Teríamos proposto, mais apropriadamente, um Voto de Saudação...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... aos milhares e milhares de açorianos que desde então dignificam o bom nome dos Açores em terras canadianas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Reconhecemos o sacrifício da nossa emigração e homenageamos o esforço das nossas comunidades.

O sucesso dos açorianos no Canadá, desde o emigrante mais anónimo até o descendente mais notável, merece bem esta nossa homenagem.

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo passemos então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para apresentação de um Voto de Congratulação sobre o Centenário da Sociedade do Santo Cristo da Califórnia, pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Centenário da Sociedade do Santo Cristo da Califórnia

O culto popular do Senhor Santo Cristo dos Milagres nasceu em Ponta Delgada com a primeira procissão em 1700 e atravessou o Atlântico a bordo dos corações açorianos que fundaram e dignificaram a nossa Diáspora.

Primeiro, no Brasil:

O Bairro do Santo Cristo da zona portuária do Rio de Janeiro deve o seu nome à igreja construída para acolher e louvar, desde então e ainda hoje, uma Imagem do Ecco Homo levada por açorianos para terras de Vera Cruz em 1850.

Finalmente, no Canadá:

O destino mais recente (mas não menos importante) da emigração açoriana – que comemora este mês 60 anos sobre a viagem do primeiro contingente oficial transportado pelo “Satúrnia” a 13 de maio de 1953 – festeja intensamente o “nosso” Santo Cristo desde os anos 60 nas grandes comunidades de Toronto e Montreal, desde os anos 70 nas longínquas comunidades de Winnipeg e Edmonton e, até, desde os anos 80 na comunidade açoriana da capital canadiana de Ottawa.

Entretanto, nos Estados Unidos da América:

A “cidade açoriana” de Fall River, com uma centenária igreja paroquial agora desativada, e a nossa comunidade de Cambridge nos arredores de Boston, com uma festa anual de crescente dimensão, mantêm o culto na Nova Inglaterra. Mas o Senhor Santo Cristo dos Milagres é festejado também no outro lado da América, pela comunidade açoriana do Estado da Califórnia. Completam-se agora 100 anos.

No mesmo domingo em que os açorianos de São Miguel se reuniram no berço global do Campo de S. Francisco para cumprirem o culto multissecular, também os açorianos da Califórnia se concentraram nos arredores da grande cidade de San Francisco para comemorarem, popularmente e condignamente, o centenário da sua festa local em honra do Senhor Santo Cristo dos Milagres –

com missa solene, grande procissão e arraial popular junto à Igreja Católica de Todas as Almas.

Foi a 5 de maio de 1913 que a Real Associação Autónoma Micaelense do Massachusetts atravessou a América para fundar, como sua dependência no Estado da Califórnia, a “Sociedade do Santo Cristo de San Mateo County” em South San Francisco.

O primeiro registo deste culto no maior Estado norte-americano remonta a 1907 na demolida Igreja de S. José de Oakland, mas é a partir da fundação desta Sociedade que a Festa do Senhor Santo Cristo assume e mantém organização, dimensão, dignidade e longevidade em terras da Califórnia.

100 anos depois da sua festa fundacional, o espírito religioso e a capacidade empreendedora da comunidade açoriana do sul de San Francisco fazem do culto do Senhor Santo Cristo uma devoção indizível e uma manifestação indivisível, tornando mais forte a nossa religiosidade e mais global a nossa açorianidade.

O centenário, que agora ocorre, da fundação da Sociedade do Santo Cristo da Califórnia, que criou e mantém uma das nossas mais significativas manifestações sócio-religiosas na costa oeste dos Estados Unidos da América, merece, por isso, a sentida congratulação do primeiro órgão representativo dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação pelo centenário da “Sociedade do Santo Cristo de San Mateo County”, festejado a 5 de maio de 2013 em South San Francisco pela comunidade açoriana do Estado da Califórnia, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva entidade.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2013

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e José Andrade

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com o maior gosto a este Voto de Congratulação que mais uma vez saúda aqueles que mantiveram as nossas tradições além-fronteiras.

O culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres é, de facto, um culto que ultrapassa muito a Ilha de São Miguel e os Açores. A prova disso é que, sendo a maioria dos emigrantes da Califórnia oriundos das Ilhas do Grupo Central, nomeadamente da Terceira e de São Jorge, quiseram também associar-se a esta Festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que é uma festa dos Açores.

Queremos congratular-nos e dizer que o Governo dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, sempre tem mantido com estas instituições o diálogo e o apoio possível, dando-lhes a possibilidade de manterem ligações aos Açores, dando-lhes a possibilidade de manterem-se ligados à sua terra Natal e cumprirem as suas tradições.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação sobre os 75 anos do Sport Clube Marítimo, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

75º aniversário do Sport Clube Marítimo

O Sport Club Marítimo, com sede no Bairro do Corpo Santo, freguesia da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo, é uma coletividade desportiva fundada a 04 de maio de 1938.

No passado dia 4 de maio completou 75 anos de existência.

Ao longo do seu vasto historial desportivo e cultural, o Sport Club Marítimo foi considerado um “viveiro de jogadores”, pois foi deste clube que saíram alguns dos melhores jogadores de futebol da ilha Terceira, para as equipas locais como para as nacionais e europeias, sendo o caso mais recente e conhecido o do atleta Eliseu, internacional A pela seleção de Portugal.

Nos escalões de formação – “Escolas” e “Principiantes”, venceu vários campeonatos de ilha, tal como na categoria de “Reservas”, e em Séniores venceu por três vezes o Campeonato de ilha e outros torneios de futebol organizados pela Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Foi por três vezes representante à Taça de Portugal onde defrontou o Riopele e, por duas vezes, o Portosantense.

Efetuiu várias digressões à América e ao Canadá, onde realizou vários jogos de futebol junto das nossas comunidades, chegando a ser considerada, na altura, a melhor equipa Açoriana que até então lá tinham jogado.

O Sport Club Marítimo, além do futebol, teve equipas de Hóquei em Patins, de Vela, de Atletismo e de Ciclismo, tendo sido três vezes campeão nesta modalidade na categoria por equipas e individual.

Nas épocas de 1998/1999 e 1999/2002 teve equipas de Ténis de Mesa, tendo vencido várias provas a nível regional.

Atualmente possui equipas de Futsal nos escalões de formação e seniores.

No âmbito sócio-cultural, o Sport Club Marítimo, desde o ano de 1955, que realiza vários eventos culturais na sua sede e esplanada, tendo sido considerado o “Cantinho do Fado”, pelas várias noites de fado que realizou e onde participaram os fadistas terceirenses: Ariovalda Maria, Joaquim dos Fados, Henrique Cordeiro, Olivério Ribeiro, Francisco Vieira, Manuel Gorgita, Francisco Xavier e outros, a par de fadistas vindos do continente, como Raúl Jorge, Cristina Branco e João Pedro.

Era e é desta e de outras atividades culturais que as Direções têm gerido o “Marítimo do Corpo Santo”, como é popularmente conhecido, conseguem angariar fundos para a sua manutenção.

Em Setembro de 1982, um incêndio destruiu a sede e toda a documentação histórica existente sobre este clube, razão pela qual, não ser possível recuperar mais dados do passado desta coletividade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de maio, que aprove um Voto de Congratulação pela celebração dos 75 Anos do Sport Club Marítimo, e que seja dado conhecimento deste Voto aos seus Órgãos Sociais, à Junta de Freguesia da Conceição e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2013.

Os Deputados Regionais: Domingos Cunha, Berto Messias, António Toste, Paulo Borges e Francisco Coelho.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Exma. Senhora Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Congratulação pelo 75º Aniversário do Sport Clube Marítimo, um histórico do desporto terceirense e regional, pelos motivos que aqui estão expostos no voto, mas também porque este clube demonstra, apesar de hoje em dia ter as dificuldades que estão inerentes às oscilações que o desporto e que o próprio clube tem sofrido ao longo do tempo, demonstrou, numa dada fase, também ser recetivo e ser um clube importante para as dificuldades de outros clubes, de outras modalidades.

Há um caso que me toca particularmente. É o caso de um clube que eu representei como atleta, o Clube de Judo de Angra do Heroísmo, que encontrou abrigo nas instalações do Sport Clube Marítimo, no final da década de 80,

aquando da ruína parcial do ginásio da Escola Secundária de Angra, onde exercíamos a nossa atividade, e fomos ajudados pelo Sport Clube Marítimo.

Mais uma razão a acrescentar a todas estas que aqui estão expressas no voto do Partido Socialista, ao qual nos associamos com alegria.

Felicitemos o Sport Clube Marítimo pelo 75º Aniversário.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação sobre o Clube Central Recreativo e Desportivo Sporting Clube de Guadalupe, tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

O Clube Central Recreativo e Desportivo Sporting Clube de Guadalupe surgiu a 7 de Abril de 1955, pela vontade e empenho dos seus sócios fundadores os senhores Gabriel Melo, Elisiário Silva, Reginaldo Silva, Albino Picanço e António das Flores.

Este clube introduziu, sete anos mais tarde, a atividade desportiva impulsionado por atletas que praticavam futebol noutros clubes da ilha e pela vontade expressa dos senhores Gabriel Melo, Luís Oliveira, João Silva (Berto) e Manuel Ramos.

O Sporting Clube de Guadalupe está sediado na freguesia mais central da Ilha Graciosa, outrora muito rica em cereais e agora o centro das atividades agrícola e pecuária.

O seu rico palmarés dá-lhe o estatuto de agremiação desportiva que mais vezes tem representado a Ilha Graciosa.

Este clube conseguiu a presença em três finais da Taça Açores, foi vencedor de três Taças da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, participou na Taça de Portugal, até à 2ª eliminatória, e foi também Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo em juniores B.

A 15 de Maio de 2011, este clube presidido por José Rodrigo da Silva Espínola e treinado por João Manuel Ávila Picanço, sagrou-se campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e, por isso, ganhou o direito de participar, pela primeira vez, na Série Açores da III Divisão Nacional de Futebol na época 2011/2012, tendo descido na época seguinte.

Este ano, no dia 5 de corrente mês de Maio, o Guadalupe, como é mais conhecida esta equipa ainda presidida por José Rodrigo da Silva Espínola e agora treinada por Luís Guerreiro, levou novamente de vencida esta prova que lhe dá acesso direto ao Campeonato Regional dos Açores na época desportiva 2013/2014.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 15 de Maio de 2013, emita o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da equipa de seniores masculinos do Sporting Clube de Guadalupe ter vencido, mais uma vez na sua já longa história, o Campeonato da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo na época desportiva de 2012/2013, acedendo, por esta via, ao Campeonato Regional dos Açores na próxima época desportiva. Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, equipa técnica, dirigentes, sócios e simpatizantes”.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento, além do referido Clube, à Junta de Freguesia de Guadalupe, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Futebol.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 15 de Maio de 2013.

Os Deputados Regionais: José Ávila, Berto Messias, José San-Bento, Francisco César e Miguel Costa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores naturalmente associa-se com gosto a este Voto de Congratulação.

Quer também felicitar todos os atletas, dirigente e massa associativa do Sporting Clube Guadalupe por mais uma vez conseguir sagrar-se campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e, com esse título, aceder ao agora Campeonato Regional dos Açores, antiga Série Açores da III Divisão.

Naturalmente que este é um esforço louvável, ainda para mais num ano em que o Sporting Clube Guadalupe se viu com maiores dificuldades e com menos apoios para poder efetuar as provas em que estava inserido.

Esse facto não impediu o extraordinário esforço e dedicação dos seus dirigentes, e também em particular do seu presidente, e o empenho de toda uma comunidade para que o Guadalupe pudesse levar de vencida esta prova.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação sobre o 50º aniversário do Agrupamento 171 do Corpo Nacional de Escutas, pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50º aniversário do Agrupamento 171 do Corpo Nacional de Escutas

O Agrupamento 171 do Corpo Nacional de Escutas nasceu oficialmente a 19 de Maio de 1963 como o corolário de um conjunto de iniciativas e de atividades que vinham sendo impulsionadas na freguesia das Angústias da cidade da Horta pelo Rev. Pe. Monsenhor Júlio da Rosa.

Foi primeiro chefe do Agrupamento o Sr. Hildeberto da Rosa Serpa, seguindo-se-lhe Jaime da Silva Alexandre, José Henrique Gonçalves Azevedo e Emanuel Eleutério da Silveira, que ocupa o lugar desde 2001.

A sede inicial do Agrupamento situava-se na Rua Monsenhor António Silveira de Medeiros, nas instalações da Acção Católica. Posteriormente, o Agrupamento mudou-se para o Forte de Porto Pim, ocupando agora o edifício da antiga escola das Pedreiras, no Bairro das Angústias, e que se revelam condignas e adequadas às atuais necessidades do Agrupamento.

Como qualquer instituição, ao longo dos seus 50 anos de atividade, conheceu momentos de maior fulgor e outros de maior apagamento. Mas a verdade é que durante este meio século de vida foram muitos os jovens que passaram pelo Agrupamento 171 e que foram indelevelmente marcados pelo ideal do Escutismo.

Nesta ocasião em que o Agrupamento 171 do Corpo Nacional de Escutas celebra o seu quinquagésimo aniversário, testemunhando o trabalho desenvolvido neste seu já longo percurso em prol da juventude e reconhecendo o lugar que tem tido no desenvolvimento e afirmação dos valores éticos, morais e humanos que acarinha e promove, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste Voto de Congratulação.

Deste voto deverá ser dado conhecimento ao Agrupamento 171 do Corpo Nacional de Escutas, à Junta de Núcleo da Ilha do Faial do CNE, à Junta Regional dos Açores do CNE, à Junta Central do CNE, à Junta de Freguesia das

Angústias, à Assembleia de Freguesia das Angústias e à Paróquia de Nossa Senhora das Angústias.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2013.

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Bruno Belo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cinquenta anos de existência do Agrupamento 171 do Corpo Nacional de Escutas é realmente uma marca, uma marca histórica pela importância que este agrupamento teve e continua a ter na Ilha do Faial, pelo facto também de ter sido o primeiro e de ter impulsionado muitos dos outros agrupamentos que existem hoje por toda a Ilha do Faial.

Esta importância é referida também hoje, aqui, pelo facto de ser no escutismo que muitos dos nossos filhos, das nossas crianças e jovens passam e recebem os ideais do escutismo, mas também pelo facto e pela importância que os escuteiros têm na Ilha do Faial e nas ilhas dos Açores.

Queria referir, nomeadamente, a questão do sismo de 1998, onde foram eles que, em situação de calamidade, estiveram ao lado da sociedade e ao lado das nossas populações.

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se irá associar com muito gosto a esse voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um Voto de Congratulação sobre a subida do Sporting Clube Ideal à II divisão nacional de Futebol, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Subida do Sporting Clube Ideal à II Divisão Nacional de Futebol

No passado dia 21 de abril o Sporting Clube Ideal granjeou o direito de participar na II Divisão Nacional de Futebol, que na próxima época se denominará Campeonato Nacional Seniores.

Ao vencer o Sport Clube Praiense, no Estádio Municipal da Ribeira Grande, o Ideal, como é conhecido, consagrou-se vice-campeão da III Divisão – Série Açores, alcançando a subida à II Divisão Nacional. Dessa forma, conseguiu o seu maior feito desportivo ao longo dos seus 82 anos de existência.

Essa vitória do Ideal e consequente subida de divisão é motivo de particular regozijo para todos os seus associados, dirigentes e desportistas que quotidianamente dão vida e constituem este clube. Mas é também extensivo a todos os que por este clube já passaram, em qualquer uma das condições referidas.

O Ideal foi fundado a 2 de fevereiro de 1931, pelos Senhores Manuel Morais da Costa e Gildo Furtado de Paiva e, em 1965, passou a denominar-se Sporting Clube Ideal quando se tornou a 132ª filial do Sporting Clube de Portugal.

O Sporting Clube Ideal desenvolveu e desenvolve, maioritariamente, a sua atividade na área do futebol, o que não impediu que o clube promovesse e acarinhasse outras modalidades, nomeadamente o atletismo e o ciclismo.

Presentemente, o Ideal aposta, de forma muito particular, nos seus escalões de formação de futebol, contribuindo assim para o incremento do gosto pela

prática desportiva, promovendo simultaneamente a prevenção primária no concelho mais jovem da região, a Ribeira Grande.

Tem sido decisivo para a continuidade do Ideal a determinação, persistência e voluntarismo que alguns dos seus dirigentes e associados empenham na concretização dos objetivos do clube. E que, só assim, têm conseguido que o Clube seja merecedor de respeito e relevo muito para além do concelho, impondo-se no contexto desportivo regional e esperamos que a notoriedade continue a nível nacional, nesta nova etapa do Ideal.

No seu palmarés, além do feito agora alcançado, conta com a disputa, em três épocas consecutivas, da 3ª Divisão Nacional – Série Açores, de 1996 a 1999, proeza repetida nas épocas de 2001/2002 e 2012/2013. Conquistou a Taça de Honra de S. Miguel e a Taça Açores por mais do que uma vez, arrecadou, várias vezes, o título de Campeão de S. Miguel e, em 1989, conseguiu alcançar o título de Campeão dos Açores. Conta, ainda, com várias digressões aos Estados Unidos da América e Canadá, bem como inúmeras participações em torneios particulares disputados com clubes regionais e nacionais.

A atividade desportiva de modo permanente e consistente ao longo da sua existência e o seu particular e intenso empenho nos seus escalões de formação contribuíram de forma decisiva para que, em 2002, o Governo dos Açores atribuisse ao Sporting Clube Ideal o estatuto de Instituição de Utilidade Pública. Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 15 de maio, aprove e emita um voto de congratulação ao Sporting Clube Ideal pelo feito alcançado, a subida à II divisão nacional.

Do mesmo deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2013

Os Deputados Regionais: Berto Messias, Catarina Moniz Furtado, José San-Bento, Carlos Mendonça, Ricardo Cabral e Marta Couto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, congratularmo-nos com o Voto de Congratulação pela subida do Ideal à II Divisão Nacional, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relevando os serviços desportivos prestados pelo Sporting Clube Ideal, não só ao concelho da Ribeira Grande, mas aos Açores.

Recordo com saudade a capacidade formativa do Sporting Clube Ideal ao longo dos anos com quem tive oportunidade de, pessoalmente, conviver com alguns daqueles que foram os seus melhores valores futebolísticos, entre os quais o atual Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande,...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

O Orador: ... e de graciosos amigos meus, como o Prof. José Carlos Teixeira, radicado no Canadá.

Recordo bem os *derbies* Ribeira-grandenses entre o Ideal e o Benfica Águia que enchiam o municipal da Ribeira Grande e proporcionavam verdadeiros espetáculos desportivos, de qualidade, que em muito agradavam às populações.

Recordo pessoalmente, com saudade, esses tempos e reconheço, e aqui em nome do Grupo Parlamentar do PSD, os relevantes serviços prestados pelo Sporting Clube Ideal à Ribeira Grande e aos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos assim o período de apresentação de votos. Passamos às declarações políticas.

Para uma declaração política tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O atual Governo Regional tem vindo a implementar uma prática – herdada do anterior governo, mas que este tem sublimado com mestria – que é a autêntica governamentalização da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Todos/as nós estamos lembrados da saga do Memorando de Entendimento assinado, entre o anterior Governo Regional e o Governo da República. Após reiteradas promessas de que nada seria concluído sem o conhecimento prévio desta Assembleia, o facto é que, aqui, nesta Casa, tudo começou e acabou, com a distribuição de um documento, do qual constava o nome do então (e atual) Vice-Presidente do Governo Regional, sem qualquer explicação pela falta à palavra dada.

Já nesta legislatura, em assunto tão relevante, como a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, o Governo Regional teve o desplante de sonegar, a uma delegação deste Parlamento, informações rigorosas e pormenorizadas sobre o teor das negociações que tinha ultimado com o Governo da República, relativamente a matérias que a referida delegação iria defender, em nome dos Açores.

Por outro lado, até hoje, nenhum/a Deputado/a desta Assembleia conhece, de forma oficial, a proposta entregue ao Governo da República de alteração ao regime de serviço público de transportes aéreos, na Região.

Numa outra matéria tão relevante, para os Açores, como é a eventual privatização total da EDA, tudo é mantido no maior secretismo.

Estes são alguns exemplos de uma forma de atuação reiterada, a qual é bem reveladora do desprezo a que a Casa da Democracia Açoriana é votada por este Governo. A explicação tecnocrática que, por vezes, é avançada, para explicar esta linha de atuação, não passa disso mesmo e, como tal, é lesiva e corrosiva da nossa democracia representativa.

Porém, o deslante continua, no que diz respeito às negociações de uma matéria de primeiríssima importância, a saber, o futuro da Rádio e Televisão pública, nos Açores.

Aparentemente – e tal como já foi insinuado, ontem, neste Parlamento –, os/as representantes dos Açorianos/as devem participar, nas conferências de imprensa do Governo Regional, a fim de serem informados das suas decisões e diligências.

Sobre a RTP/Açores, só falta dizer que a Assembleia Legislativa deve ir, em peso, aos almoços do Senhor Presidente do Governo, para tomar conhecimento do que se está a tratar de relevante para a Região.

Não, Senhor Presidente! As regras da democracia, da Constituição da República e do nosso Estatuto Político-Administrativo exigem que seja o Governo a dar explicações antecipadas à Assembleia Legislativa, único órgão de governo próprio que representa todos/as os/as Açorianos/as.

No caso da empresa RTP, estamos a assistir a um ataque sem peias ao serviço público de rádio e televisão, conduzido pelo Governo da República, em linha com o ataque a todos os serviços públicos essenciais e, inegavelmente, os reflexos deste ataque são já bem visíveis, no Centro Regional dos Açores.

Neste quadro, a conjugação de forças, numa estratégia concertada de defesa do serviço público de rádio e televisão, nos Açores, seria e é um imperativo que se impõe. Lamentavelmente, o Governo Regional preferiu seguir outro caminho, o mesmo de sempre: sonegação de informações e de estratégias, à Assembleia Legislativa dos Açores.

Em conformidade, são absolutamente confrangedores os insistentes apelos do Senhor Presidente do Governo, para que os/as Açorianos/as e seus representantes se unam, em defesa dos Açores. Como a vida prova, essas proclamações não passam de retórica sem conteúdo e, pior ainda, sem substância mobilizadora.

Não acha o Governo Regional que, no mínimo, para um assunto desta relevância, a linha estratégica de negociação é assunto para análise e debate, neste Parlamento? Ou prepara-se o Governo Regional para repetir a cena do

Memorando, ou seja, apoiado na maioria parlamentar que o suporta, impor o facto consumado, sem apelo, nem agravo?

A Região Autónoma da Madeira, tanta vez e justamente - nesta Casa e fora dela - acusada de atropelos à democracia, teve o cuidado de, para uma questão deste melindre e importância, incorporar um vice-presidente da Assembleia Madeirense, no grupo de trabalho negocial.

E, já agora, Senhor Presidente do Governo Regional, a estratégia de negociação, em curso, parte da posição do Partido Socialista, exposta e defendida, neste Parlamento (e que era a do cumprimento, integral, da Constituição Portuguesa), ou parte da posição do candidato Vasco Cordeiro, de criação de uma empresa Regional?

Como se garantirá a desejada autonomia do serviço público de Rádio e Televisão, nos Açores, e como se defenderá a independência política dos órgãos redatoriais dos respetivos serviços?

Como se processará o preenchimento das profundas lacunas, em recursos humanos e técnicos, recursos estes que a decência e a dignidade de um serviço público exigem?

Como provará a Região, o seu apreço pelos/as trabalhadores/as da Rádio e Televisão pública que, ao longo de anos e anos, deram um contributo inestimável para a construção da Autonomia e a conservação da identidade açoriana, tantas vezes operando milagres técnicos de resistência e de missão?

É tempo do Governo Regional respeitar a Assembleia Legislativa dos Açores e defender a Democracia, abandonando a sua espúria governamentalização.

Deputado Francisco César (PS): Muito mal!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para a intervenção no debate.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que na primeira intervenção que faço neste plenário saúde o regresso a esta Casa do Sr. Deputado Joaquim Machado, desejando-lhe naturalmente as maiores felicidades no desempenho das suas funções.

Quanto à declaração política que está aqui em discussão, devo dizer que a Sra. Deputada Zuraida Soares aproveitou o tempo, que o Regimento lhe permite, na sua declaração política, para fazer acusações profundamente injustas e desprovidas de qualquer sentido ao Governo dos Açores e ao Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Subscrevo-as!

O Orador: Tem sido prática deste Governo dos Açores, e é bom dizê-lo que tem sido prática inquestionável do Partido Socialista nos Açores, nos últimos anos, o respeito pelas mais básicas regras do regime democrático em que vivemos, mas também das mais básicas regras da transparência que se quer...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a chamada transparência opaca! A transparência baça!

O Orador: ... e que se exige na atividade política.

Relativamente a esta legislatura temos tido, por parte do Governo dos Açores, uma postura de abertura, de diálogo e de consensos absolutamente irrepreensível.

Têm sido vários os momentos em que o Governo dos Açores tem promovido pontes, entendimentos e audições com parceiros sociais, com a sociedade açoriana e também com os partidos políticos.

É por isso que é preciso reiterar, apesar deste registo do Bloco de Esquerda nesta declaração política, e deixar claro desde já para memória futura, que o Partido Socialista (o atual Governo Socialista), pelos sinais políticos e pela postura que tem tido até agora, será com certeza um garante da transparência e

do respeito pela oposição e, felizmente, pelo regime democrático que nos rege nos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente às matérias que referiu, falou ali de variadíssimos exemplos, mas só referiu uma parte da história. Não referiu a parte seguinte.

Por exemplo, a senhora gosta muito de requestrar debates neste Parlamento.

O Memorando de Entendimento (é preciso que fique claro, para quem nos está a ouvir e para memória futura nesta Casa) entre o Governo dos Açores e o Governo da República já foi aqui discutido variadíssimas vezes. Arrisco-me a dizer quase uma dezena de vezes. Isso ficou perfeitamente claro. Ficou perfeitamente claro aquilo que aconteceu, o desenvolvimento processual de toda esta matéria e o seu resultado final.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah ficou, ficou!

O Orador: Deixe-me dizer-lhe também, e relembrar-lhe, que foi o Partido Socialista que propôs uma interpelação nesta Casa precisamente sobre o Memorando de Entendimento entre o Governo dos Açores e o Governo da República.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Da mesma forma que foi o Sr. Vice-Presidente do Governo que se dispôs a ir à Comissão de Economia explicar aos deputados, detalhadamente,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ... aquilo que consta no Memorando de Entendimento entre o Governo dos Açores e o Governo da República.

Nesta matéria é preciso fazer história.

É profundamente injusto que qualquer partido nesta Casa, sendo legítimo que o faça, acuse este Governo dos Açores e os anteriores Governos dos Açores do Partido Socialista, de não respeitar as regras de transparência e de respeito pelos partidos da oposição que se exigem e que todos nós naturalmente defendemos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Permita-me perguntar-lhe também, Sra. Deputada: quantos requerimentos já fez o Bloco de Esquerda, nesta Legislatura, para esclarecer matérias, ou para fazer perguntas ao Governo dos Açores sobre várias matérias?

Deputada Zuraída Soares (BE): Vários!

O Orador: Informe-nos! Quantos requerimentos fez o Bloco de Esquerda...

Deputada Zuraída Soares (BE): Vários!

Deputado José San-Bento (PS): Não fez, Sra. Deputada!

O Orador: ... e entregou nesta Casa, relativamente a várias matéria, sobre as quais queira naturalmente ser melhor esclarecido?

Sra. Deputada, deixe-me dizer-lhe, para terminar:

Não esperava (não esperava!) que a Sra. Deputada Zuraída Soares viesse aqui dar como bom exemplo de práticas democráticas aquilo que aconteceu na Região Autónoma da Madeira.

Pergunte aos seus colegas do Bloco de Esquerda, como é que é tratada a oposição na Região Autónoma da Madeira.

Mais uma vez permita-me dizer-lhe, e lamento ter de dizê-lo:

Mais uma vez a Sra. Deputada preferiu o sectarismo endémico e a crítica pela crítica, em matérias que são estruturantes para o futuro dos Açores, do que contribuir ativamente com uma proposta, com uma ideia, que acrescentasse algo ao debate e que pudesse também ajudar as pessoas que são intervenientes nas matérias que referiu, como é por exemplo o caso da RTP-Açores.

A Sra. Deputada deu um péssimo contributo para a defesa dos trabalhadores da RTP-Açores e para a defesa da RTP-Açores.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Francisco César (PS): Que ainda teve tempo de consultar o PSD e agora vai fazer a sua intervenção!

Deputado José San-Bento (PS): Vai cantar a Grândola!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, devo dizer que subscrevo integralmente as acusações que a Sra. Deputada aqui formulou.

Devo dizer-lhe que existiu, por parte do Partido Socialista, uma tentativa de construir uma narrativa diferente em relação aos assuntos que a Sra. Deputada muito bem levantou.

Convém, utilizando o novo léxico socialista, contrariar e demonstrar que essa narrativa está errada.

Está errada, em primeiro lugar (e é inaceitável nesta Casa), porque o Sr. Deputado Berto Messias bem diz que não quer a “jardinização” deste Parlamento. Mas se não quer a “jardinização” deste Parlamento, devia deixar de falar como fala o Dr. Jaime Ramos, na Madeira.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

(Risos dos Deputados Luís Garcia e João Bruto da Costa)

O Orador: O seu papel aqui é idêntico ao do Dr. Jaime Ramos, na Madeira, acusando e agredindo a oposição sempre que as suas posições são contrariadas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

O Orador: Se o senhor quer atingir esse objetivo, não pode vestir essa pele de Jaime Ramos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): De...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Jaime Ramos!

O Orador: De Jaime Ramos!

Devo dizer-lhe, em abono da verdade, o que é que aconteceu em relação ao Memorando de Entendimento.

O que aconteceu, em relação ao Memorando de Entendimento, foi que o PPM provocou um debate de urgência.

Nesse debate de urgência perguntámos ao Governo o que é que se estava a negociar, com o Governo da República, em relação à elaboração do Memorando de Entendimento.

Organizámos esse debate de urgência.

Na altura, o Governo dos Açores disse que era um debate inútil. Era um debate inútil, porque não tinha nenhuma informação.

Mas disse o Sr. Presidente do Governo Regional na altura: quando tivermos esta informação e antes de assinarmos qualquer documento, nós trazemos a este Parlamento.

Todos aqui estão recordados deste compromisso do Governo Regional: quando tivermos uma negociação, nós trazemos previamente ao Parlamento dos Açores!

Meus senhores, mentiram!

Mentiram, porque não soubemos, nem o Governo trouxe!

Só soubemos do conteúdo do Memorando de Entendimento pela Comunicação Social. Soube a Comunicação Social antes de qualquer grupo parlamentar da oposição. É essa a verdade, é essa a narrativa que corresponde à realidade em relação ao Memorando de Entendimento.

Dizem agora, em relação às negociações da RTP. A verdade é que o Governo não fez um relatório, não nos remeteu nenhuma informação sobre as negociações que estão em curso em relação à RTP. O Governo Regional não transmitiu essas informações.

O que devia fazer para valorizar a democracia nos Açores e para respeitar a instituição parlamentar era, de facto, dar-nos uma síntese, uma narrativa sobre aquilo que se está a negociar e quais são as posições específicas do Governo Regional dos Açores em relação a essa matéria.

A verdade é esta: até agora não temos conhecimento nenhum sobre essa negociação.

Portanto, o Governo Regional está mais uma vez a fazer uma negociação nas costas do Parlamento da Região Autónoma dos Açores.

Em relação aos requerimentos, eu tenho muitos que ainda não foram respondidos. Nomeadamente perguntei: quantos veículos estão na Região Autónoma dos Açores ao serviço da Administração Regional, do Governo e do Setor Empresarial Regional? Que características têm esses veículos? Quem é que os está a utilizar?

Fiz estas perguntas há muito tempo e continuo a aguardar uma resposta do Governo Regional em relação a esta matéria.

A verdade é que se nós queremos apresentar uma proposta devidamente clarificada devemos ter os dados para depois nos podermos pronunciar.

A atividade parlamentar necessita que seja dada aos partidos da oposição uma informação credível por parte do executivo. É nosso dever perguntar; é dever do Governo responder.

Pois, não responde!... Não responde!

Muito para além do prazo legal, o Governo Regional continua sem responder a esta questão.

Podia apresentar muitas outras questões que coloquei e que o Governo Regional não responde dentro do prazo legal.

É muito, muito difícil ser oposição nos Açores. O Governo Regional não respeita o Estatuto Político da oposição nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD não pode deixar de intervir nesta matéria, porque o Parlamento dos Açores encontra-se inadmissivelmente colocado à margem de um processo negocial tão importante como é, neste caso, o futuro do serviço público de rádio e televisão na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como bem reconheceu recentemente a direção da RTP-Açores, na sua audição anual, em sede de CAPAT, estamos a viver um momento histórico e estamos perante uma decisão política. Só que, do lado dos Açores, a bola está do lado do Governo Regional e, do lado de Lisboa, a bola está do lado do Conselho de Administração da RTP.

Entretanto o órgão máximo representativo da vontade política do povo açoriano continua a assistir, passivamente, às negociações, que supostamente decorrem até final deste semestre, entre um Grupo de Trabalho constituído pela Presidência do Governo Regional e pela administração nacional da RTP.

O PSD, naturalmente, nesta matéria como em todas, fez aquilo que lhe competia. Propôs, em Comissão, a audição do Sr. Presidente do Governo, em tempo útil, para apurar, e porventura para influenciar, o ponto da situação do processo negocial.

Mas a maioria, como sempre, chumbou. Acha que o Governo está acima do Parlamento.

Lamentamos que se esteja, assim, a repetir a célebre e triste história do Memorando de Entendimento.

Neste caso, como no outro, o PS entende que o Parlamento só deve saber o que se passa quando estiver na altura de saber o que se passou.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, em relação àquela que é a sua intervenção, apenas gostaria de lhe dizer o seguinte:

A senhora sabe que isso não é verdade. E sabe que as acusações que faz ao Governo não são verdade.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: Nós não estamos aqui a discutir nem o Memorando de Entendimento, nem a privatização da EDA, nem a RTP ou a RDP.

Estamos a discutir a postura do Governo para com este Parlamento. É este o sentido da intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares.

A Sra. Deputada, pelos vistos, não conhece o Estatuto Político-Administrativo.

Não conhece o Estatuto Político-Administrativo pelo seguinte:

Este Governo (esta maioria) tem um mandato e tem um programa. Desse programa, consta propostas no caso da RTP. No caso da privatização da EDA não é uma proposta mas foram declarações minhas durante a campanha eleitoral.

Sobre estas questões o Governo está a cumprir os compromissos que assumiu para com os açorianos.

Deputados José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nunca se recusou a dar informação a este Parlamento. Pode haver atrasos, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Pode, sim senhor, haver atrasos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grandes!

O Orador: Mas isso não significa que o Governo se recuse a dar informação a este Parlamento.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um atraso interno!

O Orador: Das duas, uma: ou a Sra. Deputada Zuraida Soares não sabe distinguir uma coisa da outra, ou a Sra. Deputada fez uma declaração política de uma profunda má-fé...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e de uma profunda deslealdade institucional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A senhora tem mais do que um exemplo que demonstra claramente a postura do Governo, não apenas naquilo que é o fórum institucional desta câmara, mas naquilo que é o relacionamento com cada um dos partidos políticos representados nesta câmara. A senhora tem vários exemplos disso,

mas não teve a coragem, nem a lealdade, de considerar isso na intervenção que fez.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo, em relação à RTP, apresentou uma proposta que consta do seu manifesto eleitoral e que é da constituição de uma empresa pública.

De todos aqueles aspetos que a Sra. Deputada referiu aqui, esqueceu-se de referir também que nesta proposta consta que os responsáveis desta empresa seriam nomeados por este Parlamento por maioria de 2/3.

Deputado Francisco César (PS): Lamentável!

O Orador: É isso que desrespeita este Parlamento? Não é!

Mas não acredito (eu já não acredito!) que a senhora se tenha esquecido disso. O que se passa é que a senhora lembrou-se, mas convinha-lhe não referir esta parte.

Deputados José San-Bento e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão da RTP e da RDP o Governo está a fazer aquilo que disse aos açorianos que ia fazer.

Nunca, sobre esta matéria ou sobre outras matérias, solicitado por este Parlamento (pode levar mais tempo, ou pode levar menos tempo), este Governo que se senta aqui, e esta maioria que aqui está, disse: “nós não respondemos!”; “achamos que o Parlamento não tem a obrigação de saber isso!”.

Eu, pelo meu trajeto e pelo meu percurso político, sei muito bem aquilo que é a relação entre um Governo e um Parlamento.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Não preciso que a Sra. Deputada venha a esta tribuna dar lições...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Presunção e água benta...

O Orador: ... de maternalismo político em relação a este Governo ou a esta Assembleia.

Portanto, em relação ao cumprimento daquela que é a proposta apresentada aos açorianos e que este Governo está a cumprir, quando houver alguma evolução sobre esse assunto cá estaremos.

Estão a decorrer contatos? Estão!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Parlamento tem de saber, não?!

O Orador: Cá estaremos para informar.

Agora, o Governo não é, no nosso sistema político, um moço de recados, nem da Sra. Deputada Zuraida Soares, nem de qualquer outro partido.

O Governo é responsável politicamente por esta Assembleia e essa responsabilidade política, antes sequer de a senhora pensar que ela deve ser assumida, este Governo está aqui para cumpri-las e para responder perante este Parlamento.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E palminhas, não há?

O Orador: Relativamente à privatização da EDA, eu fiz declarações antes da campanha eleitoral.

Já depois da campanha eleitoral a Sra. Deputada Zuraida Soares levantou este assunto aqui, neste Parlamento.

Qual foi a resposta que lhe dei?... Qual foi a resposta que lhe dei, Sra. Deputada?!

Foi uma resposta que demonstra desprezo por este Parlamento?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Se e quando o Governo entender de maneira diferente, o Governo aqui estará para informar a câmara, para informar o Parlamento das razões que podem levar a uma decisão ou que podem levar a outra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é desrespeito por este Parlamento?

Sra. Deputada Zuraida Soares, Base das Lajes.

A senhora acha que é desrespeito pelos partidos políticos?!

Acha que aquilo que tem sido a postura do Presidente do Governo é desrespeito pelos partidos políticos?!

Sra. Deputada, custa-me muito dizer isto, mas a senhora, com demasiada levandade e ligeireza, usa expressões para com o Governo que não se coadunam com aquilo que eu acho (mas é só a minha opinião, naturalmente; a

senhora entenderá de maneira diferente) que é o comportamento do Governo, com aquilo que é o comportamento da maioria, para com esta câmara.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A senhora não tem razão, nem teve razão naquilo que disse daquela tribuna.

A senhora sabe que não teve e não tem razão em relação ao comportamento deste Governo e desta maioria, mas a senhora não se coibiu de dirigir acusações ao Governo, ao serviço não sei de que agenda nem sei de que interesses, de tentar transmitir uma ideia completamente diferente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A senhora sabe, porque eu tenho falado consigo diretamente, aquilo que é o esforço que tem sido feito para mantê-la (e não é só a senhora, é qualquer um dos grupos parlamentares aqui, dos partidos políticos)...

Deputados Domingos Cunha e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... a par daquilo que vai acontecendo em assuntos importantes para a nossa Região.

Essa acusação é despropositada, essa acusação é injusta, essa acusação não é digna de ser dirigida nem a este Governo, nem a esta Assembleia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Deputada Zuraída Soares, a senhora pode dirigir as invetivas que quiser ao Governo. Está no seu inteiro direito! Mas é necessário desmascarar que o faz sabendo que não é verdade (sabendo que não verdade!)

A Sra. Deputada tem um conjunto de instrumentos à sua disposição, conforme outros partidos já utilizaram nesta câmara, para solicitar informações ao Governo, para requerer debates de urgência, para requerer interpelações, para requerer tudo e mais alguma coisa.

Ou a senhora não sabe que tem à sua disposição estes instrumentos no Regimento desta Assembleia?

Sabe!... Mas eu não tenho culpa se a senhora tem a preguiça de usar esses instrumentos regimentais.

Deputado Luís Garcia (PSD): Que deselegância!

O Orador: Em relação a esta questão, não é a sua intervenção, Sra. Deputada Zuraida Soares, que vai fazer o Governo desviar-se daquilo que é... não é apenas uma obrigação, Sra. Deputada, é uma convicção!

O Governo vai manter informados os partidos políticos que estão representados nesta câmara, seja no fórum institucional desta Assembleia, seja individualmente.

Vai continuar a fazê-lo. Vai continuar a informar sempre e quando tiver os instrumentos para isso, reconhecendo, como o faço, em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que o requerimento que o senhor apresentou terminou o seu prazo no dia 13 de abril e não está ainda respondido. Tem razão! Não está respondido! Mas vai ser respondido!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também tenho esperanças!

O Orador: E outros que possam estar atrasados serão respondidos.

Agora não se queira é dar a ideia de que este Governo e esta maioria desrespeitam este Parlamento.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada Zuraida Soares, a senhora ainda nem sonhava em chegar a esta Assembleia, já este Partido Socialista respeitava a Assembleia mais do que aquilo que a senhora fez com a sua intervenção.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para encerrar o debate.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Algumas conclusões sobre as diversas intervenções suscitadas pela declaração política do Bloco de Esquerda.

A primeira só pode ser esta: doeu!

A prova de que doeu...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): A injustiça dói sempre!

A Oradora: ... e que é verdade cada afirmação que eu fiz daquela tribuna, é que, Sr. Presidente do Governo Regional, todos os argumentos que eu utilizei naquela tribuna...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): A injustiça dói sempre!

A Oradora: ... foram de cariz político. Não recorri, em nenhum momento, ao ataque pessoal...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas já o fez antes!

A Oradora: ... e ao juízo de valor pessoal, coisa que V. Exa. sentiu a necessidade de fazer para defender o indefensável.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade! No mínimo deselegante! Não é coisa que um Presidente de Governo faça!

A Oradora: Isso é a prova de que doeu e de que o Bloco de Esquerda teve razão naquilo que disse daquela tribuna.

Relativamente à EDA e a outros assuntos que o Sr. Presidente trouxe à colação falaremos noutra oportunidade, provavelmente amanhã.

Agora estamos a falar da RTP-Açores, Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não, não está!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: Ah, estamos, estamos! E foi sobre a RTP as perguntas diretas que eu coloquei ao Governo Regional e que nós queremos continuar a falar. Mas antes disso vamos aos diferentes comentários.

Má-fé e deslealdade!

Má-fé e deslealdade é esconder desta Casa todas as situações que eu referi daquela tribuna e ninguém desmentiu uma única delas,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... incluindo o Grupo de Trabalho que está neste momento a trabalhar (presumimos nós!) desde fevereiro, com dois representantes do Governo Regional e três representantes da administração da RTP, sem que ninguém saiba o que é que está a acontecer.

São dezenas de trabalhadores que, neste momento, têm o seu posto de trabalho em causa. Inclusive uma delegação, como a da Horta, está em risco de ficar sem ninguém que garanta, por exemplo, a transmissão deste plenário lá para fora.

São situações em que por 13 horas de pagamento de uma hora extraordinária não se faz um programa de rádio transmitido da Ilha Terceira. Isto são situações absolutamente inadmissíveis que passam por baixo dos nossos olhos e sobre as quais o Governo Regional não trouxe a esta Casa nem uma palavra.

Sr. Presidente, é preciso fazer requerimentos?

A preguiça do Bloco de Esquerda está bem provada no facto de ser neste momento, dentro desta Casa, o partido que tem mais iniciativas legislativas para virem a plenário.

Deputado Francisco César (PS): São as mesmas do ano passado!

A Oradora: Quanto a requerimentos e perguntas, depois de esperarmos meses para a resposta de alguns, continuamos sentados à espera.

Sr. Presidente, dentro da lealdade e dentro do espírito do Estatuto Político-Administrativo que o senhor me acusou de não conhecer, não creio que seja boa prática o Parlamento e cada deputado e representante de cada açoriano/a ter que escrever ao Governo a pedir informações sobre situações que deve ser o Governo o primeiro a dá-las,...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... a divulgá-las, a distribuí-las. Não somos nós que temos que estar sempre a pedir, porque a função deste Parlamento é fiscalizar o Governo, não é o contrário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Não é o Governo que tem que fiscalizar o trabalho deste Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! O Estatuto diz isso!

A Oradora: Mas, continuando.

Estranheza por eu ter referido a Região Autónoma da Madeira?

Sras. e Srs. Deputados, todos sabemos que a expressão “défice democrático” foi inventada no nosso país por conta dos desmandos da Região Autónoma da Madeira.

Agora o que é estranho é que uma Região que suscitou a invenção deste conceito, que é “défice democrático”, não tenha, no Grupo de Trabalho que trata do futuro de um instrumento autonómico tão fundamental como o Centro Regional da Rádio e Televisão Pública, um representante da Assembleia Legislativa que acompanhe os trabalhos, que tenha opinião, que traga informações, que represente o povo açoriano, coisa que o Grupo de Trabalho instituído nesta Região não tem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fazem tábua rasa do trabalho feito nesta Casa!

A Oradora: Relativamente aos debates requeitados, é verdade que o Partido Socialista trouxe a esta Casa uma interpelação sobre o Memorando.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, quem é que é ingénuo nesta Casa?!

Trouxe a interpelação depois do Memorando estar assinado!

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Isso é que é desrespeitar esta Casa. É dar a ilusão de que se está a ter uma grande abertura e um grande comportamento democrático, quando o facto já está consumado.

Deputado Francisco César (PS): Mas os senhores não governam! Ainda não perceberam isso?

A Oradora: Os senhores trazem a esta Casa o que está decidido para pronunciarmo-nos sobre aquilo que já está decidido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Não vale a pena trocar as voltas, porque cada deputado e cada deputada desta Casa e, atrevo-me mesmo a dizer, se calhar alguns do partido maioritário, reconhecem, dentro da sua boa-fé e da sua honestidade intelectual, que aquilo que estou a dizer é rigorosamente verdade.

Deputado Francisco César (PS): Fale dos seus!

A Oradora: Para finalizar, como saímos deste debate exatamente como entrámos, relativamente ao Grupo de Trabalho, às conclusões e às decisões que estão a ser tomadas neste momento à revelia desta Casa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mal!

A Oradora: ... e à revelia dos açorianos e açorianas, o Bloco de Esquerda irá propor a audição, em sede de Comissão Parlamentar de Ambiente e Trabalho, a vinda, a auscultação e a disponibilidade para responder às perguntas que esta Casa seguramente tem para fazer, do Dr. Alberto Ponte e do Dr. André Bradford.

Fica o ónus da maioria parlamentar de chumbar essa audição mostrando de que lado é que está a transparência, de que lado é que está a má-fé, de que lado é que está a deslealdade e provando, afinal, que a governamentalização desta Casa está a ser feita com paninhos de lã e sobre a capa de uma Democracia que não existe.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): E o relatório que esta Casa aprovou aqui, onde está? Está no lixo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às cinco para o meio-dia.

Eram 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A casa mãe da Autonomia começou ontem a sua sessão legislativa de maio, com um debate sobre transportes aéreos na Região, onde foram, essencialmente, apontadas deficiências, lacunas e erros que tanto têm prejudicado o desenvolvimento do Turismo nos Açores.

Não restam dúvidas que uma Região como a nossa tem de ter uma boa rede de transportes, aéreos, marítimos e terrestres. Isto para não falar dos custos das viagens que são, em média, das mais caras do mundo!

Veja-se a mais recente “novela” da governação Socialista: alugou um barco para estar parado, paragem que terá um custo na ordem do meio milhão de euros. Mas a “novela” tem cenas dos próximos episódios: A Administração da empresa pública que alugou o barco justifica a paragem porque não houve procura de passageiros. Porque será que não houve procura de passageiros?

Talvez porque há muito tempo que os horários feitos e divulgados pela Atlânticoline preveem paragens do “Express Santorini” entre 7 e 16 de maio e entre 21 e 31 de maio.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é do mau tempo!

O Orador: Ou seja, num mês de 31 dias, o barco estará parado 17 dias!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mas a resposta para o facto de não existir procura pode ser outra: pode ser porque, embora se tenham gasto, na última década, cerca de 200 milhões de euros na promoção turística dos Açores, em sucessivas campanhas e em diversos mercados, foi sempre para “inglês ver”.

Hoje o que temos na Região são hotéis a fechar e a enviar pessoas para o desemprego, já para não falar nas unidades hoteleiras de grande dimensão que não chegaram a abrir, como é o caso do Hotel Casino,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... apesar dos milhões de euros de apoio do Governo Regional... ou melhor, milhões de euros dos impostos dos Açorianos!

E por falar em “bons” exemplos, aqui, nesta cidade, atiraram-se milhões de euros para o fundo do mar com a construção do Cais de Cruzeiros da Horta,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... mas são muito poucos os verdadeiros navios de cruzeiro que ali encostam. Nos últimos dias, os faialenses “viram navios”, mas foi ao longe, porque as escalas previstas foram todas canceladas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mais um belo exemplo da falta de rigor e de planeamento dos investimentos realizados com o dinheiro dos Açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Perante estas constatações do CDS-PP (sim, constatações, não são críticas), certamente que vamos ouvir já a seguir a bancada socialista justificar a falta de rumo e de estratégia que tem sido apanágio da governação, com a crise que se vive no País, na Europa e até fora desta.

A crise tem um impacto negativo no número de turistas que vêm aos Açores, mas não é, nem pode ser, desculpa para tudo.

Aliás, basta lembrar que desde 2007, quando ainda não se falava em crise, já os Açores registam decréscimos no número de dormidas, o que é bem demonstrativo da falta de estratégia e do falhanço das campanhas que custaram milhões.

Perante isto, não restam dúvidas: o Governo Regional não quis (ou não soube), até agora, “vender” o destino Açores tão-somente por aquilo que o destino Açores tem de melhor.

Agora, este novo Governo assume que o futuro passa por uma estratégia semelhante à Nova Zelândia... É caso para se dizer que “tarde é o que nunca chega”!

Por outro lado, o Governo Regional não quis (ou não soube) investir no combate à sazonalidade que afeta o sector. E não tem sido por falta de propostas da oposição, nomeadamente do CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Precisava era de um barco-ambulância para o Pico!

O Orador: Até porque, felizmente, não nos falta o que vender em termos turísticos, a começar pelo Turismo Religioso, proposta do CDS-PP, aprovada nesta Casa, mas nunca posta em prática.

Nós, por cá, não promovemos o turismo religioso; promovemos greves que impedem os turistas e os nossos emigrantes de cá chegarem, tão-só às maiores festas religiosas da Região!

Mas há muitos mais exemplos: o Carnaval da Terceira, único no Mundo; as tradições tauromáquicas e taurinas de várias ilhas; até as singulares festas do Divino Espírito Santo nas nossas freguesias...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um dos mercados, estranhamente, nunca acarinhados pelos Açores tem sido o “mercado da saudade”, com um potencial enorme, pois já não falamos apenas dos nossos emigrantes, mas dos seus filhos e até netos que gostariam de conhecer a terra dos seus Pais ou Avós.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Não aproveitamos o potencial deste mercado e vamos mais longe ao criar vergonhosos entraves; já não bastam as passagens caríssimas, praticadas por uma companhia aérea pública, como ainda a mesma companhia aplica uma taxa de excesso de bagagem, nas ligações inter-ilhas, que, na maioria das vezes, representa um custo acrescido, para uma família de 4 pessoas, um casal e dois filhos, na ordem dos 420€.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Outra área onde não se aposta é no turismo interno, possibilitando que os Açorianos se conheçam uns aos outros.

Deputado Francisco César (PS): Não se aposta no turismo interno?!

O Orador: Aliás, peço desculpa, agora existe uma campanha onde as crianças não pagam... Mas também não vão conhecer as outras ilhas, pois a proposta deste Governo é para que fiquem nos hotéis a brincar com playstation's!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Aliás, a prova da falta de vontade em promover e apostar naquilo que os Açores melhor têm para oferecer é o facto da realidade “Triângulo” (São Jorge, Pico, Faial), que tem um potencial enormíssimo, com as Fajãs de São Jorge, a Montanha mais alta de Portugal ou as atividades náuticas, no Faial,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... não merecer, nunca ter merecido, uma verdadeira atenção das entidades públicas competentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Deixemo-nos de gastar o dinheiro público em invenções e centremo-nos na realidade, naquilo que verdadeiramente nos trará sucesso turístico, criando postos de trabalho, sustentabilidade às empresas, crescimento e desenvolvimento económico da Região.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa queria só prestar um esclarecimento. No pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão que vos foi distribuído está a falar algumas páginas. Penso que rapidamente a situação ficará resolvida.

Vamos abrir as inscrições para o debate sobre esta declaração política.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Luís Silveira, do CDS-PP, traz novamente a debate a questão do turismo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Incomoda?!

Deputado Berto Messias (PS): Por quê?

O Orador: ... um debate que já tivemos diversas vezes. Mas coloca sempre a questão do turismo como se estivéssemos num concurso de Miss Universo, ou seja, que gostaríamos de ter um mundo em que tivéssemos a Região cheia de turistas, os nossos aviões todos cheios,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Charters!

O Orador: ... em que tivéssemos charters, e charters, e charters de turistas que viessem ver a natureza...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para isso precisava uma política de Governo!

O Orador: ... que viessem vivenciar a natureza das nossas ilhas.

Sr. Deputado, os seus desejos (tenho que dizer-lhes) são exatamente os nossos. Ou seja, também queremos que os Açores seja uma Região agradável para se visitar, uma Região que tenha um produto para vivenciar e que seja uma Região que consiga trazer fluxos turísticos através de uma política de turismo concreta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o barquinho?

O Orador: Esta política de turismo concreta deve ter, por um lado, políticas de promoção diretas, deve ter também uma boa rede de acessibilidades, quer aqueles que são públicos, quer aqueles que não são públicos, e deve ter também uma política de rede interna de distribuição de fluxos turísticos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a publicidade nos táxis de Londres? E a BTL?

O Orador: Este diagnóstico que o Sr. Deputado veio aqui trazer, deixe-me que lhe diga, é um diagnóstico feito há muito pelo Governo dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o cais da Horta?!

O Orador: Sr. Deputado, está a tentar fazer aqueles truquezinhos para tentar perturbar a minha intervenção. Deixe-me que lhe diga: não é por aí que vai lá. Com argumentos certamente chegará muito melhor.

O trabalho do Governo dos Açores, ao nível do turismo interno, é inquestionável. Basta verificar que criamos uma operação sazonal de

passageiros, estabilizamos uma operação sazonal de passageiros, que transporta milhares, milhares e milhares de açorianos entre as ilhas. O Sr. Deputado deve ter a hombridade de reconhecer que este é um ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Atlântida!

O Orador: ... ativo do Partido Socialista e dos Governos do Partido Socialista. É certo que gostaríamos, nesta altura de inúmeras dificuldades que os açorianos atravessam e que todo o país atravessa, que esses navios pudessem transportar mais pessoas, mas é verdade que a situação é muito adversa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vem da República?

O Orador: Também sabemos que em relação à política turística ela deve ser adaptada tendo em conta as circunstâncias e tendo em conta aquilo que prevemos que seja a evolução dos fluxos turísticos.

Sabemos que temos o mercado do continente que está muito penalizado por aquilo que é a crise internacional e nacional e a austeridade que afeta o rendimento das famílias.

Sabemos que as famílias têm menos apetência a passar férias.

Portanto, tem que haver uma adaptação, aí também, ao nível daquilo que é a política turística da Região,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda não sabem isso?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Cais de Cruzeiros da Horta?

O Orador: ... subindo no segmento em que faz o seu foco de política turística, como também conseguindo que as tarifas sejam minimamente atrativas. E não é surpresa para ninguém (é um debate requeitado, sim), que temos uma proposta que baixa as tarifas, quer para os residentes, quer para aqueles que são os turistas nacionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ser distribuído nesta Casa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as inter-ilhas?

O Orador: Para além disso temos aquilo que também é uma estratégia política, que é diversificar os mercados emissores de fluxos turísticos. Temos de diversificar para onde exista maior apetência para visitar os Açores e para onde

também este mesmo mercado não esteja sujeito a uma crise com particular força.

Repare-se o caso da Alemanha, repare-se o caso dos Estados Unidos, repare-se o caso do Canadá.

Basta verificar as estatísticas do mês anterior e verificar que nestes três mercados, onde tem existido uma particular incidência da política de promoção turística, chegamos a ter crescimentos turísticos acima de dois dígitos.

Tivemos 60% no Canadá, um valor muito elevado nos Estados Unidos e temos na Alemanha, progressivamente, vindo a subir ao nível daquilo que são os fluxos turísticos.

Tudo isto quer dizer que o turismo está bem nos Açores?

Não, Sras. e Srs. Deputados!

O turismo nos Açores atravessa inúmeras dificuldades. Atravessa dificuldades, porque sabemos que as nossas unidades hoteleiras estão particularmente afetadas pelo facto de terem de esmagar preços para conseguir atrair mais fluxos turísticos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São os preços das passagens!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E estão a fechar as portas!

O Orador: ... pelo facto de terem que se diferenciar ainda mais para conseguir atrair mais fluxos turísticos.

Também sabemos que neste momento as condições de acesso a crédito e de acesso à banca para poderem também minorar aquilo que são os efeitos da crise nas suas organizações, está a criar inúmeras dificuldades.

É verdade que temos hotéis com muitas dificuldades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Têm muitas dificuldades. Estão a fechar as portas!

O Orador: Alguns até fechados.

Sabemos, por exemplo, que no caso particular que o Sr. Deputado falou, em relação ao Marina, não é um problema que diga diretamente respeito à gestão do Governo, é um problema particular.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a vida! Não tem nada a ver com isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as Ilhas de Valor o que é?

O Orador: O Hotel Casino é um problema particular ao nível daquilo que é a gestão. O hotel teve problemas antes de estar pronto. Portanto, não é um problema ao nível daquilo que é o mercado turístico.

Mas os Srs. Deputados podem ter a certeza: esta bancada e o Governo dos Açores não viram a cara às dificuldades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não têm políticas!

O Orador: Esta bancada e o Governo dos Açores têm um rumo para o turismo. Sabemos que o caminho é difícil, sabemos que tem muitas contrariedades, mas reconhecemos a realidade, reconhecemos aquilo que as nossas instituições estão a ultrapassar e os efeitos que estão a ter ao nível do emprego.

Temos adaptado sucessivamente, como temos feito no passado, as nossas políticas para contrariar essas dificuldades.

Os senhores podem dizer o que quiserem, podem reclamar, o que quiserem. Os senhores sabem que reconhecemos o problema e que somos os primeiros a querer resolver este mesmo problema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não sabem como! São incapazes!

O Orador: Podem contar com o Governo do Partido Socialista, com esta bancada, para trabalhar em prol do turismo dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Grande declaração de incapacidade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso, tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

São preocupantes os últimos números conhecidos do turismo que demonstram uma quebra constante de dormidas e uma redução de proveitos.

A promoção que foi feita e os milhões que foram gastos nos últimos anos não serviram os empresários nem o turismo desta Região.

Os privados cumpriram com a sua parte: criaram empresas, abriram hotéis, rent-cars, empresas de animação, artesanato...

Acreditaram nas promessas do Governo que iria promover a Região e facilitar a vinda do turismo.

Há centenas de açorianos que se encontram desempregados, porque essas empresas algumas fecharam, os hotéis fecharam e houve restaurantes que também encerraram. Aguardam que o Governo crie medidas para que os hotéis possam reabrir, para que os restaurantes iniciem a sua temporada de Verão, para que os turistas cheguem e possam criar movimento, para que se venda nos comércios de artesanato e se movimente na Região mais turistas.

Aguardamos, pois, que as medidas do Governo sejam facilitadoras para o desenvolvimento do turismo, medidas práticas e eficazes para o futuro.

É que o futuro não é o Verão de 2013. Para 2013 as reversas estão feitas. O destino de 2013 está traçado, tirando alguns *last minute*, algumas promoções, mas é verdade que não podemos esquecer que temos que manter a eficiência em 2013.

Os barcos têm que funcionar. Os aviões têm que funcionar.

Agora, promoção para 2013 é demasiado tarde.

É urgente que durante este mês de maio sejam apresentadas medidas para 2014, porque o turismo trabalha com mais de um ano de antecedência.

É necessário que os horários de avião e de barco sejam apresentados.

Já deviam ter aprendido que não se pode apresentar horários com uma semana de antecedência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os profissionais de turismo nacionais, regionais e estrangeiros precisam de ganhar confiança no destino Açores, confiança no plano de desenvolvimento desta Região, confiança nos transportes marítimos, confiança nos transportes aéreos e para se ganhar credibilidade no turismo leva-se muito tempo. A credibilidade não se compra, conquista-se; não se negocia, prova-se com eficiência.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores precisam de medidas para ganhar credibilidade urgentemente e aguardamos certamente que o Governo crie essas medidas. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

^(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política do CDS-PP, com certeza que para além da legitimidade que tem, tem efetivamente a pertinência que, julgo, lhe reconhecemos.

Gostaria de tecer aqui duas ou três considerações sobre a matéria que foi objeto da declaração política do CDS-PP.

Desde logo, não posso deixar de considerar que o modelo de turismo que está desenhado para os Açores (e já repetidamente o afirmei nesta câmara e fora dela) não é o mais adequado para a Região Autónoma dos Açores.

Nós nunca iremos ter charters, charters e charters de turistas para a Região Autónoma dos Açores.

Aquilo que efetivamente teremos de fazer é...

(Diálogo entra a Deputada Zuraida Soares e o Deputado Francisco César)

O Orador: Acabaram-se os argumentos nos apartes? Pelo amor de Deus!

Aquilo que queremos ou que devíamos ter, em termos de estratégia para o nosso turismo, é manter, desde logo, este destino como um destino de

excelência, um destino singular e de excelência. Isso, quer nos custe muito ou pouco não se coaduna com aquilo que se entende ou se pretende com o atual modelo de turismo para os Açores.

Pelas características que a nossa Região tem, sejam as questões climatéricas, sejam as questões da dispersão geográfica, sejam os aspetos culturais, sejam os aspetos ambientais e naturais, torna-nos um destino singular.

Portanto, não temos para oferecer aquilo que tem, por exemplo, a bacia do Mediterrânico, não temos aquilo que tem as Caraíbas, o Índico ou mesmo o Arquipélago de Cabo Verde e das Canárias.

Somos um destino singular e devemos manter essa singularidade, até porque determinado tipo de turismo, que é aqui defendido por algumas bancadas, tem associado alguns perigos, designadamente de descaracterização do destino ao qual devemos estar muito atentos.

Mas há aqui uma outra questão, para me centrar nos aspetos que fizeram parte do conteúdo da declaração política do CDS-PP. Tem a ver com a questão dos transportes.

De facto, ao nível dos transportes, quer os aéreos, quer os marítimos, não se encontrou ainda a solução que dê resposta adequada, desde logo, à mobilidade de quem vive na Região Autónoma dos Açores, mas também para os nossos visitantes. Essa é uma questão fundamental e estratégica para o nosso desenvolvimento.

Desde logo, e em primeira instância, para nós próprios, para a nossa economia, para a nossa mobilidade e também para quem nos visita.

Mas há uma outra questão que não posso deixar também de referir.

A situação que estamos a atravessar, de falta de fluxos, quer internos, quer externos, decorre da situação que estamos a viver, a famosa crise internacional que tudo desculpa, mas decorre também daquilo que têm sido as políticas de austeridade impostas, externa e internamente. Quando digo internamente falo do Governo da República, mas também falo do Governo da Região que limitaram essa capacidade de mobilidade dos cidadãos.

É evidente que hoje temos um elevado índice de desemprego, temos o rendimento a cair, quer por via direta, quer por via indireta, e esse é um fator que não é despiciente e que, com certeza, tem influência em tudo aquilo que se está a passar, designadamente na questão do transporte marítimo de passageiros e a baixa procura.

Isto passa-se relativamente ao transporte marítimo de passageiros, mas passa-se também em relação ao transporte aéreo.

De facto, esses efeitos das políticas de austeridade que visam a redução do rendimento de quem trabalha leva a que não haja disponibilidade financeira para se viajar tanto quanto se quieria.

Certamente que não serão as promoções, quer por via marítima, quer por via área, que estão implementadas, que vão resolver estes problema.

Estes problemas têm que se resolver onde está a raiz do problema, não ao nível de pequenas ações que têm apenas um carácter paliativo. O problema resolve-se de outra maneira.

É fundamental que se mude de políticas e que se encontre aqui outras soluções para que a nossa economia, a regional e a nacional, possam crescer.

Isso só é possível, na perspetiva do PCP, com o contrário daquilo que tem estado a ser feito. Só é possível aumentando o rendimento de quem trabalha, o rendimento disponível das famílias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do PP põe aqui dois temas em debate: por um lado, a questão dos transportes; por outro lado, a questão do turismo. Estão intimamente ligadas.

Nos Açores, uma região com características arquipelágicas e localizada a cerca de 4 horas das principais capitais europeias e 4 horas do Continente Americano,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Depende do avião!

O Orador: ... os transportes estão intimamente ligados a uma política sustentada de desenvolvimento do turismo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Ouvi com atenção aquilo que foi dito e cabe-me fazer alguns esclarecimentos que julgo serem relevantes.

Temos que ter consciência que as nossas características se distinguem das características da maior parte dos destinos. Temos que ter uma aposta clara naquilo que efetivamente nos valoriza.

A nossa matriz do turismo assenta numa matriz de natureza, mas temos que ter a capacidade, a cada momento, de identificar o que é que os mercados valorizam e o que é que temos que possa ser efetivamente considerado um fator decisivo no âmbito da escolha por parte dos turistas para nos visitarem.

Ao longo dos anos tem vindo a ser efetuado um trabalho ao nível da promoção turística, que os senhores criticam (podia fazer-se de uma forma ou de outra, haveria sempre alguém a criticar), que tem vindo a dar resultados, na medida em que tem sido um trabalho sustentado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os resultados são péssimos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os resultados não são é bons!

O Orador: O trabalho da promoção turística não é um trabalho imediato. É um trabalho continuado que leva tempo até ter resultados.

Qualquer pessoa que está ligada ao setor, nomeadamente as entidades privadas, sabe bem que assim é, porque sente isso diariamente com a sua atividade. Não basta fazer uma ação pontual para se obter os resultados desejados. É necessário haver consistência e continuidade, ao nível da promoção turística, se queremos ter resultados não só no momento, mas se queremos ter aqui uma política de sustentabilidade do setor.

O Governo dos Açores está empenhado e tem trabalhado para que essa sustentabilidade seja garantida.

O setor do turismo tem que ser visto não numa ótica exclusiva do turista, mas também numa ótica de quem cá vive.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é nova!

O Orador: O turismo só será bom, se for bom para quem cá vive.

O turismo tem que trazer mais-valias para a Região e para a economia açoriana. A estratégia passa por reforçar a promoção junto dos principais mercados emissores.

Essa estratégia, ao contrário do que os senhores dizem, tem vindo a dar os seus resultados.

Se verificarmos os números do SREA que saíram hoje, verificamos que no primeiro trimestre, nos mercados externos, estamos com um crescimento de 13.7%.

Deputado Berto Messias (PS): E esta, hein?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Em relação a quê?

O Orador: Se olharmos para o mês de março, verifica-se uma inversão na tendência de decréscimo que se tem verificado e que passou a haver um crescimento em número de dormidas de 6.3%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor parece o Vítor Gaspar!

O Orador: Curiosamente, o mercado externo teve um crescimento de 37.4%.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está quase a dar *superavit*!

O Orador: Temos que ter consciência daquilo que é a nossa realidade. O mercado nacional vale 43...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O nosso conhecimento!

O Orador: Sr. Deputado, percebo que os senhores tentam desresponsabilizar-se...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nós é que temos que nos responsabilizar?!

O Orador: ... e tentam passar nos “pingos da chuva” em todos os temas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se calhar é que somos Governo!

O Orador: Mas talvez se me ouvir vai conseguir perceber o que é que se passa e talvez, junto do seu partido, a nível nacional...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Nosso partido!

O Orador: ... possa ajudar a contribuir para que a quebra que existe no mercado nacional se venha a inverter.

Temos que ter consciência que 43% do mercado é fruto do mercado nacional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O turismo lá fora está melhor do que aqui!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Olhe que não!

O Orador: O mercado nacional tem um problema. Os nichos de mercado que nos visitavam deixaram de ter capacidade económica para o fazer.

Sei que a verdade dói, mas dada a política restritiva que existe junto das famílias no mercado nacional, as pessoas que nos visitavam, muitas delas, deixaram de ter dinheiro para comer e, por maioria de razão, não têm dinheiro para viajar.

Aquilo que se passa é que, hoje, temos um decréscimo acentuado no mercado nacional. Tivemos que nos redirecionar para segmentos de mercado que têm poder de compra.

Fizemos junto com os parceiros, com as pessoas que trabalham no terreno, com o turismo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Conversa!

O Orador: Não é só conversa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o que o senhor está a fazer!

O Orador: O turismo é aquilo que se faz diariamente com todos os parceiros privados que trabalham, diária e afincadamente, para conseguirem pôr o destino Açores no top das preferências de quem nos pretende visitar. É isso que se tem que fazer.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o que é que os senhores estão a fazer? Os senhores estão a pôr os Açores para baixo!

O Orador: Eu sei que isso custa, Sr. Deputado, mas é com trabalho que se consegue, não é com conversa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é uma crítica aí, à fila da frente?

O Orador: É com trabalho que se consegue e é isso que se tem vindo a fazer. Lançamos uma campanha para o turismo nacional focalizada em quem tem poder de compra para inverter esta tendência.

A perspetiva do mercado externo continua na consolidação da promoção que tem sido feita e que, pelos números que temos, tem tido bons resultados.

No mercado interno temos um problema e é preciso encarar os problemas de frente.

O mercado interno, como disse, tem uma importância de 43% do volume de turistas. Se as pessoas deixaram de ter dinheiro, temos que ir buscar outras que nos possam visitar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quer maior exemplo do que os hotéis a fechar?

O Orador: Focamos a nossa atuação no segmento de mercado de famílias com idades compreendidas entre os 35 e 45 anos, com crianças, que têm poder de compra e que valorizam, acima de tudo, não só um turismo de natureza de forma contemplativa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lei dos estábulos! Não se esqueça dos estábulos!

O Orador: ... mas que valorizam um turismo de natureza ativa e experiencial. Foi isso que se fez, é isso que se está a fazer e é isso que vamos prosseguir. Isto só se consegue trabalhando.

É preciso trabalhar para conseguir ter objetivos, para conseguir atingir os nossos objetivos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor esteve a trabalhar durante 20 anos. Agora é que está no Governo!

O Orador: Eu sei que os senhores ficaram perturbados com os números apresentados, porque as intervenções foram escritas antes de saírem os números relativos ao primeiro trimestre.

Eu sei que isto os perturba, mas isto é fruto de que se está a trabalhar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Temos menos 2,1% nas dormidas!

O Orador: É nesta perspetiva de continuar a trabalhar de uma forma sustentada...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E menos 1,1 nos hóspedes!

O Orador: Sr. Deputado, se quiser falar inscreva-se.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não se ofendem com essa frase do Sr. Secretário!

O Orador: É nesta perspetiva que vamos continuar a trabalhar de uma forma sustentada, não de uma forma isolada, porque o Governo dos Açores, desde o início do mandato, tem dito que este é um trabalho que tem que ser feito em conjunto.

Agora há uma coisa que tenho a certeza. Este trabalho em conjunto faz-se com quem quer contribuir ativamente para o desenvolvimento da Região e para o desenvolvimento do turismo da Região.

Esses estão connosco. Estão connosco diariamente, a trabalhar, a se esforçar para que o destino seja reconhecido como um destino de excelência para quem nos quer vir visitar.

Relativamente às questões colocadas, nomeadamente à América do Norte, verifica-se que é um mercado prioritário em que temos um longo trabalho a desenvolver, quer junto da comunidade emigrante,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim!

O Orador: ...quer fora da comunidade emigrante.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não pode é trazer tanta bagagem senão paga!

O Orador: É trabalho que tem vindo a ser feito, que leva tempo e que é potenciado naturalmente pela relação que temos com os nossos emigrantes e aquilo que eles nos podem ajudar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E os resultados?

O Orador: Mas para isso é necessário haver conectividade.

Deputado João Buto da Costa (PSD): Quando é que o senhor divulgou os horários da Atlânticoline?

O Orador: Essa conectividade está a ser trabalhada, está a ser aumentada.

Os senhores não querem ouvir, mas já repeti e continuo a repetir. Ainda ontem anunciei – e já o tinha feito anteriormente – que há um reforço de ligações para Boston, precisamente para potenciar a vinda de mais pessoas para a Região e baixar o custo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Excesso de bagagem para cima!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, o senhor anda distraído.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não ando!

O Orador: Desde que a viagem seja toda efetuada na SATA Internacional e SATA AIR AÇORES, não há excesso de bagagem cobrado.

Deputados Joaquim Machado (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Há quanto tempo?

O Orador: Apenas há excesso de bagagem cobrado se a viagem se iniciar ou terminar numa companhia que não seja a SATA...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há quanto tempo é que isso está em vigor?!

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que termine.

O Orador: ... porque é condicionado pelas regras da outra companhia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há quanto tempo?

O Orador: É melhor o senhor verificar as coisas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Há quanto tempo?

O Orador: ... antes de as dizer e lançar informações que não correspondem à verdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há quanto tempo?

O Orador: Por outro lado, aquilo que é necessário fazer, e se tem feito, é uma conjugação plena de todos os meios que temos ao nosso dispor. Isso tem sido feito.

Tem sido feito com a conjugação de tarifas especiais entre os transportes aéreos e transportes marítimos por um lado e, por outro lado, tem sido feito também com a complementaridade que tem existido, em termos da oferta, que os vários *players* têm de forma a potenciar e desenvolver os segmentos que nos visitam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que publicaram os horários da Atlânticoline?

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar.

O Orador: Este é um caminho que não se faz isoladamente, que não se faz apenas com o Governo. É um caminho que temos vindo a trilhar em conjunto com todos aqueles que estão efetivamente interessados em transformar o turismo como uma atividade e uma área da nossa economia que contribua ativamente para que quem viva cá, viva melhor.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É mais fácil pedir ajuda quando se está à rasca!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há quanto tempo? O senhor não respondeu! Há quanto tempo os emigrantes não pagam excesso de bagagem?!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Eu digo ao Sr. Secretário. Foi há um mês e meio!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este setor, que é o setor do turismo, é fundamental.

É necessário que a economia açoriana tenha outras áreas para além da agricultura, das pescas e dos serviços, tendo em conta que temos também a construção civil que neste momento está a conhecer uma crise profunda. É fundamental.

A estratégia dos Governos do Partido Socialista, quando chegaram ao poder em 96, foi precisamente tentar fazer crescer um setor que até aí era desigual, o setor do turismo.

Considero que foi uma aposta estratégica para os Açores, que foi criar um novo campo de atividade que tivesse verdadeira dimensão. Tradicionalmente o turismo nunca teve uma dimensão apreciável na Região Autónoma dos Açores. A verdade é que a aposta ao longo destes 17 anos é uma aposta completamente falhada.

Nos Açores, nenhum outro setor teve um investimento tão grande e tão persistente sem que os resultados possam acompanhar aquilo que conseguimos em termos de qualidade do setor e de crescimento do setor.

Temos hoje um setor do turismo que continua com uma importância residual, embora do ponto de vista do esforço orçamental que todos os anos é feito, é realizado um esforço enorme sem que se obtenham resultados apreciáveis.

É necessário chegar à conclusão que a estratégia do Governo Regional está esgotada, que a estratégia do Governo Regional não funcionou nesta matéria e que precisamos fazer coisas diferentes.

Vou terminar, Sr. Presidente, porque sei que o meu tempo já deve estar quase a esgotar. Vou muito sinteticamente referir aqui duas ou três coisas que considero que são fundamentais, sob pena de me repetir, mas é fundamental.

Não há nenhum setor do turismo que cresça com estes preços das passagens aéreas.

Os senhores dizem: mas os senhores dizem sempre a mesma coisa, referem sempre os mesmos problemas.

Referimos, porque os problemas continuam a existir. Portanto, temos que falar de uma coisa que não está resolvida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há 16 anos!

O Orador: E não está resolvida de legislatura para legislatura. Há sempre um preço excessivo dos transportes aéreos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Cais de Cruzeiros da Horta?

O Orador: Desta forma não é possível conseguir o crescimento deste setor.

Segundo fator, outro fator que tem a ver com uma deficiente articulação...

Presidente: Agradeço que seja breve, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

... por parte do Governo Regional e das diferentes entidades em relação ao setor do turismo.

Temos entidades a mais, temos gestores a mais, temos uma despesa excessiva por parte de quem tem responsabilidades no âmbito do turismo, que não tem

resultados para oferecer, mas tem custos exorbitantes do ponto de vista do funcionamento, todos os anos.

O que precisamos é de uma estrutura mais leve e que não signifique ela própria um lastro para o crescimento do setor turístico.

Terceiro fator que considero que é fundamental: promoção (e termino, Sra. Presidente, com esta última ideia).

A promoção tem sido bastante deficiente (e não tenho tempo para concluir esta ideia).

Depois, referir um último fator, o investimento público, que não tem sido um investimento adequado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... não só em termos de resultados, daquilo que se pretendia obter (não tem existido um crescimento do setor nestas áreas).

Fundamentalmente vou dar aqui um exemplo que foi dado pelo CDS.

O Cais de Cruzeiros, aqui, na Horta. É absolutamente desadequado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma vergonha!

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Tecnicamente é um desastre. Custou uma fortuna fabulosa e agora não serve os propósitos para o qual foi construído,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A draga custa 3 milhões por ano!

O Orador: ... que era atrair o turismo de cruzeiros para a ilha, criando condições, do ponto de vista da infraestrutura, que funcionassem. De facto, é um investimento enorme que não funciona.

E podemos repetir dezenas e dezenas de exemplos destes, sobre estas matérias, estes erros em que do ponto de vista do investimento foi realizado.

Ou seja, um Governo cansado, um governo com 17 anos, sem ideia e completamente esgotado. A única coisa que sabe manter no setor do turismo é, de facto, uma estrutura institucional muitíssimo pesada que se alimenta a si própria. Mais nada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Cais de Cruzeiros da Horta! O navio chega, avista o cais e volta!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas aquilo é um Cais de Cruzeiros?

Deputado Luís Garcia (PSD): É de cruzeiros! É para o Cruzeiro do Canal e para o Cruzeiro das Ilhas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

O Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Para um esclarecimento.

Presidente: Para além de ter esgotado o seu tempo, neste momento de debate só pode intervir uma única vez, mas também já não tinha tempo, por isso teremos de prescindir do seu esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira para encerrar o debate.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, dizer-lhe que não quero ser Miss Universo (já é a segunda vez que me chama isso).

Deputado Francisco César (PS): Nunca lhe chamei Miss Universo!

O Orador: E dizer-lhe que nem tão pouco quero ser o Príncipe Herdeiro.

(Risos dos Deputados da bancada do CDS-PP e de alguns Deputados da bancada do PSD)

Portanto, nem Miss Universo, nem Príncipe Herdeiro.

Aqui, quem me pareceu ser a Miss Universo, foi o Sr. Secretário que vendeu a melhor das maravilhas no turismo dos Açores: “estamos muito bem, estamos a crescer, crescemos seis pontos qualquer coisa por cento em relação ao período homólogo do ano passado”.

Esqueceu-se foi de dizer que a Região Autónoma dos Açores registou a menor taxa de subida a nível nacional. Os Açores, de todas as regiões deste país, foi aquele que menos cresceu em termos de turismo.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Qual é o preço desse crescimento?!

O Orador: É essa a verdade.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): O senhor esqueceu-se de dizer o preço desse crescimento!

O Orador: Esqueceu-se de retirar, a essa subida, o pormenor de termos tido a Páscoa mais cedo este ano, de termos tido um número considerável de subida dos Programas 60 e 65 +. Retirando isso, porque isso não é turismo, quero saber quais são os resultados da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Os 65 +. De onde é que eles veem? Da Suécia, da Suíça, dos Estados Unidos?

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, para quem diz que é um debate requentado, demonstrou uma clara falta de argumentação e de resposta.

Para um debate requentado, o senhor devia ter isso mais na ponta da língua, para saber responder àquelas que foram as questões que coloquei naquela tribuna.

Quem diz que aquela que foi a estratégia dos sucessivos governos do Partido Socialista, nesta Região, é má, é o secretário atual dos transportes e turismo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Ele nunca disse isso!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Eu não disse isso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor nunca mantém o que diz!

O Orador: ... que veio dizer muito recentemente que o PROTA foi mau, foi mau dimensionado, que as 15 mil camas previstas para 2015 não são sustentáveis.

Deputado Francisco César (PS): Ele nunca disse isso! É falso!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não ponha na minha boca as palavras que eu não disse!

O Orador: Que as 10 mil camas que temos atualmente são mais do que suficientes.

Deputado Francisco César (PS): Isso é falso!

O Orador: Não, não. É verdade!

Que temos que mudar de tipologia de hotelaria,...

Deputado Francisco César (PS): É falso, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouve!

O Orador: ... porque a hotelaria e a tipologia que temos não funciona nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouve!

O Orador: É isso que diz o Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também é verdade!

O Orador: Sr. Secretário, bem-vindo.

Deputado Francisco César (PS): É falso! O senhor sabe que é falso!

O Orador: A sua política, na opinião do CDS, está correta. A tipologia da hotelaria, até aqui não foi a melhor.

Os investimentos feitos na promoção do turismo, que o senhor diz que levam muitos anos a ter resultados, é um facto. Os resultados, após quase 17 anos, são os que temos hoje: hotéis feitos sem abrir, hotéis a abrir e a fechar, gente a ir para o desemprego.

O resultado das políticas de 16 anos e de 200 milhões de investimentos na promoção de turismo para os Açores são estes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 200 milhões!

O Orador: Sr. Secretário, onde é que estão os turistas do Brasil, das novas rotas da SATA?

Eu vou ao Continente e vejo-os lá, em todas as ruas.

Onde é que estão os turistas da Dinamarca, os nórdicos?

Quais são os números? Qual é o crescimento?

É isso que queremos saber.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Podemos juntar a Espanha, a Alemanha, a Bélgica!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para compensar o nacional!

O Orador: Onde é que estão os resultados positivos, para a nossa Região, daquelas que foram as políticas e as centenas de milhões de euros investidos nestes 16 anos de governação socialista?

O senhor sabe muito bem que a construção do Hotel Casino que os senhores (todos) se recusaram a responder às questões, foi incentivada pelos senhores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi incentivada pelos senhores!

O Orador: Fora esses 200 milhões da promoção turística, estão todos esses milhões metidos nessas unidades hoteleiras.

Agora o Sr. Secretário diz que é mau investimento, que é preciso mudar de política e que é preciso ter uma nova estratégia. É isso que o senhor diz.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): É preciso adaptar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Hotel Casino?

O Orador: A realidade daquilo que foram os investimentos na Região, trouxe-se até onde estamos hoje.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Temos uma marina em Ponta Delgada vazia; temos uma marina em São Jorge cheia e sem lugar para parar.

Deputado Francisco César (PS): E isso é mau?

O Orador: Temos um Cais de Cruzeiros na cidade da Horta, onde estamos, onde os cruzeiros chegam mas têm que se ir embora porque não conseguem encostar.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Avarias e condições climatéricas!

Deputados Luís Garcia (PSD) e Artur Lima (CDS): Isso é falso!

O Orador: Temos um aluguer de navios que custa, num ano, 8 ou 9 milhões; no outro ano, os mesmos navios, só custam 4 milhões.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São só coincidências!

O Orador: Mas depois o navio está parado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São só coincidências!

O Orador: Temos a construção de novos navios num ano; no outro ano já não queremos novos navios e vamos voltar a alugar os velhinhos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário e Sr. Deputado Francisco César, a estratégia é vossa. Quem nos trouxe aqui foram os senhores, porque o Sr. Deputado Francisco César teve oportunidade, outro dia num debate que tivemos no Programa Parlamento na RTP-Açores, de me dizer que a diferença de mais 4 milhões no aluguer desses navios foi por causa de abrir as portas laterais.

Sr. Deputado, fracamente! Tenha vergonha!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que eu respondi!

O Orador: Foi isso que o senhor me respondeu e foi isso que o senhor me disse,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não percebe nada disso!

O Orador: ...que haviam poucos navios na Europa que se pudessem alugar por causa das portas laterais e que isso tinha um custo exponencial.

Deputado Francisco César (PS): Não! Estava nas rampas roll-on, roll-off!

O Orador: O dobro, Sr. Deputado.

Essa questão do aluguer dos navios e do valor do aluguer dos navios daria discussão para muitas horas nesta casa e não é certamente por causa das portas laterais, se calhar é por causa de outras portas, Sr. Deputado, mas não são as dos navios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O senhor sabe que o que eu estou a dizer é verdade!

O Orador: Depois, dizer-lhe ainda outra coisa, Sr. Deputado.

Aquilo que foi e que tem sido a política deste Governo e dos sucessivos governos na Região, tem sido uma política de desigualdade, inclusive para com os açorianos.

Os senhores sabem que foi este novo Governo, com aquele Sr. Secretário, que criou as tarifas *last minute*.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, está sempre no concurso!

O Orador: Resultados das tarifas *last minute*?

Quantas e para que ilhas? Era essa a grande questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma vergonha!

O Orador: Mais uma vez os senhores discriminaram os açorianos das ilhas mais pequenas. É essa a verdade, Sr. Secretário.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): Agora não posso responder!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a fazer perguntas quando o governo não pode responder, como o senhor bem sabe!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando pode não responde!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: O turismo da saudade. O senhor diz que leva anos para se conseguir resultados.

O que os senhores fizeram para o turismo da saudade foi criar um imposto de 7 euros por quilo quando chegavam a São Miguel para ir para São Jorge, para a Graciosa ou para as Flores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Agora levam-se anos para recuperar a imagem que os senhores criaram perante esse mercado da saudade.

Foi há um mês que o senhor suspendeu.

O CDS, há dois anos, apresentou nesta Casa um Projeto de Resolução para suspender essa taxa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os senhores chumbaram!

O Orador: O Partido Socialista e o governo velho não quiseram.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem o novo!

O Orador: Agora, calada e sorrateiramente, veio retirar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas é preciso agora tirar a imagem negativa que os senhores criaram ao mercado da saudade. Isso leva anos.

Foi o senhor que disse. Concordo consigo, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, estamos onde estamos, porque os senhores nos trouxeram até aqui.

Dizer outra coisa para concluir esta minha intervenção:

É verdade que os continentais não visitam hoje os Açores. Como o senhor diz, alguns deles nem sequer têm dinheiro para comer. Se calhar é verdade. Foi o senhor que disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com honestidade!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores não são mais honestos do que o PS!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não compramos votos!

Deputado Francisco César (PS): Compra, compra!

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Mas dizer-lhe que esses mesmos continentais, desde 2007, vêm a diminuir as suas visitas aos Açores.

Nessa altura, nem José Sócrates, nem Carlos César, admitiam que havia crise em Portugal.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não compro votos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores não são mais sérios do que o PS!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não compro votos!

Presidente: Srs. Deputados, encerrámos por agora as declarações políticas.

A Mesa abre agora inscrições para intervenções. Pergunto se há alguma inscrição?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, era para pedir um intervalo regimental.

Presidente: É regimental. Vamos interromper os trabalhos para almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 57 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 11 minutos.

A Mesa gostaria apenas de informar que tivemos uma alteração na Agenda que vos foi entregue ao final do dia com a inclusão de um novo ponto 8, o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo PSD.

Vamos avançar com o ponto 7 da Agenda da Reunião: **Projeto de Resolução n.º 23/X – “Criação do Museu da Ilha do Corvo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar para o processo legislativo comum. São os seguintes:

O partido proponente (neste caso o PPM), o PS e o Governo dispõem de 25 minutos;

O CDS-PP de 13 minutos;

E o BE e o PCP de 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para apresentação do diploma.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM apresenta hoje, a esta câmara, um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo duas coisas:

Primeiro: que promova a realização de um estudo que conceba um projeto museológico adequado às características históricas, culturais e patrimoniais da Ilha do Corvo;

Segundo: que concretize o projeto museológico, resultado do estudo referenciado, no âmbito da atual legislatura.

O primeiro dos pontos já está concretizado, na medida em que já foi aprovada nesta Casa uma alteração, no âmbito do Orçamento, que aprovou a realização, dotou do ponto de vista financeiro e criou uma rubrica específica para o efeito, que permite avançar com esse estudo.

O segundo ponto é que esse estudo, esse projeto, venha a ser concretizado no âmbito da atual legislatura.

Penso que é por isso um projeto moderado, que se adequa às características que estamos a enfrentar na Região Autónoma dos Açores.

Temos aqui um prazo alargado de concretização, até ao final da legislatura.

É evidente que eu gostava que fosse o mais depressa possível. Tenho a esperança que o Governo Regional venha a implementar este projeto no próximo ano.

Tenho também a convicção que o estudo e o projeto que vão ser realizados irão corresponder àquelas que são as características da Ilha do Corvo.

Com a concretização deste projeto, que tem recebido o apoio de todas as bancadas neste Parlamento e também o compromisso do Governo Regional, fechamos simbolicamente a rede de museus regional. Ou seja, passamos a ter estruturas museológicas em todas as ilhas da Região.

Isso significa que temos uma visão descentralizada da cultura, da identidade cultural de cada ilha e também daquela que é e tem sido uma ação da autonomia no sentido de proteger, de preservar a herança cultural de todas as ilhas.

Percebo que a Ilha do Corvo, nalgumas circunstâncias e para algumas infraestruturas, é uma ilha pequena. Tem pouco mais do que 430 habitantes.

Portanto, é uma ilha em que algumas infraestruturas de maior dimensão não se justificam. Mas esta questão da preservação da herança cultural justifica-se desde há muito.

É uma ilha de pequena dimensão, mas a história dos Açores nunca se irá perceber, nunca estará completa, sem a presença de todas as ilhas, sem a proteção do património cultural de todas as ilhas.

A Ilha do Corvo é uma ilha com características especiais. É a ilha mais isolada dos Açores; foi uma ilha que ao longo de 500 anos de povoamento (500 anos são muitos anos; é uma identidade muito forte; é uma identidade que, em termos de duração, supera a maior parte dos países europeus; a maior parte dos países europeus não tem 500 anos de história) teve uma identidade continuada, uma vivência continuada e produziu objetos culturais próprios e específicos.

Produziu também um contexto cultural muito específico.

Por isso é necessário que essa identidade, essa especificidade seja reconhecida.

É isso que este Parlamento se prepara para recomendar ao Governo Regional. O Governo já prestou declarações nesse sentido e está em concordância também com este objetivo.

É fundamental e absolutamente simbólico por parte da autonomia, num contexto económico tão grave como aquele que estamos a passar, apesar de tudo, termos a convicção de que é necessário projetar algum do nosso esforço orçamental na defesa da identidade cultural, na identidade da Região Autónoma dos Açores.

Digo-vos uma coisa: se alguma vez esta Casa, se alguma vez os órgãos da autonomia perderem a perceção que a cultura da nossa Região, a cultura específica dos Açores, deve ser menos protegida, deve ser menos acarinhada, então a autonomia política também se irá justificar menos e não terá aquela que é a projeção essencial, do ponto de vista político, que é a existência de características culturais específicas.

Não são só características geográficas e políticas.

A nossa autonomia também se fundamenta no âmbito da identidade cultural específica do povo açoriano. O povo açoriano está espalhado por 9 ilhas e pela nossa diáspora.

Também quero aqui dizer, em abono da verdade, que este projeto não foi apresentado, em primeiro lugar, pelo PPM.

Eu comecei a dar aulas de história na Ilha do Corvo há cerca de 13 anos, mas este projeto já existia muito antes de eu chegar à Ilha do Corvo e do PPM depois também ter vindo a defender.

Várias forças políticas tiveram oportunidade de apresentar projetos museológicos, a necessidade de se construir um museu e salvaguardar o património na Ilha do Corvo. Isso foi feito ao longo de décadas.

Não importa agora saber, no contexto em que estamos, de quem é a culpa ou de quem deixa de ser a culpa.

A mim, o que me interessa é o futuro. O que me interessa é que aquele património seja preservado.

Para terminar esta primeira intervenção devo dizer que concordo com as várias opiniões que têm vindo a público em relação a este assunto, que é o facto da dimensão da Vila ser tão pequena e o casco histórico ser tão importante. Também temos que ter uma visão, do ponto de vista de um projeto museológico, que tenha um contexto alargado e não se cinja apenas àquele edifício, mas que seja devidamente inserida no contexto daquela que é a identidade e também as características arquitetónicas da Vila, com a própria história dos edifícios e dos objetos.

Nesse sentido, concordo com essa visão, mas devo dizer o seguinte:

Em 96, a Direção Regional da Cultura, fez um levantamento na Ilha do Corvo. Identificou uma série de edifícios classificados, datou o período de construção devidamente. Alguns do séc. XIV ainda, muitos do séc. XVII e do séc. XVIII.

Posso aqui testemunhar que metade dos edifícios que foram então classificados já estão completamente descaraterizados.

Em apenas 17 anos perdemos metade do património construído na Ilha do Corvo, que foi devidamente classificado pelo Governo Regional. Ou seja, não foi feita esta proteção.

Por isso é que considero e estou completamente de acordo que é muito importante defender o contexto e é muito importante defender o que ainda existe, porque se continuarmos com um nível de degradação do património construído, e também dos objetos de valor cultural, tão acentuado, temo que passados mais 17 anos os 50% dos edifícios que restam, e o pouco que também resta de objetos de valor cultural, desapareçam.

Por isso é que este projeto é urgente, para salvar o que ainda temos e para salvar este contexto que irá com certeza ser bastante importante para a implementação de um projeto que possa contextualizar-se no conjunto do património histórico da Vila do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, tem a palavra.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No passado dia 11 de abril a Comissão de Assuntos Sociais reuniu com o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, Dr. Luiz Fagundes Duarte, com o objetivo de apreciar este Projeto de Resolução entregue nesta casa pela Representação do PPM, tendo aprovado, no dia 10 de maio, o respetivo parecer. O Sr. Secretário começou por dizer, e muito bem, que o museu do Corvo, de alguma forma, já existe, e que toda a ilha deve ser vista como um museu.

De facto, a singularidade da ilha, as vivências dos Corvinos, consequência do seu próprio isolamento, as suas ruas apertadas e de calçada, as suas casas feitas de pedra, os seus moinhos, os seus palheiros característicos, e até, vejam lá, algumas viaturas feitas por medida como as viaturas dos bombeiros e os carros do lixo, fazem do Corvo um sítio único, singular e diferente de todas as ilhas.

No entanto, o Grupo Parlamentar do PS considera que, mesmo com tal singularidade, existem peças importantes, que constituem marcas de um passado Corvino (como as fechaduras do Corvo, as barretas dos pastores, os apetrechos de pesca rudimentares, as latas de leite antigas, os candeeiros a óleo de baleia, os instrumentos da carda da lã e outras peças), que marcam a identidade do Corvo e dos seus habitantes e que merecem ser vistas e apreciadas por quem nos visita.

Para isso achamos que o Corvo carece de um espaço físico onde as mesmas possam permanecer e serem exibidas com toda a dignidade.

Sim, é bem verdade que este Projeto de Resolução já foi apresentado pelo PPM na última legislatura e que o mesmo foi rejeitado por este Parlamento,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não! Não foi o Parlamento! Foram os senhores!

O Orador: ... mas também é bem verdade que na altura existia um compromisso do Governo Regional na criação de um espaço multiusos e de um centro de interpretação ambiental e cultural, os quais estão já em funcionamento neste momento.

O Governo Regional não tem a pretensão de fazer tudo de uma só vez, até porque a atual conjuntura financeira não o permite.

Este Projeto de Resolução vem ao encontro de uma promessa eleitoral do Partido Socialista e que fez parte do nosso manifesto eleitoral nas últimas eleições.

Este foi um compromisso para esta legislatura e será cumprido, assim como todos aqueles a que nos comprometemos.

Deste modo o Grupo Parlamentar do PS votará favoravelmente este Projeto de Resolução.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Da mesma forma que a Região Autónoma dos Açores seria uma realidade incompleta sem a Ilha do Corvo, também a Rede Regional de Museus dos Açores só ficará efetivamente completa com um Museu no Corvo.

Não por causa da Rede, nem sequer por causa do Museu, mas sim por causa do Corvo.

A Ilha do Corvo tem uma história que é longa e uma comunidade que é única.

A história da sua comunidade traduz um património cultural que bem merece ser reunido, organizado e mostrado, desde logo aos próprios corvinos mas também, e sobretudo, aos visitantes da ilha.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Nos Açores, cada ilha vale por si e acrescenta valor ao todo regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é pelo Corvo ser a ilha mais pequena que não merece ter o seu próprio museu.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Muito pelo contrário.

É exatamente a sua singularidade que motiva interesse acrescido e pertinência reforçada à criação de um museu – também ele – único nos Açores.

Finalmente, tudo agora se conjuga nesse sentido.

- O Dr. Paulo Estevão doou à Região um imóvel, que o governo aceitou, para a instalação do Museu.

- O PPM propôs e o Parlamento aprovou a inscrição de uma verba no Plano de 2013 para desencadear o processo.

- O Secretário informou a Comissão que está feito o levantamento sumário das peças que poderão integrar e definir o discurso museológico.

- A Comissão foi unânime no parecer favorável à aprovação em Plenário.

O PSD, como todos os demais partidos da oposição, mantém a coerência do seu voto favorável, hoje como em 2011, a esta legítima aspiração dos corvinos que preenche uma lacuna na cultura açoriana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: À segunda, será de vez.

Esta aprovação, previsível e merecida, ocorrerá, curiosamente, na mesma semana em que se comemora o Dia Internacional dos Museus, a 18 de maio.

Congratulamo-nos com a futura instalação de um projeto museológico adequado às características específicas da Ilha do Corvo e desejamos-lhe

melhor sorte do que aquela que tem tido o núcleo sede do Museu Carlos Machado em Ponta Delgada.

Deputados Joaquim Machado e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Vem bem a propósito aqui reafirmar que o Convento de Santo André continua encerrado ao público há 6 anos e 6 meses para obras que nem sequer chegaram a começar...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É uma vergonha!

O Orador: ... e que a última informação do governo garantia a sua reabertura até ao passado mês março.

É caso para dizer que tanto a cidade maior como a vila mais pequena merecem bem um museu oficial de corpo inteiro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Silva.

(*) **Deputado Francisco Silva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP também apoia a iniciativa do Projeto de Resolução em análise, como aliás já o afirmou em sede de Comissão de Assuntos Sociais.

O Grupo Parlamentar também congratula-se com o empenho pessoal do Sr. Deputado do PPM que doou o imóvel e tem-se empenhado para que este projeto se venha a concretizar.

A Ilha do Corvo é a única ilha dos Açores ainda sem um museu e é de maior justiça que o venha a ter.

Esperamos, portanto, a concretização do projeto museológico da Ilha da Corvo que permita conservar e divulgar a cultura e património desta ilha. Esperamos também que ele se venha a concretizar até ao final da legislatura.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Boa tarde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

A pretensão que é objeto deste Projeto de Resolução é aceitável, é justa e exequível. Poderia mesmo dizer que transcreve, embora por outras palavras, aquilo que desde há muito tem vindo a ser afirmado pelo Governo, e que eu próprio já tive oportunidade de o afirmar, e já se encontra devidamente registado no Plano e Orçamento da Região para 2013, apresentado a esta Assembleia e aprovado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi assim há tanto tempo como isso!

O Orador: Ou seja, este Projeto de Resolução não nos traz, felizmente, novidade alguma.

Com efeito, o Corvo, à semelhança do que acontece com as restantes ilhas, também terá o seu museu, mas à sua medida e de acordo com as suas circunstâncias.

Teremos, no entanto, que recordar aqui um pouco da história de todo este processo, que teve início efetivo com a classificação do Núcleo Histórico da Vila do Corvo, como conjunto de interesse público, o que já traz em si subjacente a ideia consolidada de que o Corvo já tem, de facto, o seu museu: a própria Vila com as suas casas, as suas ruas, as pessoas, as suas vivências e as suas tradições vivas.

Neste sentido, a Direção Regional da Cultura, em parceria com a Câmara Municipal do Corvo e os serviços da Direção Regional do Ambiente, sedeados na Ilha, tem vindo a desenvolver um trabalho que considera toda a zona

classificada do Corvo como um ecomuseu, o que se traduzirá na reabilitação e conservação do edificado.

Lamento, de facto, aquilo que foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que depois do inventário do património imóvel – que foi público e, de resto, foi dos primeiros [ainda são do meu tempo enquanto Diretor Regional] a ser publicado – as pessoas do Corvo não tenham tido consideração por aquelas peças que foram identificadas como de interesse patrimonial.

Tudo isso se traduzirá na reabilitação e conservação do edificado, valorizando e disponibilizando aos visitantes uma visão de usos, costumes e vivências dos corvinos.

Envolvendo a atual população da ilha, o projeto pretende ser dinamizador ao nível económico e cultural, assim como transformar-se num elemento unificador da população em torno da sua identidade intrínseca, nomeadamente através do apoio ao nível da reorganização dos espaços, com o intuito de proporcionar uma dinâmica participativa da comunidade, atendendo aos conhecimentos e competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais de que é detentora, permitindo desta forma ir ao encontro do conceito e objetivo de um museu que não se traduz numa mera acumulação de objetos e coleções num determinado local, mas que procura recorrer e utilizar os testemunhos materiais e imateriais que permitem compreender, explicar e experimentar também a realidade social, económica, tecnológica e histórica da comunidade local.

Com o intuito de situar os objetos no espaço e no tempo, iremos recorrer a todos os corvinos, que sempre utilizaram e/ou criaram esses objetos, para que continuem a fazer o seu trabalho de forma a restituir-lhes, em certa medida, o respetivo sentido prático e funcional, uma vez que é parte integrante do ecomuseu tudo quanto possui valor cultural e tudo o que está vivo e é utilizável pela população.

O enraizamento do ecomuseu na comunidade local é fundamental e só se torna exequível através da participação ativa e voluntária da população nas várias atividades desenvolvidas, sendo que, para tal, é fundamental motivar,

esclarecer, auscultar e envolver toda a população nos vários projetos a pôr em prática.

No âmbito da recolha de informações sobre os objetos de valor cultural e patrimonial que possam testemunhar o percurso histórico, a identidade etnográfica e as práticas culturais específicas da população corvina – estou a citar uma passagem do requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão a 26 de abril de 2012 – a Direção Regional da Cultura, através de um dos seus técnicos, estabeleceu contactos diretos com a população da ilha do Corvo e recolheu dados, incluindo o próprio pároco.

Importa referir o facto de se terem verificado algumas reservas por parte da população, direta e indiretamente, quanto à venda resultante do forte sentido de pretensão para com os objetos e pela indefinição, na altura, do espaço onde as peças seriam expostas após a compra.

Assim sendo, e uma vez que não foram identificados objetos em risco de serem adquiridos por particulares ou entidades externas, a Direção Regional da Cultura optou por aferir a existência de objetos de valor cultural, patrimonial e identitário da população da Ilha do Corvo.

No levantamento realizado procurou-se obter dados sobre a existência de teares, considerando a importância da atividade de tecelagem na ilha.

No entanto, concluiu-se que existem apenas quatro teares completos, assim como alguns elementos de outros teares que se encontram incompletos ou que já não existem em si.

“Atualmente, os teares existentes na Ilha do Corvo não são utilizados e encontram-se até desmontados.

Para além dos referidos teares os objetos que constam no levantamento realizado são: fechadura de madeira, fechadura de madeira com chave em osso de baleia, o *mechim*, recipientes para a conserva de alimentos (barças), carros de bois, sebe e alfaias, tesouras para a tosquia das ovelhas, máquinas de costura, ferramentas de carpintaria, vestuário em lã (incluindo os tradicionais barretes).”

Foram ainda obtidas algumas informações quanto à eventual existência de “objetos pertencentes ao Sr. Pedro Cepo, o saudoso Ti Pedro Sepo,

nomeadamente instrumentos musicais e condecorações que, por sua vez, estariam na posse da família, assim como algumas referências quanto à possível existência dos antigos depósitos de combustível.

Quanto à identificação dos proprietários dos vários objetos referidos, os nomes registados através do contato direto e/ou de informantes são (vou citar nomes): Sr. Casimiro Rocha (neto do Sr. Ti Pedro Sepo e que atualmente reside aqui no Faial), Sr. Carlos Valadão, Sra. Dona Fátima Jorge, Inês Mendonça, João de Brito, José Maria Cabral, José Mendonça, Maria João Fraga, Maria José Mendes, Maria Manuela Nunes Rita, Maria de Lurdes Avelar, Pedro Domingos, um outro Pedro Domingos (primo do anterior), Rogério Rodrigues, Zulmira Pimentel.”

Trata-se de um bom grupo de informantes acerca deste tipo de património.

Na sequência do levantamento dos objetos de valor cultural e patrimonial que caracterizam a identidade etnográfica da população do Corvo, e considerando os vários parâmetros que contribuem para a caracterização da população da ilha no âmbito económico e social, o estudo que veio sendo desenvolvido pela Direção Regional da Cultura, e seus parceiros, aponta no sentido de transformar toda a zona classificada do Corvo num museu vivo, que se traduzirá na reabilitação e conservação de um conjunto edificado, valorizando e disponibilizando a todos os visitantes uma visão dos usos, costumes e vivências da população. Isto é sempre bom repetir.

Presentemente, está em preparação a definição de um circuito que pretende constituir-se numa fonte de informação e conhecimento, desde o seu início até ao final, recorrendo para tal a uma sinalética especial, a pequenos painéis e maquetas, assim como a uma aplicação para telemóvel com informação para os visitantes.

Ao longo de todo o percurso serão definidas e criadas estruturas museográficas que, para além de integrarem objetos representativos, disponibilizarão informação audiovisual e multimédia.

O percurso será iniciado a partir do conjunto constituído pelo pequeno edifício doado por V. Exa. à Região, que será recuperado, e pelo Centro de

Interpretação Ambiental e Cultural da ilha, que já está em funcionamento, onde os visitantes encontrarão toda a informação inicial necessária para a contextualização do local, para a história da ilha, para organizar a sua visita a realizar pela Vila e pela ilha. Temos que considerar que a Vila, em si, é um património classificado, é um património precioso, mas ela é assim porque a ilha tem as características que tem, aliás, também está classificada como um todo pela área do ambiente.

Esta ligação entre a Vila e o Museu terá que ser abrangente a toda a ilha. As pessoas que visitam a Vila têm que ter consciência que uns bons metros mais a cima, numa quota mais a cima, têm o Caldeirão e toda a sua envolvência.

Além disso, essa casa, que é pequena mas que terá a sua funcionalidade em articulação com o Centro de Interpretação já existente, também terá condições para a apresentação de exposições temporárias, artísticas ou outras. Assim será o Museu do Corvo.

Já agora, se me permitem, e uma vez que foi levantada a questão, pelo Sr. Deputado do PSD, do Museu Carlos Machado.

Sr. Deputado, no Museu Carlos Machado, o seu pessoal está a reorganizar a coleção. Estamos à espera que o Orçamento entre em vigor, uma vez que há uma ação no Plano exatamente para acudir às pequenas obras que decorrerem do facto do edifício ter estado fechado este tempo todo. Tem a ver com pinturas, recuperação de humidades, etc..

A indicação que eu dei foi para o museu abrir imediatamente. Está a ser concretizada.

Naturalmente temos que fazer essas pinturas, fazer essas adaptações para que ele abra. Mal o Plano esteja em execução, poderemos iniciar essas pequenas obras. À medida que as obras forem ficando disponíveis, irão sendo abertas ao público.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai ficar pronto antes da biblioteca de Angra, pelo menos?!

O Orador: Sr. Deputado, estamos a falar do Museu Carlos Machado, que é uma situação completamente diferente.

Sr. Deputado, fique descansado.

Agora, não iríamos abrir um museu só para satisfazer as necessidades de confrontar o Governo, que V. Exa. tem, mas apresentar em condições para que o público possa ter acesso em condições, àquela preciosa coleção e que essa coleção seja apresentada ao público com todas as condições.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para dizer, a propósito deste Projeto de Resolução do PPM, o seguinte:

Quem é que poderá, em boa-fé, votar contra um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo a criação de um Museu na Ilha do Corvo, única ilha do arquipélago que ainda não tem uma entidade como esta, apesar de estar prevista a sua implantação, ou a sua implementação, há tantos anos?

Foi um sonho que começou em 1977.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Mas agora vai ser feito!

A Oradora: Portanto, o Deputado Paulo Estêvão e a Representação Parlamentar do PPM agarrou, digamos, uma luta e uma causa que tem décadas. Ninguém, em boa verdade, poderá votar contra este Projeto de Resolução, sobretudo depois de constatarmos que o próprio Partido Socialista reconheceu o seu erro, aquando da primeira apresentação deste Projeto de Resolução, nesta câmara. Foi o único partido a votar contra ele.

Nós agora até ficamos muito surpreendidos e muito agradados, porque o Partido Socialista reconheceu o erro, deu a mão à palmatória e inverteu o seu sentido de voto. Mas ainda mais surpreendidos pelas palavras entusiásticas, que nós subscrevemos na íntegra, do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, que prova acima de qualquer sombra de dúvida a justeza desta causa, o

direito que aquela comunidade e aquela ilha têm a ter a sua memória representada e resguardada.

Portanto, desde o início a justiça e a justeza desta recomendação ao Governo.

Vá-se lá saber porquê ficou embrulhada no voto contra do Partido Socialista, agora corrigido.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A posição da Representação Parlamentar do PCP não se alterou relativamente a esta questão. Vai dar o seu voto favorável.

Penso que já tudo terá sido dito sobre a necessidade da criação do Museu do Corvo.

É uma questão de justiça, é uma questão de necessidade, de preservação da memória histórica daquele povo e daquela ilha.

Apenas me resta saudar aqui o Deputado Paulo Estêvão pela persistência que tem tido relativamente a esta questão e agradecer-lhe também, porque tivemos a oportunidade de ouvir, aqui, o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura dar-nos uma brilhante lição sobre museografia, museologia.

Estamos muito gratos a si e ao Sr. Secretário. Contribuiu para que o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura nos desse aqui esta lição.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): É sempre bom aprender, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não vou acrescentar nada em relação ao Projeto de Resolução do PPM em concreto. O meu colega Francisco já fez saber qual é a posição do Grupo Parlamentar do CDS-PP em relação a esta matéria.

Apenas quero felicitar o Sr. Deputado Paulo Estêvão por mais esta iniciativa e pela sua luta ao longo da anterior legislatura...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Obrigado!

O Orador: ... e continuando nesta para que o Corvo também entre no mapa da cultura dos Açores.

Queria era, sim, felicitar o Sr. Secretário Regional da tutela pela sua intervenção...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então não foi só eu que gostei!

O Orador: ... e pela forma como nesta Casa, hoje, fez saber qual é o conceito de um ecomuseu e qual é a sua opinião, enquanto secretário, na forma de implementar um projeto dessa natureza. Seja bem-vindo, porque o velho governo nunca o percebeu ou então fez de conta que não queria perceber.

Deve ser do seu conhecimento que São Jorge tem, de há alguns anos a esta parte, um projeto para um ecomuseu. Um projeto para um ecomuseu que não vai, nada mais, nada menos, do que ao encontro daquilo que o senhor aqui acabou de explicar que é, que deve ser e quer fazer no Corvo com o projeto de um ecomuseu.

Um projeto que envolve a sociedade no seu todo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Veja lá onde se meteu, Sr. Secretário!

O Orador: Um projeto que traz para si as tradições de um povo, da sua cultura, da sua gastronomia e da sua vivência no dia-a-dia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Veja lá onde se meteu, Sr. Secretário! E agora? A defesa do ecomuseu!

O Orador: Sr. Secretário, seja bem-vindo!

Espero que de São Jorge e do ecomuseu de São Jorge consiga e faça o mesmo que hoje aqui disse que vai fazer para a Ilha do Corvo e que este se estenda a muitas ilhas dos Açores, por uma razão tão simples quanto esta:

É porque no entender do CDS-PP este é um projeto sustentável, não só culturalmente, mas inclusive economicamente, para as nossas ilhas.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Silva (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Sobre o Museu do Corvo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! Sobre o ecomuseu de São Jorge!

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que fui interpelado diretamente pelo Sr. Deputado de São Jorge relativamente ao museu, gostaria de salientar que, modéstia à parte, foi nos meus longínquos tempos de Diretor Regional da Cultura, num Governo do Partido Socialista, que se avançou com o inventário...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já estava pensado há muito tempo!

O Orador: ... do património arquitetónico, como se chamava na altura, de toda a região, incluindo São Jorge.

Temos a noção de que a nossa arquitetura, o nosso património imóvel, resulta de uma relação muito íntima entre a atividade humana e o meio em que ela se exerce.

Tudo aquilo que tenha a ver com os nossos edifícios, com o nosso património edificado tem que ser entendido como um conjunto. Portanto, a ideia de ecomuseu é fundamental.

É evidente que falarmos de São Jorge e falarmos do Corvo são realidades diferentes.

No entanto, neste momento está em andamento o projeto de construção do novo museu de São Jorge, o Museu Francisco de Lacerda, que traz no seu programa já essa ideia, ou seja, o museu que terá o nome de uma grande figura da cultura europeia do séc. XIX, natural de São Jorge, Francisco Lacerda.

Servirá de porta de entrada e de centro de interpretação de toda a ilha. Não vai ser o museu da música, não vai ser o museu da Calheta. Vai ser o museu de São Jorge que orientará o visitante, quer para questões de património construído, quer para questões e realidades do património natural.

Todas as nossas ilhas, de alguma maneira, têm características para terem museus dessa natureza.

De qualquer maneira gostaria de garantir ao Sr. Deputado que o programa base do Museu de São Jorge já está marcado por essa ideia de que não será um repositório de objetos soltos, mas um centro de interpretação com objetos de memória identitária de toda a ilha.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, acho que o senhor devia apresentar uma proposta já hoje!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma alegria!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Presumo que para encerrar o debate.

Deputado Berto Messias (PS): Não necessariamente!

O Orador: Não há essa figura, é verdade. Não necessariamente.

Vou tentar não dizer nada que provoque novas intervenções por parte de V. Exas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso está bem! Até agradecemos o esforço!

O Orador: ... até porque não está aqui o anterior Presidente do Governo, o Sr. Carlos César, que tinha por hábito (por duas vezes) utilizar as propostas do Corvo para fazer um discurso de índole regional. Dizia, em exemplo, o Corvo fica nos Açores; portanto nos Açores temos isto... A partir daí fazia uma longa exposição sobre outro tipo de assuntos.

Não vou sair do assunto específico. Penso que já tudo foi dito.

Tenho apenas a fazer três referências muito breves.

Em primeiro lugar, agradecer as referências que foram feitas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça de agradecer ao Sr. Secretário a colaboração!

O Orador: ... pelos Srs. Deputados que me antecederam, no sentido desta luta que foi a construção do Museu do Corvo.

Depois, a coerência que os diversos partidos da oposição demonstraram nesta matéria. Já tinham votado favoravelmente, voltaram a fazê-lo.

Também referenciar a intervenção do Sr. Deputado Iasalde Nunes que, justiça lhe seja feita, colocou no seu manifesto eleitoral esta matéria. Aliás, eu conheço a posição do Sr. Deputado Iasalde Nunes sobre esta matéria há muitos anos e sei que sempre esteve a favor da construção desta infraestrutura cultural. Justiça lhe seja feita a ele.

Na política há quem tente ficar com os louros todos. Eu não faço parte desse clube.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, ia tão bem!... É preciso irmos outra vez lá?

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Feita esta referência, feita esta justiça, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quer umas asinhas?

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: ... devo dizer também o seguinte:

No âmbito dos edifícios classificados na Ilha do Corvo eu considero que é urgente uma intervenção.

O Governo Regional tem um programa de regeneração urbana.

Registo aqui, neste âmbito que precisamente estamos a discutir, que uma das prioridades na futura implementação deste programa na Ilha do Corvo (será implementado, pelo que percebi, em todas as ilhas) será exatamente

intervenções em edifícios do séc. XV, do séc. XVI ou do séc. XVII que temos na Ilha do Corvo.

Os particulares, na situação social e económica que estamos a viver, para fazerem uma intervenção num edifício com aquelas características torna-se muito mais caro, muito mais difícil e exige um acompanhamento técnico muito mais exigente.

É difícil para as pessoas, na situação social que estão a enfrentar, fazer intervenções deste género.

O que queremos é que as pessoas façam esta intervenção, que a façam corretamente, bem acompanhadas, mas também têm que ter o apoio institucional que tem que ser concedido nesta matéria.

Portanto, no âmbito da regeneração urbana, deixo a sugestão ao Governo, que com certeza terá e irá estabelecer uma série de prioridades (não digo que esta seja a primeira, porque há questões sociais tremendamente difíceis para enfrentar também), mas que no âmbito das prioridades venha a ser definido que edifícios classificados venham a poder ser incluídos no âmbito das prioridades das intervenções que o Governo vai realizar no âmbito do programa de regeneração urbana.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E no núcleo museológico, no museu!

O Orador: É uma sugestão que aqui deixo.

Termino referindo que ficou provado, Srs. Deputados, que o Corvo é na Terra não é na Lua.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente.

De facto, o Corvo é na Terra, é nos Açores, não é na Lua.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito forte!

O Orador: Sr. Deputado, é bom termos noção de onde vivemos.

Sr. Deputado, gostaria de salientar que existe no Plano da Região, desde há muito tempo, uma ação exatamente para apoio aos particulares que são detentores de edifícios classificados ou situados em áreas protegidas classificadas.

Normalmente, sempre que necessitam de obras, para já têm que ter autorização, um parecer da Direção Regional, e existem verbas exatamente para dar esse tipo de apoio.

Essa situação coloca-se nos 400 edifícios urbanos que são classificados (Corvo, Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa e Angra do Heroísmo), e nas outras localidades onde há edifícios classificados e as respetivas áreas de proteção.

Existe esse apoio. As pessoas podem apresentar o seu projeto.

Existem normas, mas apresentam o seu projeto e são acompanhadas por técnicos da Direção Regional.

O que acontece muitas vezes é que as pessoas fazem obras sem tomar essa iniciativa.

Portanto, quando a Direção Regional se apercebe, terá que fazer o papel do polícia, ou seja, chamar a atenção para situações em que as intervenções foram feitas mal feitas, não foram autorizadas. Portanto, nessas circunstâncias não podem ser apoiadas.

Mas sempre que seguirem o seu processo normal, dentro da lei, existem mecanismos para apoio a esse tipo de obras.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Conheço esses normativos, mas gostaria de referenciar que esse processo é tremendamente complexo. As respostas demoram muitíssimo tempo para quem precisa de fazer uma intervenção.

Os obstáculos que são colocados são muitíssimos e isso desespera as pessoas. Penso que temos que criar as condições necessárias para que não exista o tal “polícia”, mas que exista alguém do Governo Regional que está pronto a ajudar uma pessoa que quer fazer uma intervenção numa casa que está classificada, mas que precisa de um auxílio para que isso se faça e que não seja criado um conjunto de obstáculos burocráticos que leva as pessoas a abandonar.

Tenho imensas queixas nesse sentido.

Pessoas que tentam e depois é criado um conjunto tão grande de obstáculos que as leva a desanimar. É a verdade, Sr. Secretário. Esta é a pura das verdades.

Sei que se vai deslocar à Ilha do Corvo. Terá ocasião de perguntar isso, sobre essa questão, as dificuldades que são criadas.

De facto, é isso que leva a que as pessoas desanimem e de repente abandonem essas questões de âmbito legal.

O mais importante é criar toda a envolvência que permita que a intervenção se faça, que se conserve o património e que as pessoas tenham oportunidade de fazer as intervenções e melhorar a sua qualidade de vida, porque apesar dos edifícios serem edifícios datados, podem ser atualizados no sentido de se atingir também aquele conforto que se vive em sociedades do séc. XXI, com as tecnologias que são utilizadas no séc. XXI.

É possível compatibilizar as duas coisas: que as pessoas tenham uma melhoria no seu conforto, nas suas condições habitacionais e preservar aquelas que são as características específicas daqueles edifícios.

Penso que é possível desburocratizar esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos então no ponto 8: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2009/A, de 5 de junho (PROMEDIA II – Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada para o quadriénio 2009-2012)”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD .

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD exerceu o direito regimental de agendamento potestativo do seu Projeto de Decreto Legislativo Regional – que visa tão só a prorrogação do PROMEDIA II até à vigência do PROMEDIA III – por justificadas razões que têm causas políticas e consequências económicas.

- Primeiro, porque o vazio legal que decorre entre os dois sucessivos programas de apoio já se prolonga excessivamente.

- Depois, porque a suspensão dos apoios regulares que esse interregno pressupõe, nalguns casos já há mais de oito meses, condiciona a sobrevivência de órgãos de comunicação social e ameaça a manutenção de postos de trabalho.

- Afinal, porque já parecia estarmos perante um procedimento político de “veto de gaveta”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas vamos por partes.

Os apoios públicos à comunicação social privada foram criados pelos governos do PSD e foram mantidos pelos governos do PS porque tinham e têm razão de ser. Ainda mais num tempo presente de dificuldades acrescidas.

Mas, obviamente, a característica mais óbvia dos apoios regulares é serem atribuídos regulamente. Isso pressupõe que não sejam interrompidos prolongadamente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta era uma preocupação respeitada pela primeira geração dos diplomas de apoio.

O Decreto Legislativo Regional de 29 de novembro de 1989, que criou o “Sistema de Apoio Financeiro aos Órgãos de Comunicação Social dos Sectores Privado e Cooperativo da Região Autónoma dos Açores”, vigorava por tempo indeterminado, até que fosse expressamente revogado por diploma sucessivo com efeitos imediatos, exatamente para evitar um vazio legal na concessão das ajudas públicas consideradas indispensáveis.

Este não foi o entendimento prevalecente da segunda geração dos diplomas de apoio.

O Decreto Legislativo Regional de 9 de junho de 2006, que instituiu o PROMEDIA – Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada, orgulhava-se mesmo dessa delimitação temporal, assim expressamente assumida: *“As novas soluções passam pela consagração não já de um regime com duração indefinida mas de um programa com a duração de três anos”*.

E, de facto, exatamente três anos depois – justiça lhe faça – o Decreto Legislativo Regional de 5 de junho de 2009 instituiu o PROMEDIA II, desta vez para o quadriénio 2009-2012 e, portanto, vigorando até 31 de dezembro do ano passado.

Só que, neste caso, o pai morreu sem deixar descendência...

Só a 20 de fevereiro de 2013 – 51 dias depois da caducidade do PROMEDIA II – é que o Governo entregou no Parlamento a sua proposta de Decreto Legislativo Regional para estabelecer o III Programa de Apoio à Comunicação Social Privada.

Pressentindo este atraso inadmissível do governo – que terá sido motivado por desatenção ou por desleixo ou por desconsideração – o PSD antecipou-se.

Ainda a 4 de dezembro de 2012, o nosso Grupo Parlamentar avançou com um projeto de Decreto Legislativo Regional que apenas visava um procedimento tão simples como importante: **prorrogar o prazo de vigência do PROMEDIA II para além de 31 de dezembro de 2012 e até à entrada em vigor de um suposto PROMEDIA III.**

Tão simples e tão importante como isso.

Tomámos esta iniciativa – e impusemos agora o seu agendamento – em nome de todos os jornais e de todas as rádios de todas as ilhas, como é próprio de um Partido atento, responsável e consequente.

Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: A proposta do PSD mereceu pronto despacho da senhora presidente da Assembleia Legislativa para parecer da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho até 6 de janeiro de 2013.

Este ponto só foi agendado para a reunião da CAPAT de 10 de janeiro, deliberando-se solicitar parecer escrito aos destinatários do diploma.

E lá se foi um mês...

Os pareceres só foram oficialmente solicitados a 19 de fevereiro.

E lá se foram dois meses...

A Comissão deliberou emitir o seu parecer na reunião de 13 de março.

E lá se foram três meses...

O Relatório correspondente foi associado à reunião da Comissão de 10 de abril.

Mas não foi agendado para o plenário de abril.

E lá se foram quatro meses...

Na reunião da Comissão de 3 de maio...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Cinco meses!

O Orador: ... é garantido que o diploma dará entrada na Mesa da Assembleia em condições de ser agendado para o plenário de maio. Mas não foi.

E lá se foram cinco meses...

Já é tempo demais!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Decorreram quatro meses para emitir um relatório de parecer e decorreram dois plenários para agendar um diploma relatado.

Só há uma conclusão a tirar: o projeto do PSD estava a “marcar passo” até à aprovação da proposta do Governo para deixar assim de ter razão de ser.

Basta referir aqui a posição da maioria no Relatório da Comissão: “*O Grupo Parlamentar do PS dá parecer desfavorável à iniciativa, considerando que deu*

entrada na Assembleia Legislativa, por iniciativa do Governo Regional, uma proposta mais abrangente”.

O problema é que a proposta do Governo chegou tarde e, mesmo assim, não chegou bem.

Basta referir aqui o parecer conjunto que foi significativamente subscrito por todos os cinco jornais diários dos Açores sobre a proposta do Governo, que passo a citar: *“A proposta de PROMEDIA III que nos é submetida para parecer nada acolhe da audição prévia em que participámos e que foi promovida pela Presidência do Governo Regional; não é sensível às circunstâncias e às disfunções atuais dos órgãos de comunicação social açorianos e é, inclusivamente, mais restritiva no acesso aos apoios que já existiam em programas anteriores”.*

Seja porque os jornais acusam o futuro programa de ser pior que o anterior, seja porque a situação financeira da Região impõe o adiamento da sua aprovação, a proposta do Governo continua em diligências de Comissão e, portanto, o projeto do PSD continuaria em antecâmara de Plenário.

Não faltavam assim razões acumuladas para impor o agendamento da iniciativa legislativa de dezembro na sessão plenária de maio.

Uma iniciativa que – insisto – visa, tão-somente, prorrogar o PROMEDIA II até que seja aprovado e entre em vigor o PROMEDIA III.

Estamos só a pretender prolongar por alguns meses um programa que, bem ou mal, foi concebido e executado pelo próprio governo. Porque é melhor ter um programa menos bom do que não ter programa nenhum.

É uma pequena iniciativa que faz uma grande diferença.

Os jornais e as rádios dos Açores já não recebem os apoios mensais desde o ano passado.

Sabemos bem do que estamos a falar. De dezembro a março, visitámos 15 jornais diários e 15 rádios, para reunir com as suas direções e com as suas administrações, nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial.

Quando as receitas diminuem e as despesas aumentam, cada mês que passa agrava ainda mais a já difícil situação financeira da comunicação social açoriana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso não colhe o argumento de que quando o novo diploma entrar em vigor – sabe-se lá quando! – produz efeitos retroativos a 1 de janeiro. Nessa altura já algumas empresas poderão estar confrontadas com situações irreversíveis de dispensa de trabalhadores quando, ironicamente, o futuro diploma orgulha-se de indexar os novos apoios à manutenção ou reforço dos postos de trabalho!

Como bem diz o PSD, **a melhor ajuda que o governo regional pode dar às empresas açorianas é pagar o que lhes deve.**

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: O PS não queria aprontar o projeto do PSD porque esperava pela proposta do Governo.

Agora, o projeto do PSD está pronto a aprovar e a proposta do Governo ainda vai demorar.

Por isso o PS está agora confrontado com duas opções:

Pode repensar a sua posição e votar a favor do projeto do PSD, correspondendo assim ao interesse superior da comunicação social dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou então pode chumbar a iniciativa, só por ser do PSD, fazendo prova de “ciúme político” e ficando politicamente responsabilizado pelo agravamento da situação financeira dos jornais e das rádios de todas as ilhas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Depende do voto da maioria o governo regional pagar já o que deve ou continuar a prejudicar a comunicação social dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Num caso ou noutro, o PSD já fez o que podia.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista deu um parecer desfavorável ao diploma do PSD, porque trata-se de um mero prolongamento do regime de apoios que vigorou até ao final de 2012, quando há em análise na Comissão um projeto do Governo, projeto esse que tendo em conta a experiência anterior se propõe regular, adequada e pormenorizadamente, estes apoios.

O projeto do Governo, cumprida a diligência aprovada por unanimidade na Comissão e agendada para a próxima reunião da Comissão, estará em condições de subir a plenário no mês de junho.

Estamos a falar de mais 30 dias para trazer a plenário...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A somar aos outros 180!

O Orador: ... um diploma que na altura poderá ter a colaboração e as ideias mais pormenorizadas e explícitas dos representantes, quer das rádios, quer dos jornais na Ilha de São Miguel, que vão ser ouvidos na próxima reunião da Comissão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São só 180 dias!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas já não se pronunciaram esses jornais?

O Orador: O Sr. Deputado José Andrade falou aqui de um vazio legal.

Esse vazio poderá não existir, tendo em atenção, como o próprio Deputado José Andrade referiu, que o diploma do Governo aprova projetos retroativos ao início de janeiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Seis mezinhas sem receber é bom?

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PSD é que dizia isso!

O Orador: O Sr. Deputado José Andrade primeiro falou do anterior projeto criado em 1989 e que previa medidas contínuas, e no facto do Governo ter depois aprovado os diversos projetos do PROMEDIA III, em 3 anos.

A situação de hoje não é de maneira nenhuma a situação que se vivia em 89, nem em 90, nem em 95, nem em 2000, nem em 2005.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora é pior!

O Orador: Vivemos hoje uma situação muito complicada e a atual conjuntura económica é extremamente exigente para com as empresas e para com o próprio governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ora aí está a explicação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que se espera cinco meses!

O Orador: O Deputado José Andrade falou aqui que conhecia bem do que estava a falar, porque tinha visitado os órgãos de comunicação social.

Acredito. Mas o Deputado José Andrade vai fazer o favor de me dar a dúvida de aceitar que eu não só conheço, mas também pela experiência profissional que tenho, convivi com as dificuldades desses órgãos de comunicação social, numa altura em que pessoas como Prof. Manuel Jacinto de Andrade, pai do Deputado José Andrade, que foi meu discípulo...

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

O Orador: ... sabia efetivamente o que era lutar para fundar e manter um jornal, sem a facilidade e a bondade dos apoios que hoje se verificam.

O Governo Regional e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão cientes das dificuldades que atravessam os órgãos de comunicação social.

Por isso mesmo, solicitaram na comissão, e foi aprovado por unanimidade, a audição presencial, depois de terem dado o seu contributo por escrito, dos representantes dos jornais e das rádios regionais. Por quê? Porque queremos fazer um esforço para ir de encontro ao que efetivamente...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O problema é esse, é que vão *de encontro!*

O Orador: ... os jornais e as rádios regionais pretendem.

Queremos compreender completamente o que é que eles pretendem e o que é que eles precisam de apoio para manter a sua atividade, que é uma atividade espinhosa, difícil e tem sido agravada pela conjuntura económica. Há condicionalismos, não só às empresas mas também ao Governo na concessão de apoios.

Nós não estamos aqui para prometer aquilo que depois não podemos cumprir. Teremos que prometer, sim, os apoios que efetivamente serão viáveis de acordo com as disponibilidades financeiras da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então não é boa a situação da Região? Já não há *superavit?*

O Orador: Vamos fazer um esforço na Comissão, aliás, essa diligência foi aprovada por unanimidade. Vamos ouvir, novamente e presencialmente, os representantes dos jornais e da rádio da Região para ver até que ponto...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas onde é que está o Sr. Vice-Presidente do Governo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a governar!

O Orador: ... é que poderá ir o apoio do Governo que tem sido fundamental para manter em atividade esses órgãos de comunicação social.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu acho que em muita boa hora veio este Projeto de Resolução do PSD...

Deputado Francisco César (PS): Ai essa aliança!

O Orador: ... devidamente agendado para resolver uma situação aflitiva que os meios de comunicação social vivem, sobretudo os jornais, que não recebem um

tostão por causa desta narrativa socialista, que se chama PROMEDIA I, PROMEDIA II e deste desastre que vai ser o PROMEDIA III.

De desastre em desastre, vamos asfixiando a comunicação social para acabar com ela de vez. É isso que pelos vistos interessa ao Partido Socialista. Basta olhar para o que está a acontecer nesta Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fica o GaCS!

O Orador: Depois, isto não é um mero prolongamento. Não são mais 30 dias.

Há seis meses que ninguém recebe um tostão. Isso é que é grave.

Não vão ser seis meses. Depois há a publicação e tem os trâmites todos. Portanto, vai ser quase um ano nesta conversa para asfixiar os órgãos de comunicação social.

O Governo Regional está, sim, a faltar àquilo que se comprometeu, àquilo que está aprovado.

Suspendendo o que estava em vigor para aprovar um, supostamente, melhor. Suspendeu o PROMEDIA II.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não suspendeu!

O Orador: Ao suspender o PROMEDIA II...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Então por que é que não paga?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Suspendeu, não!

O Orador: Então por que é que não paga?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Acabou a sua vigência!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O resultado é o mesmo!

O Orador: Então por que é que não paga?

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima...

O Orador: Então retome, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: Então por que é que não paga?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): O resultado é semântico!

O Orador: Não é semântico. É a realidade pura e dura.

A realidade pura e dura é que estão a passar dificuldades por culpa única e exclusiva do Partido Socialista e do Governo. Tão simples quanto isto.

Esta é a triste realidade. O resto pode ser semântica, Sr. Presidente. Agora a realidade é esta: situações aflitivas que já levaram e vão levar ao despedimento de pessoas e não sei se ao fecho de algum jornal muito proximamente.

Interrogo-me por quê?

Por que é que não mantiveram em funcionamento o PROMEIDA II enquanto não entra o III. É esta a questão que os senhores têm que responder muito claramente, porque não são mais 30 dias.

Se bem me lembro (posso estar enganado!) o PSD até anuiu a juntar a sua iniciativa ao Governo para se resolver o assunto e se discutir os dois diplomas ao mesmo tempo.

Agora da parte do Partido Socialista parece que não há essa vontade e também da parte do Governo parece que não há grande entusiasmo. Isso é inaceitável para a comunicação social dos Açores que, de PROMEDIA em PROMEDIA, vai andando até fechar completamente as portas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos entre mãos um projeto de Decreto Legislativo Regional do PSD que, simplesmente, pretende garantir a prorrogação do prazo de vigência do PROMEDIA II para além de 31 de dezembro de 2012, que era exatamente quando ele cessava o seu prazo de validade.

Por isso importa recordar que este Projeto de Decreto Legislativo Regional, que estamos agora aqui a analisar, deu entrada nesta Assembleia em dezembro de 2012.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: É importante esta chamada de atenção e termos bem em mente e na ideia quando é que esta iniciativa legislativa entrou nesta câmara.

Qual será o objetivo desta prorrogação (desta mera e simples prorrogação!) do prazo de vigência do PROMEDIA II?

Penso que não é preciso ser um especialista na matéria para entender que aquilo que se pretende é salvar postos de trabalho, que é o desígnio fundamental desta Região e, atrevo-me a dizer, do país no seu todo (mas concretamente desta Região), para além de impedir o desaparecimento de órgãos de comunicação social que na nossa Região propiciam informação, entretenimento e pluralidade. Numa palavra, Democracia!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Chegados aqui pareceria, à primeira vista, que o conteúdo, a substância do Projeto de Decreto Legislativo Regional do PSD, estava arrumado e analisado, pela sua singeleza, simplicidade e objetividade... Enfim, é tão fácil de compreender!

Mas o certo é que para nós o que está aqui em questão não é tanto a iniciativa legislativa do PSD, mas é antes o *modus operandi*, o modo de funcionamento da maioria parlamentar deste Parlamento, relativamente a iniciativas dos diferentes partidos da oposição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Vou explicar o que quero dizer.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista anda, aparentemente, desorganizado, porque não tem uma linha de rumo perceptível, do tipo: é da oposição chumba-se, não é da oposição, é do Governo, é do Partido Socialista, aprova-se.

Era simples compreender e já houve um período, depois da entrada do Bloco de Esquerda neste Parlamento, em que esta inteligibilidade era inegável. Era dos partidos da oposição, chumbava-se!

Mas agora entrámos numa fase muito mais rebuscada. Agora é assim: há propostas que vêm a debate e análise neste Parlamento que o Partido Socialista, partido maioritário, critica veementemente, mas a seguir aprova.

Ainda no último plenário tivemos um exemplo flagrante desta situação.

Por outro lado, há propostas que vêm a debate e o Partido Socialista, como maioria parlamentar, elogia, diz que são oportunas, que são bem-vindas, mas a seguir chumba-as.

Temos ainda uma terceira metodologia que é: Ah! A proposta é boa! Até tem conteúdos e até tem, enfim, situações e uma substância que o Governo e o Partido Socialista, sobretudo, subscreverão.

Mas temos todos que ficar à espera que o Governo Regional tome iniciativa sobre essa mesma matéria, pelo que as propostas dos partidos da oposição ou têm veto de gaveta ou ficam a marinar, não se sabe bem onde. Dou-vos um exemplo, Sras. e Srs. Deputados: chama-se FUNDOPESCA...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem! É verdade sim senhora!

A Oradora: ... no caso do Bloco de Esquerda. Veio a esta Casa, foi chumbado sob o pretexto de que o Governo Regional iria apresentar (iria... aos meses!) a esta Casa uma proposta mais abrangente, mais completa e que iria contentar muito mais a comunidade piscatória.

O nosso projeto foi reprovado. O Governo Regional ainda não apresentou coisíssima nenhuma.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Relativamente ao PROMEDIA, reparem bem:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dá parecer desfavorável à iniciativa, considerando que deu entrada na ALRAA, por iniciativa do Governo Regional, uma proposta mais abrangente.

Sras. e Srs. Deputados, e maioria parlamentar do Partido Socialista:

Vamos lá ver se nos entendemos.

É que se isto é assim, mais vale fechar esta Casa, porque os partidos da oposição, com as suas iniciativas legislativas, não estão aqui a fazer rigorosamente nada, porque quando fazem ficam à espera que o Governo Regional faça o que devia ter feito...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e está atrasado e não consente que ninguém lhe tome a dianteira.

Portanto, do meu ponto de vista, o verdadeiro problema que este Projeto de Decreto Legislativo Regional do PSD levanta a esta câmara é a metodologia de trabalho e o comportamento da maioria parlamentar, relativamente aos partidos da oposição. Isso é que, para o Bloco de Esquerda, está em causa.

Sras. e Srs. Deputados, continuar a reprovar iniciativas, venham elas de onde vierem, porque o Governo vai fazer mais e melhor, não é argumento democrático, não é argumento decente para invocar nesta Casa.

O Governo vai fazer, não! O Governo já deveria ter feito. Não fez, perdeu a vez.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Há partidos que o fizeram. É essa a proposta que deve ser analisada na sua justeza, na sua bondade e na sua razão de ser.

Não tem que ficar à espera do Governo Regional, porque senão, Sras. e Srs. Deputados, esta câmara, esta Casa, com ou sem maioria, não representa coisa nenhuma e ninguém está aqui a fazer seja o que for.

O Partido Socialista trabalha para o Governo; o Governo trabalha para o Partido Socialista.

Podemos todos ir-nos embora.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mais uma vez volto a dizer nesta câmara: isto não é Democracia!

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e do Deputado Artur Lima)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(* **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Deputada Zuraida Soares falou aqui que o essencial era salvaguardar os postos de trabalho. Pois é precisamente essa uma das componentes principais do PROMEIDA III.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É já a seguir!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É para o mês que vem!

O Orador: É obrigador às entidades que recebem o apoio a manter os postos de trabalho, o que não era tido em conta no PROMEDIA II e em diplomas anteriores.

A Deputada Zuraida Soares falou que há, ou houve aqui, a intenção de esperar pelo projeto do Governo.

O projeto do Governo deu entrada na Comissão a 26 de fevereiro. Para um governo que entrou em funções a 5 de novembro, acham que é muito tempo?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: É evidente que não é. A não ser que já soubéssemos antecipadamente que ganhávamos as eleições e trouxéssemos já o PROMEDIA III pronto a apresentar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Se o Governo não tinha o III, aprovava o II!

O Orador: É evidente que tínhamos uma ideia, e essa ideia foi apresentada antes das eleições, do que é que queremos para a comunicação social.

O Governo tomou posse a 5 de novembro.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: A proposta do PROMEDIA III entrou na Comissão a 26 de fevereiro.

O Sr. Deputado Artur Lima referiu, e muito bem, que houve a anuência do Partido Social Democrata em trazer os dois diplomas conjuntamente à análise. Houve também essa anuência do PS, tanto que o que pretendíamos era agendar os dois, só que em junho.

O senhor pensa que seria demasiado tempo.

O que se passa, como já aqui referimos, é que foram tidas em conta como importantes uma série de diligências aprovadas por unanimidade na Comissão, diligências essas que ainda não acabaram.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Não é bem assim!

O Orador: Só vão acabar no próximo mês de junho. Nessa altura contamos já ter pronto, e de certeza que teremos pronto, para apresentar ao plenário o diploma.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acho que há democracia a mais deste lado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o voto favorável a esta iniciativa do PSD. Os motivos são óbvios.

Há aqui um vazio. O PROMEDIA não está em vigor.

Estamos quase no meio do ano e há necessidade de colmatar este vazio pela não aprovação do PROMEDIA III, que está a seguir os trâmites na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Esta iniciativa do PSD tem todo o sentido, porque as empresas de comunicação social atravessam um conjunto de dificuldades e este vazio legislativo acentua, agudiza essas dificuldades.

Portanto, mesmo que o PROMEDIA III venha a ser aprovado em junho, até que esteja em execução, faz todo o sentido que se estenda o prazo do PROMEDIA II.

Eu não vou tecer comentários sobre os processos. Vou apenas dizer o seguinte:

Sr. Deputado Artur Lima, esta não é uma narrativa socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: Não, não! Não é uma narrativa socialista. É a narrativa do PS, que é uma coisa muito diferente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Apoiado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Percebemos!

O Orador: Estamos entendidos, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com certeza! O PS é diferente do Partido Socialista! Apoiado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com certeza! Temos que ser rigorosos!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da intervenção absolutamente brilhante da Sra. Deputada Zuraida Soares, evidentemente eu não tenho muito mais acrescentar do que a Sra. Deputada disse.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não pense que vai ter palmas!

O Orador: Claro! Tem toda a razão.

Aqui, a questão, foi que o PSD apresenta uma proposta em devido tempo, em dezembro, para obviar uma dificuldade que aí vinha, que era o facto da comunicação social estar a passar por dificuldades tremendas, tendo até alguns títulos históricos, nos Açores, encerrado o ano passado.

Está a enfrentar graves dificuldades.

Em dezembro o que é que fazem?

Propõem uma prorrogação da vigência do PROMEDIA II.

Parece-me que esta atitude e este procedimento era um procedimento que se adequava às circunstâncias.

Entretanto, o Partido Socialista o que é que fez?

O Partido Socialista fez aquilo que não está previsto no nosso Regimento, que é o veto de gaveta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que fez foi tentar que este assunto se arrastasse. Entretanto não quis dar o mérito desta intervenção política, muito ajustada, ao PSD.

Disse: não, não! Nós vamos aqui a correr, porque esta taça é nossa! Nós é que vamos aprovar a nossa iniciativa e não a iniciativa de outro partido da oposição.

O que aconteceu foi isto!

Por que é que este diploma é discutido hoje?

Este diploma é discutido hoje porque o Partido Social Democrata utilizou aquele que é o direito, do ponto de vista regimental, que está previsto no artigo 61º, ou seja, o direito à fixação da agenda da reunião. Senão, corríamos o risco de não discutir nesta sessão, nem nas próximas. Arrastava-se a resolução deste assunto e acumulavam-se as dificuldades da comunicação social.

Este procedimento é absolutamente correto.

O que é incorreto é o procedimento do Partido Socialista, eu até digo antidemocrático, nesta matéria.

É algo que tem vindo a repetir-se com diversas iniciativas da oposição, que é o Partido Socialista, utilizando a sua maioria absoluta neste Parlamento, tenta, mesmo que as propostas tenham sido entregues com muita antecedência pelos outros partidos, retirar o mérito e aparecer, ele, sim, como o grande autor da iniciativa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e aparecer, ele, sim, como aquele que vai resolver o problema, mesmo que tenha apresentado muitos meses depois essa iniciativa.

Eu considero que isto é profundamente negativo. É perverter o debate parlamentar, é perverter a democracia nos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, talvez alguns esclarecimentos, porque quem está a ouvir este debate não pode ficar erradamente impressionado com algumas das coisas que aqui foram ditas e que não correspondem, desde logo, à verdade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ah, não?!

O Orador: Em primeiro lugar, é bom esclarecer que o Partido Socialista tem uma posição claríssima sobre esta matéria e sempre a teve.

Quem tem posições claras, Sras. e Srs. Deputados, não precisa de empatar. Assume-as!

O Partido Socialista assumiu, na altura própria, uma posição sobre este diploma.

Não, Sra. Deputada Zuraida Soares! Não é um problema de ser abrangente.

Deputada Zuraida Soares (BE): É o que lá está!

O Orador: Vamos ser sérios!

O que cá está não é abrangente! O que cá está não é um diploma!

O que cá está é um artigo. É um artigo que vem daqueles que criticam todos os PROMEDIA e que o que sabem fazer é um artigo a manter o PROMEDIA.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É isto que está aqui em causa, Sra. Deputada.

O PROMEDIA não serve, mas afinal serve, quando dá jeito!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é incrível!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Esta agora é para salvar a honra do convento!

O Orador: Dá, sobretudo, jeito àqueles cuja especialidade é fazer diplomas de um artigo.

Para nós isto não é um diploma. Para nós e para o próprio Governo, autor do primeiro diploma, a realidade impõe uma reflexão. A realidade alterou-se e deve-se corresponder a essa realidade.

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi por isso que os senhores não meteram na gaveta!

O Orador: O diploma do Governo não é o diploma que entrou depois nesta corridinha, Sra. Deputada Zuraida Soares!

O diploma do Governo é o único diploma substantivo que, passados 5 meses, deu entrada nesta Assembleia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É esta responsabilidade que temos que assumir.

Eu sei que é mais difícil fazer diplomas e conhecer a realidade, do que fazer pequenos truques de demagogia neste plenário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem ficado bem demonstrado!

O Orador: Mas é preciso que isto seja desmascarado e é preciso dizer que a Comissão funciona de forma democrática.

A Comissão, relativamente a este diploma do PSD (a verdade é esta!), deliberou, por unanimidade, um conjunto de diligências. Essas diligências foram feitas.

Também é verdade que, embora não tenha dado nessa altura, por razões que sabemos e vimos na Comissão, entrada nesta Assembleia, o relatório deste diploma estava pronto, se preciso fosse, em abril. Daria entrada para este diploma subir a plenário em abril.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E por que é que não foi? Foi agendado em maio!

O Orador: E só porque se soube que ele não estava agendado para abril, é que o relatório foi melhorado e não deu entrada em abril.

Este diploma até poderia ter sido agendado em abril, assim como também todas as diligências que resolvemos fazer relativamente ao PROMEDIA III e que

foram diligências tomadas por unanimidade, porque o que tem importância e merece celeridade, merece uma celeridade que tem que ser pensada e fundamentada. Foi isso que resolvemos fazer na CAPAT, e bem, relativamente ao PROMEDIA III.

É fundamental, face aos pareceres escritos recolhidos, ouvir, de viva voz, os representantes da imprensa e da rádio. Foi isso que decidimos fazer, por unanimidade. É isso que vamos fazer.

Relativamente àquilo que é o PROMEDIA III, havemos de ver.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos ver quem sobrevive até lá!

O Orador: Havemos de ver que relatório ele merecerá da parte do Partido Socialista, se merecerá ou não propostas de alteração por parte do Partido Socialista. Havemos de ver!

Quando virmos, então, sim, a posição que o Partido Socialista assumir de forma clara, aberta e frontal como sempre, como também assumiu nesta,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos ver se temos comunicação social até lá, exceto o GaCS!

O Orador: ... será então passível de críticas e cá estaremos para nos defender.

Para já, atendendo à importância deste diploma, queremos melhorá-lo.

Vamos ouvir quem temos que ouvir e vamos melhorá-lo. Daquilo que depende do Partido Socialista, ele estará efetivamente em condições de subir a este plenário em junho.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piões.

(*) **Deputado Aníbal Piões (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tinha ideia de vir a debate, mas depois da intervenção do Deputado Francisco Coelho, a quem reconheço brilhantismo enquanto parlamentar,

enquanto Presidente da Comissão a que eu me orgulho de pertencer, mas... Sr. Deputado Francisco Coelho...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu desconfiei logo que o senhor não gostou!

O Orador: ... não vamos aqui confundir as coisas.

Temos aqui um vazio.

O PROMEDIA II acabou no dia 31 de dezembro de 2012.

Os trâmites do próprio PROMEDIA III estão a decorrer e estão a decorrer muito bem. Aprovámos por unanimidade as diligências que faltam fazer. Mas não vamos confundir as coisas, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, aquilo que se trata aqui é de estender, por isso é que o diploma apresentado pelo PSD só tem um artigo, o prazo de vigência do PROMEDIA II.

Deputado Francisco Coelho (PS): Disse bem: um artigo!

Deputado Luí Garcia (PSD): Isso nunca foi escondido!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está na gaveta!

O Orador: Sr. Deputado, eu reconheço (e quando estou a dizer isto, estou a dizê-lo com convicção, com honestidade e frontalidade) o brilhantismo de V. Exa., mas não vamos aqui confundir as coisas.

O processo legislativo do PROMEDIA III é um; este processo legislativo é outro completamente distinto.

Deputado Francisco Coelho (PS): A realidade é outra!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A realidade são os jornalistas que estão sem receber!

O Orador: Faz todo o sentido, porque apenas pretende colmatar um vazio legal, que se verifica neste momento na Região, relativamente ao programa de apoio à comunicação social.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Qual é o seu problema com o r'?

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

O Orador: Ah! Pensei!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão é esta:

Esta iniciativa do PSD faz todo o sentido, porque tem um objetivo muito preciso: colmatar um vazio legal que existe atualmente na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O processo do PROMEDIA III é outro e está a decorrer o procedimento legislativo normal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputados Luís Rendeiro (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, estava tudo devidamente explicado na nossa intervenção inicial.

Todos os partidos perceberam essa intervenção, menos o PS.

Sr. Deputado Pedro Moura, a sua intervenção não é da Terra, é da Lua!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Uma coisa é falar de barriga cheia; outra coisa é fazer contas à vida todos os meses.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): É só isso que o senhor tem para dizer depois da intervenção do Deputado Francisco Coelho?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó José Andrade, eles querem mais!

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraida Soares está a usar da palavra.

A Oradora: Em bom rigor e sobre o diploma que estamos a analisar – e portanto iremos votar – eu não tenho mais nada a acrescentar relativamente àquilo que disse na minha primeira intervenção, até porque não me é indiferente, pelo respeito e pela consideração pessoal que tenho pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, aquilo que o senhor disse e suscitou-me ainda mais dúvidas relativamente a algumas afirmações que fiz na primeira intervenção. Vou explicar-lhe porquê, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Na realidade, não negou objetivamente nada daquilo que eu afirmei. Fez apenas uma referência, que eu compreendo, do ponto de vista político-partidário: um partido que está contra todos os PROMEDIAs e que depois se dá ao trabalho de fazer uma proposta apenas com um artigo, é coisa pouca.

Sr. Deputado Francisco Coelho, até sou capaz de concordar consigo, do ponto de vista teórico.

Tenho é um probleminha! É que entre esse partido que apenas propõe um artigo e está contra todos os PROMEDIAs, e o Partido Socialista e o Governo Regional que propõem todos os articulados dos PROMEDIAs, estão dezenas de postos de trabalho,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... estão dezenas de órgãos de comunicação social, estão dezenas de pessoas.

Não é possível, Sr. Deputado, conseguir conjugar este tipo de leitura político-partidária legítima (também não somos inocentes, as oposições são isto mesmo e a luta partidária é esta mesma), não é possível conciliá-la, com os apelos

feitos dia sim, dia não, nesta Região, à unidade em torno daquilo que é essencial para os açorianos e para as açorianas, independentemente das opções ideológicas de cada partido.

Deputados Luís Rendeiro (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado Francisco Coelho, nesta Região há partidos da oposição que têm conseguido fazer isso, que é, nos momentos difíceis e nos momentos verdadeiramente importantes para o nosso povo, estarmos todos unidos, apesar das diferenças, apesar daquilo que nos separa, apesar de em muitos pontos de vista estarmos em galáxias completamente diferentes.

Mas quando toca a rebates, temo-nos unidos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Apesar do PS andar desequilibrado!

A Oradora: Era isso que esperava que o Partido Socialista tivesse sido capaz de fazer com o artiguinho do PSD, que pode estar contra todos os PROMEDIAs, mas na prorrogação do prazo de vigência do PROMEDIA II tinha razão.

Tinha razão, para quem?

Para as pessoas!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E mais nada!

A Oradora: Para aquelas que são a razão de ser de nós estarmos aqui.

Só por isso, Sr. Deputado Francisco Coelho, é que não subscrevo na íntegra a sua intervenção.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputados Luís Rendeiro (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Zuraida Soares, é exatamente por ter absoluta consciência da importância da matéria que estamos aqui a discutir e que este diploma visava, eu não direi regular, mas (vou ser generoso!) de alguma forma acautelar, é precisamente por termos essa importância.

Como a Sra. Deputada disse, e muito bem, estão aqui em causa postos de trabalho, estão em causa empresas, e por detrás disto tudo está em causa também algo de mais imaterial, mas que é para nós absolutamente essencial: está em causa a verdadeira expressão de uma comunicação social livre, democrática e plural nos Açores.

Temos absoluta consciência dessa realidade e dessa fundamentalidade.

É exatamente por isso que achamos que tem de ser devidamente ponderado, devidamente ouvidos os interessados na matéria, para que o diploma que se faça possa (ainda que demore mais um mês, ou dois, ou três)...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ou três?!

O Orador: ... corresponder efetivamente a essas necessidades.

Eu estou falando no prazo que já decorreu. De resto, o diploma que não está em discussão, V. Exas. sabem perfeitamente quando é que poderá, e com certeza estará, em discussão nesta casa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quando? Quando?

O Orador: Sr. Deputado José Andrade, gostei de o ouvir nesse seu timbre de voz sempre simpática e agradável, mas gostava de lhe dizer o seguinte, Sr. Deputado:

Eu tenho alguma pena se os partidos da oposição têm alguma dificuldade em perceber o discurso do PS, porque fazemos verdadeiramente um esforço honesto, democrático e autêntico, de frontalidade e de verdade.

No entanto, também lhe devo dizer, se isso acontece, eu lamento, mas talvez não vamos alterar o nosso registo. Sabe porquê, Sr. Deputado? É porque ele tem sido, ao longo dos anos, muito bem percebido pelo povo açoriano.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem todo!

Deputado José Ávila (PS): Vais ver como é que é!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vale o que vale!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queria dizer o seguinte:

Se o Partido Socialista, ou o PS, está preocupado com a comunicação social, e acredito que genuinamente esteja, não é coerente.

Já passaram seis meses. Mais três, passa para nove.

Pergunto: acham que é possível essas empresas suportarem mais tempo?

Algumas já estão a recorrer à banca e há outras que a banca já não empresta. A questão é esta.

Estamos a falar de salários, de pessoas.

Portanto, não haveria nenhuma dificuldade em prolongar o PROMEDIA II até à vigência do PROMEDIA III, que espero, sinceramente, que seja muito melhor.

Deputado Francisco Coelho (PS): Vamos lá ver se a gente se entende!

O Orador: O que aconteceu com o fim do PROMEDIA II foi uma coisa simples: os órgãos de comunicação social deixaram de receber os apoios. É tão simples quanto isto.

Isto também é fácil de entender.

Não percebo! Se há essa legítima preocupação do Partido Socialista, qual é a dificuldade em aprovar este diploma e qual é a dificuldade em, tendo finanças públicas equilibradas (pelo menos é o que é dito pelo Governo),...

Deputado José San-Bento (PS): Ó senhor, já se disse que temos finanças boas! O senhor ainda duvida disso?!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o senhor duvida?

O Orador: ... tendo uma situação financeira boa, enfim, não tendo nenhum problema de tesouraria, que se pague amanhã todos os meses em atraso a essas empresas? É tão simples quanto isto.

Aprova-se hoje. O Governo Regional paga segunda-feira.

Isso é que é apoiar a comunicação social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É na outra segunda!

Deputado Francisco Coelho (PS): Está a esquecer-se de alguns pormenores!

O Orador: Isto é que é apoiar as pessoas. Isto é que é apoiar as empresas que estão em dificuldades.

Tudo o resto é discurso e pura retórica.

Portanto, não venham que é para melhorias, que é para melhorar. Todos acreditamos que sim.

Mais uma coisa:

Quando se fala que as diligências foram aprovadas por unanimidade, é a prova de que a oposição, genuinamente, quer colaborar com o Partido Socialista. A inversa já não é verdadeira.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): As diligências têm sido fracas, temos que ser coerentes!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado está a pôr as diligências à frente das pessoas!

O Orador: Isso é que é perigoso. A inversa não é verdadeira!

Se a oposição anuiu a uma proposta do PS para se fazer novas diligências, muito bem. Foi por unanimidade, estivemos unidos naquilo que é a busca do melhor.

Agora está na altura do PS dar essa resposta a esta situação e mostrar que não é uma maioria esmagadora, que tem respeito também pelas propostas da oposição e aprovar aquelas que são as boas propostas da oposição, porque elas são boas quando são a favor das pessoas e das empresas.

Independentemente de ser apenas um artigo, eu diria que este pequeno artigo é uma grande ajuda para as empresas e para os meios de comunicação social que passam neste momento graves dificuldades.

Deputados Luís Silveira (CDS-PP) e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que não acredito que o Partido Socialista esteja muito preocupado com esta matéria.

Deputado Francisco Coelho (PS): É problema seu!

O Orador: A verdade é que se estivesse muito preocupado com esta matéria já a tinha resolvido de forma mais célere.

Não resolveu de forma mais célere porque tem, de facto, forma de fazer chegar a sua informação, de uma forma quase totalitária, aos órgãos de comunicação social que restam, que é através do enorme Gabinete de Apoio à Comunicação Social, que o Governo Regional tem,...

Deputado Francisco César (PS): Um enorme?

O Orador: ... reforçado com assessores setoriais do Governo para as diferentes áreas,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Chama-se staff!

O Orador: ... o que significa que existe uma desproporção absolutamente esmagadora dos meios que o Governo Regional tem para passar a sua mensagem política e institucional e dos meios que existem na sociedade civil.

Esta desproporção, e podemos ver todos os dias nos jornais, televisões e nas rádios, significa que o Governo ganha por goleada e por esmagamento nos órgãos de comunicação social.

Portanto, o Governo não está muito preocupado. A verdade é esta: se estivesse preocupado, por que é que em maio ainda não temos o problema resolvido?

Dizem-me: ah, porque a eleições foram em novembro!

O Governo tomou posse em novembro, mas a verdade é que existe um mecanismo proposto desde dezembro que resolve este problema e depois então chegamos a um diploma ótimo. Chegamos a outras iniciativas.

Temos uma iniciativa do Governo Regional sobre esta matéria, mas a verdade é que antes de se definirem esses conceitos e se atualizar o PROMEDIA nós tínhamos uma solução que o Partido Social Democrata avançou com ela em dezembro, que era pura e simplesmente prorrogar o que está.

Portanto, permitir que nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, a comunicação social já tivesse “oxigénio” para continuar a realizar o seu trabalho.

Ao longo destes meses o que acontece é que o Partido Socialista disse para o “moribundo”: os senhores não se preocupem, estamos a fazer um remédio ótimo, só têm é que passar mais uma fominha.

(Risos dos Deputados Luís Rendeiro e Joaquim Machado)

Mais sete meses. Se sobreviverem até lá, não há problema!...

Depois, chega e temos aqui o melhor dos mundos, mas entretanto aqueles que estão moribundos já morreram.

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor é um doente imaginário!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como declaração de voto do PSD permitam-me tão-somente repetir dois parágrafos finais da nossa intervenção inicial.

O Partido Socialista podia repensar a sua posição e votar a favor do projeto do PSD, correspondendo assim ao interesse superior da comunicação social dos Açores.

Ou então podia chumbar a iniciativa, só por ser do PSD, fazendo prova de “ciúme político” e ficando assim politicamente responsabilizado pelo agravamento da situação financeira de todos os jornais e todas as rádios em todas as ilhas.

Vozes dos Deputados da bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Infelizmente o PS escolheu ficar contra a comunicação social dos Açores.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista acabou de chumbar, convictamente, um diploma que tinha dois artigos e que o PSD visava prolongar um regime que sempre criticou. Criticou quando ele fazia sentido e iniciou a sua vigência e criticou até ao fim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ver o nosso espírito democrático até onde vai?

O Orador: O Partido Socialista está, aliás com largo consenso, a promover, no âmbito da respetiva comissão, uma análise séria e uma audiência alargada e presencial de um conjunto de entidades interessadas, ligadas à comunicação social privada nos Açores, no sentido de poder dar um contributo sério, positivo, no eventual sentido de melhorar este diploma.

Estaremos em condições de fazê-lo na próxima reunião da CAPAT, o que significa que estaremos, se for esse o entendimento da conferência de líderes, em condições de discutir e aprovar esse diploma no próximo mês.

Portanto, entre remendos que se mostram nesta fase desatualizados e não têm em conta, e uma proposta atualizada que pode e deve ser melhorada, o Partido Socialista não tem dúvidas. Fez a sua opção e assume essa opção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM votou convictamente esta iniciativa.

Consideramos até que ela devia ter sido votada com urgência, em ocasiões anteriores, no sentido de chegar o mais depressa possível estes apoios à comunicação social. Não foi!

Deputado Francisco Coelho (PS): Eis uma excelente pergunta!

O Orador: O que constatámos é que o Partido Socialista, chumbada que está a proposta, agora tem toda a pressa.

Propõe-se, na conferência de líderes, se a conferência de líderes estiver de acordo.

Da minha parte o Partido Socialista conta já com o meu apoio.

Deputado Francisco Coelho (PS): É perigoso!

O Orador: Eu estou a favor. Vou votar para que este processo seja o processo mais célere possível.

Mantenho a minha posição de princípio, nesta matéria. Votei a favor desta iniciativa e o que eu queria era que ela corresse o mais depressa possível. Agora o Partido Socialista, depois chumbar a proposta do Partido Social Democrata diz: agora sim, agora temos pressa.

Eu, nesta situação, digo-vos já que voto a favor dessa urgência para que ela seja debatida. Eu tive pressa antes, mas também tenho pressa agora.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, julgo não haver mais declarações de voto. Encerramos o ponto 8 da Agenda da Reunião.

Avançamos para o ponto 9 com o **Projeto de Resolução n.º 24/X – “Recomenda ao Governo que reforce os meios das Juntas de Freguesia para a limpeza de Ribeiras e realize um plano especial de ações de limpeza**

e prevenção de riscos de cheias e deslizamentos”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar a apresentação deste Projeto de Resolução do PCP por dirigir desta tribuna uma palavra de saudação e apreço aos autarcas das nossas Freguesias.

Esta proposta resulta também das reuniões que temos feito por essas ilhas com muitos destes autarcas, cujo trabalho é tantas vezes esquecido e desvalorizado, autarcas de Freguesia que, nalguns casos, pela primeira vez receberam a visita de um Deputado da Região interessado em conhecer as suas dificuldades, foi aí, junto desses homens e mulheres das nossas Freguesias que recolhemos contributos importantes que, agora, com toda a honra e sentido do dever, trazemos a este Parlamento.

Por isso, lhes dirijo uma palavra de agradecimento e de louvor pelo trabalho empenhado e abnegado. São eles que, sem meios nem incentivos, diariamente se esforçam para resolver múltiplos problemas das suas comunidades e, em especial, os problemas diretamente relacionados com a segurança das populações.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os desastres do inverno passado mostraram claramente as insuficiências da política de prevenção que tinha vindo a ser seguida até aqui.

A insuficiência das verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, a indefinição de responsabilidades, a ausência de intervenções regulares de limpeza e manutenção dos cursos de água foram fatores que, somados à violência das condições climatéricas, contribuíram decisivamente para os resultados, nalguns casos trágicos, que todos conhecemos.

Este tipo de situações não são, infelizmente, desconhecidas no nosso arquipélago. Não ignoramos que existem problemas relacionados com o ordenamento e com a ocupação do território mas, no entanto, a ocorrência de

cheias e deslizamentos tornou-se mais frequente. Foi por isso que apresentámos esta mesma proposta no mês de julho do ano passado, que esta Assembleia não chegou a discutir.

Assim, a nossa proposta pretende, em primeiro lugar, que sejam aproveitados os meses de verão para executar um conjunto vasto de intervenções e ações de limpeza, em todas as ilhas, utilizando o estudo detalhado realizado pelos serviços de ambiente em outubro do ano passado.

As Juntas de Freguesia estão numa posição ímpar para lidar com estes problemas, tendo em conta o seu profundo conhecimento do terreno e a sua capacidade e rapidez de intervenção. Por isso, propomos que sejam reforçados os meios financeiros que se lhes destinam e se proceda a uma melhor e mais clara definição de responsabilidades na manutenção dos cursos de água, para que as intervenções feitas agora não se percam e que o esforço de prevenção seja continuado no tempo.

Temos, no entanto, preocupações em relação à disponibilidade de meios financeiros para estas ações, já que a maioria decidiu rejeitar a nossa proposta de reforço de verbas, feita em sede de discussão do Plano Regional Anual, aprovando um reforço muito mais pequeno do que aquele que julgamos necessário. Mas competirá ao Governo a mobilização dos recursos necessários a estas ações.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência dos desastres climáticos do inverno passado, o PCP apresentou e fez aprovar por unanimidade na Assembleia da República uma Resolução para que o Governo da República ative os mecanismos de solidariedade previstos na Lei das Finanças Regionais.

Tinha-me comprometido aqui, neste plenário, com o Governo Regional, designadamente com o Sr. Presidente do Governo Regional, que o faria. Foi feito e felizmente esta iniciativa do PCP mereceu o apoio de todas as forças políticas com assento na Assembleia da República.

Temos noção da dimensão avultada dos prejuízos. Agora, é preciso reparar e reconstruir, o que leva muito tempo e dinheiro. A prevenção é sempre um investimento muito melhor. Estamos certos que o que a Região investir na prevenção irá certamente receber em termos de poupança em reparações e reconstruções que são sempre complicadas e dispendiosas.

É desta forma, com a colaboração dos vários níveis do poder, aliando os esforços de quem está no terreno e conhece bem a realidade e de quem tem os meios e a capacidade para uma visão global dos problemas, que se criam as melhores soluções. Honramo-nos de dar aqui, agora, um contributo nessa direção e, sobretudo, de contribuir para a melhoria das condições de segurança das nossas populações.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está aberto o debate.

Sr. Deputado Luís Maciel, tem a palavra.

Deputado Luís Maciel (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista entende que este é um assunto da maior importância e atualidade que afeta de forma direta a segurança de pessoas e bens assim como o bem-estar e tranquilidade das nossas populações, pelo que merece toda a nossa atenção e empenho.

O Partido Socialista revê-se nos fundamentos e pressupostos essenciais deste Projeto de Resolução, nomeadamente na adequação dos meios financeiros necessários à boa execução das ações de desobstrução das linhas de água sob responsabilidade da região, bem como na definição das Juntas de Freguesia como parceiros privilegiados para a execução destas ações.

Neste sentido, e como forma de reforçar os meios financeiros nesta área, o Partido Socialista aprovou recentemente nesta Assembleia, no âmbito da votação do Plano e Orçamento, uma proposta da oposição de aumento de verbas nesta área para o corrente ano.

Sobre esta matéria foi efetuado no ano passado um levantamento do ponto de situação das linhas de água da região, com a identificação das situações passíveis de uma maior necessidade de intervenção, pelo que o Governo Regional se encontra hoje em condições de efetuar uma intervenção mais bem planeada e organizada, tendo sempre como objetivo final a salvaguarda das nossas populações e respetivos bens.

Sendo que as Juntas de Freguesia são efetivamente os parceiros privilegiados para a execução destas ações, o Governo Regional dispõe igualmente de meios próprios para efetuar este tipo de ações, bem como poderá recorrer a contratações pontuais sempre que a natureza das ações assim o exija.

Neste período de constrangimentos que atravessamos, é fundamental uma gestão rigorosa e criteriosa dos meios que dispomos, sendo fundamental reforçar as ações de fiscalização sobre os trabalhos desenvolvidos, bem como reforçar a cooperação entre todas as entidades, nomeadamente entre a SRRN e as Juntas de Freguesia.

Esta proposta entronca naquela que tem sido a linha e a estratégia do Governo Regional nesta matéria, sem prejuízo de poder ser continuamente melhorada e aprofundada, pelo que merece a nossa aprovação.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria começar por dar os parabéns ao proponente, quer pelo conteúdo, quer pela oportunidade do projeto de resolução que hoje aqui temos em discussão.

Como todos sabemos, em outubro de 2012, foi realizada uma avaliação dos cursos de água dos Açores. Foi elaborado um relatório desta avaliação e tiradas conclusões.

Ficámos a saber que os Açores têm riscos elevados em áreas urbanas que se encontram a jusante dos cursos de água, muitas delas construídas e desenvolvidas nos aluviões dos leitos de cheia.

As alterações climáticas, evidentes, têm trazido um acréscimo da probabilidade de fenómenos extremos como as cheias e as inundações.

A gestão preventiva dos riscos naturais assume-se como um objetivo estratégico Regional e é competência da Secretaria Regional dos Recursos Naturais.

Temos vindo a assistir a fenómenos, cada vez mais frequentes, devido a cheias rápidas, geralmente de grande intensidade ao longo de várias horas, muito localizadas sobre pequenas bacias hidrográficas, com períodos e consequências empoladas devido à impermeabilização dos terrenos depois de vários dias ou semanas de chuvas abundantes.

Estes acontecimentos meteorológicos, que surgem de forma repentina, dificultam a respetiva prevenção e/ou acionamento de sistemas de alerta.

Logo, a prevenção só pode fazer-se através do correto ordenamento das bacias hidrográficas das ribeiras.

Até agora, o Governo dos Açores tem sido rápido na realização de trabalho administrativo e ineficaz, senão mesmo inexistente, na ação, como no caso do Porto Judeu, freguesia afetada pelas enxurradas de Março passado, em que a Ribeira do Testo, uma das vistoriadas aquando da avaliação do estado dos cursos de água dos Açores, não foi considerada como problemática ou prioritária no que a qualquer intervenção dissesse respeito, e depois foi uma das que transbordou no passado mês de março.

A outra, na mesma freguesia, foi a Grota do Tapete, com as consequências conhecidas por todos.

Limpeza de ribeiras é muito mais do que retirar lixo ou ramagens de árvores ou plantas infestantes dos leitos dos cursos de água. Inclui vários tipos de desobstrução e reabilitação das linhas de água degradadas, tais como a proteção e correção dos efeitos da erosão, transporte e deposição de sedimentos, renaturalização das linhas de água, extração dos sedimentos acumulados e controlo das construções clandestinas. Têm faltado estas últimas obrigações.

Em declarações ao Diário Insular de 12 de abril, o Senhor Secretário Regional dos Recursos Naturais disse que as ribeiras estavam limpas quando transbordaram. Tendo em conta o que diz a lei (é a lei 58/2005; artigos 33º e 34º), mantém a mesma afirmação?

Disse também que o Governo iria manter a estratégia praticada até essa data, na limpeza de ribeiras. Os resultados são desastrosos e os senhores vão manter a estratégia? É uma não estratégia Senhor Secretário.

Há que aumentar a regularidade, dimensão, diversidade e intensidade dos esforços de prevenção. Façam favor de trabalhar em ordenamento do território! Menos papel e mais ação.

Tem sido continuada a redução dos valores protocolados pelo Governo com as Juntas de Freguesia, limitando a sua capacidade de atuação e aumentando as situações de risco. E são as Juntas de Freguesia o melhor “operacional” de que a população dispõe na problemática das ribeiras.

Tem havido uma total inação e demissão dos vários Governos do PS-Açores das suas obrigações de fiscalização, atuação no terreno, aplicação de medidas de correção dos problemas e, quando caso disso, punição de prevaricadores, seja pela aplicação de coimas, seja pela intervenção material nos locais de risco. As declarações do Senhor Secretário dos Recursos Naturais em Comissão Parlamentar, não acrescentaram nada de novo à problemática das ribeiras. Limitou-se a dizer uma mão cheia de verdades de “La Palice”.

O Governo conclui sempre que as cheias se devem apenas ao “excesso de chuva”... Bom, se não chovesse não haveria nenhuma necessidade de estarmos a discutir os problemas das ribeiras, não é Senhor Secretário?

As implicações orçamentais de uma abordagem séria à problemática das ribeiras e bacias hidrográficas terão de ser muito significativas para que os seus efeitos se façam sentir. Infelizmente, da parte do Governo, o que sobra em boas intenções, falta em capacidade orçamental, uma vez que, em outros tempos, se gastou em outras “festas”.

A Governação Regional tem também falhado por não exigir das Autarquias o cumprimento das suas obrigações ao nível da limpeza das ribeiras nas zonas

urbanizadas, uma vez que as câmaras recebem financiamento do Orçamento de Estado para esse efeito.

Para que serve a Inspeção Regional de Ambiente? Para culpar a chuva, tal como fez o Secretário dos Recursos Naturais?

Há ainda a questão da falta de equidade na atribuição de verbas para intervenções nos leitos das ribeiras.

Já o referi antes, de forma pública, e volto a fazê-lo agora. Era Secretário do Ambiente o Professor Álamo Meneses e, enquanto governante, permitiu a betonagem integral de uma ribeira na Terceira, de montante a jusante, gastando uma verba ofensiva para todas as outras freguesias que não têm sequer capacidade para se livrar das plantas infestantes que crescem no seu leito. Por coincidência, o responsável pela tutela das obras públicas na época era o “mensageiro do betão” José Contente...

Essa betonagem, além de ser ela própria um atentado ambiental, acelera comprovadamente, e segundo a opinião de técnicos de ambiente da Região e da Universidade dos Açores, a velocidade da escorrência das águas. Queira Deus que nunca haja na Ribeirinha uma “tromba de água” como as que ocorreram no Faial da Terra ou no Porto Judeu, ou até na Agualva. As consequências do trabalho e patrocínio de Álamo Meneses poderão ser dramáticas...

Desejamos e esperamos nunca ter de lamentar uma desgraça naquele local, onde, imagine-se, até se montaram equipamentos de diversão para crianças, ou seja, um parque infantil, na zona alta dessa ribeira.

Nos Açores, até já se chegou ao extremo de atribuir verbas para limpeza de ribeiras a freguesias que não têm ribeiras, como foi o caso da Candelária na Ilha do Pico.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não foi à Candelária, foi à Calheta, à ribeira!

O Orador: Adivinhem, sem fazer grande esforço, qual era o partido que presidia à junta nessa época...

E já agora, gostaria que o Sr. Secretário me pudesse fazer um ponto de situação relativo às obras na Ribeira da Agualva, outra “prenda” do seu antecessor Álamo de Meneses?

O atual Governo herda problemas criados, ou não solucionados, pelo PS ao longo de quase 17 anos. Por onde andou a responsabilidade e a equidade no tratamento de todas as ribeiras da Região durante estes anos todos?

Façam o favor de governar para as pessoas e não para os telejornais.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais felicitar o Sr. Deputado Aníbal Pires pela iniciativa que nos traz hoje a esta Casa, iniciativa que também é querida ao CDS.

Como há pouco foi enumerado pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, o CDS apresentou uma proposta de reforço, no âmbito do Plano e Orçamento da Região para este ano de 2013, para esta rubrica da limpeza das linhas de água.

Como tal é muito oportuno, na nossa opinião, este diploma que agora aqui discutimos.

Infelizmente, a nossa Região, ao longo dos últimos anos, tem sofrido inúmeras calamidades, nomeadamente nas linhas de água que, infelizmente, colmataram com algumas perdas de vidas humanas, bem como inúmeros estragos e prejuízos, quer das populações, quer do próprio Governo Regional dos Açores e das autarquias locais.

É em boa altura que nós, e o Governo Regional, como é óbvio, devemos abraçar a questão das ribeiras e encará-la de uma forma diferente daquilo que tem sido feito até então.

Não é menos verdade que o Governo Regional, nos últimos anos, tem acarinhado de alguma forma os protocolos com as juntas de freguesia por forma

a se fazer algumas limpezas nestas ribeiras, mas também é menos verdade (e eu aqui, beneficiando daquilo que sou na qualidade de Deputado Regional, mas também de Presidente de Junta) e parece-me que a maioria dos presidentes de junta desta Região partilha desta opinião, que nós acabamos por não fazer aquilo que é o nosso compromisso no âmbito desses protocolos.

Acabamos por não fazer, porque as verbas são reduzidas e porque a missão que temos e aquilo que protocolamos é, de facto, limpar as linhas de água fora dos aglomerados urbanos, sendo esta a responsabilidade da Secretaria do Ambiente, agora Secretaria dos Recursos Naturais, nomeadamente através da Direção Regional dos Recursos Hídricos.

Também não é menos verdade que a responsabilidade desta manutenção das linhas de água no aglomerado urbano é dos municípios.

O facto é que, em boa verdade, um pouco por toda a Região, os municípios não fazem o seu trabalho nesse âmbito e faz com que as juntas de freguesia, com o pouco que vão recebendo do Governo Regional para limpar as ribeiras fora dos aglomerados, tenham a preocupação de salvar as populações dentro dos aglomerados e acabam por gastar essas verbas dentro da sua área de jurisdição populacional, mas que não é aquela que foi protocolada com o Governo Regional. É essa a verdade.

Também não é menos verdade que isso acontece, porque, na nossa opinião, o Governo Regional, através dos seus mecanismos próprios, deve fiscalizar mais e deve sobretudo obrigar os municípios a assumirem as suas responsabilidades.

Sabemos que muitas vezes – e os problemas têm sucessivamente acontecido na Região com cheias nas ribeiras nas zonas habitacionais – estes municípios não fazem as intervenções necessárias.

Portanto, é preciso que o Governo Regional (já tive oportunidade de dizer ao Sr. Secretário no âmbito da Comissão) intensifique a fiscalização e obrigue os municípios a cumprirem com aquilo que está estabelecido na lei.

O Sr. Secretário, no âmbito da audição que fizemos na Comissão Parlamentar, e aqui quero fazer-lhe justiça e honra, parece-me que demonstrou claramente a sua preocupação para este assunto e a sua disponibilidade em dar orientações

claras para que esta fiscalização se intensifique e seja uma realidade, assumindo que ela tem sido feita, mas não tem sido bem-feita, nem tem sido eficaz e é preciso intensificá-la.

Por outro lado, é preciso também aqui alertar o Governo para o facto de estarmos a entrar no Verão, altura em que se pode e se deve fazer essas intervenções. De facto, até agora, em concreto, o Governo Regional ainda não deu nenhum passo, pelo menos que tenhamos conhecimento, em relação à realização destes protocolos para que se possa efetivamente começar a trabalhar.

Recentemente (há 3 semanas) e infelizmente, a minha freguesia teve inúmeros problemas, como se calhar nunca tínhamos tido. Já tocou a muitos, desta vez tocou à freguesia dos Rosais e isto só acontece pela inoperância – é uma verdade! – do município das Velas que não fez o seu trabalho. Esta é a verdade. Por isso, não devemos aqui responsabilizar apenas e só o Governo Regional por aquilo que tem feito ao longo dos anos, mas devemos, sim, responsabilizar o Governo Regional por não obrigar a quem de direito a fazer aquilo que são os seus deveres e não tem feito.

Não se trata de uma questão política. Não se trata de um município atual ou do executivo atual. Trata-se do atual e dos anteriores, porque isto vem de há muitos anos a esta parte. É essa a verdade.

Portanto, não podemos continuar a protelar no tempo esta falta de intervenção profunda nas linhas de água, nomeadamente nas zonas urbanas e que mais uma vez – e não me parece que seja de mais aqui referir – não é da responsabilidade do Governo fazê-lo, mas é da responsabilidade do Governo fiscalizá-lo e obrigar que ele seja feito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente. e Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, devo dizer-lhe que o PPM apoia este Projeto de Resolução. Reconheço que ao longo de todos estes anos esta tem sido uma preocupação de V. Exa. nesta matéria.

É evidente que eu tenho a convicção absoluta que, por mais limpezas que se façam, vamos ter sempre situações de risco na Região Autónoma dos Açores, tendo em conta quer as condições naturais, quer aquelas que são as características do povoamento de muitas das nossas ilhas.

Vamos ter sempre situações de risco. Não vamos evitar deslizamentos, cheias. Tenho a convicção que não vamos conseguir resolver em definitivo esse problema, porque o problema tem muitas causas. Uma delas é a falta de limpeza e é relevante, mas a sua proposta vai no sentido de resolver aquilo que pode ser resolvido.

De facto, relativamente à falta de limpeza das nossas ribeiras podemos atenuar essa situação indo ao encontro daquilo que o Sr. Deputado propõe de uma forma muito equilibrada. Propõe mais meios, mas não só propõe mais meios, também propõe a coordenação por parte do Governo Regional em relação a esta matéria, o que é muito importante.

Propõe também que depois esta situação seja devidamente acompanhada e fiscalizada.

Neste sentido, é evidente que o Governo pode ter uma ideia daquilo que está feito e das situações de risco que enfrentamos no território da Região Autónoma dos Açores, se fizer uma verificação dessas condições e da aplicação concreta dessas verbas.

Eu considero que a sua proposta é equilibrada e é uma proposta cuja realidade, infelizmente tem demonstrado, ano após ano, que continua a haver um défice em resolver as situações de limpeza das ribeiras.

Temos situações em que se verifica que, de facto, aquela foi uma das causas.

Devo dizer para terminar, Sra. Presidente, que em relação a esta questão tenho sempre o cuidado, quando estas coisas acontecem, de não procurar culpados, de não fazer nenhuma intervenção a condenar ninguém. Há perdas de vida, há a destruição dos bens das pessoas. Eu tenho sempre, sempre, sempre, ao longo de

toda a atividade política na Região Autónoma dos Açores, que já soma quase 20 anos, o cuidado de não apontar o dedo a ninguém.

Mas penso que estas ações de prevenção, como V. Exa. aqui propõe, são absolutamente necessárias porque tenho a absoluta convicção que podemos e devemos fazer mais do que aquilo que estamos a fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda associa-se à preocupação trazido por este Projeto de Resolução do PCP e associa-se também às recomendações que acerca delas a Representação Parlamentar do PCP faz ao Governo, no sentido de reforçar os meios que disponibiliza às juntas de freguesia para que elas possam assumir a limpeza das ribeiras, que realize um plano especial destas ações de limpeza e prevenção, e que também reforce os meios da Secretaria Regional dos Recursos Naturais para a coordenação deste plano integrado de ações de limpeza e de prevenção de riscos, de cheias, de deslizamentos e de outros fenómenos a que, trágica e infelizmente, a nossa Região está frequentemente sujeita.

Acrescentar apenas que ainda bem que foi possível agendar esta recomendação, este Projeto de Resolução do PCP, em apenas dois meses, porque este é, de facto, o momento oportuno, o momento certo, até em termos climáticos, para aproveitarmos a vinda de um tempo melhor, no sentido de preparar e de criar situações de maior prevenção e cautela no inverno, que pode ser tão ou mais rigoroso do que aquele que tivemos infelizmente este ano.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Maciel, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maciel (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria fazer aqui uma intervenção a propósito de algumas considerações feitas pelo Deputado Luís Silveira.

Na minha intervenção inicial que fiz, não fiz nenhuma referência às questões do ordenamento do território, uma vez que estas questões não fazem parte do Projeto de Resolução do PCP, que a nosso ver tem o mérito de ser muito claro e muito objetivo.

Refere-se essencialmente à questão da limpeza e da desobstrução das linhas de água, que, em nosso entender, é uma questão que merece toda a nossa atenção e empenho e à qual devemos dar toda a dedicação.

Obviamente que as questões de ordenamento do território são para nós fundamentais, essenciais e acabam por ter também consequências a esse nível. Poderemos discuti-las a todo e qualquer momento.

Como o Sr. Deputado Luís Rendeiro muito bem compreenderá, estas questões do ordenamento do território demoram o seu tempo a produzir efeitos.

É verdade que a Região, e penso que é unânime e compreensível, deu passos importantes e largos nos últimos anos nessa matéria, não só a Região como também as autarquias. Grande parte dos instrumentos do ordenamento do território e de gestão que temos atualmente foram desenvolvidos nas últimas décadas.

Obviamente que essas questões demoram o seu tempo a produzir efeitos, sobretudo se tivermos em conta que muitos dos problemas que temos de ordenamento do território são problemas que têm muitas vezes centenas de anos e tiveram a ver com a ocupação do solo ao longo de todo o processo de povoamento da nossa Região, que muitas vezes, e infelizmente, se fez junto às linhas de água, nos leitos de cheia e muitas vezes junto a falésias e arribas da nossa Região.

Obviamente que estas questões não se resolvem de um dia para o outro e é demagógico pensar e afirmar que se podem resolver.

Também gostaria de fazer aqui uma breve referência à questão das construções clandestinas, dos licenciamentos e das demolições.

Sr. Deputado, penso que sabe e reconhece que isto não são competências do Governo Regional. São competências das autarquias locais e que a elas é que compete todo o processo de licenciamento e de demolição de tudo o que seja construções clandestinas.

Em relação à sua apetência especial pelo concelho de Angra do Heroísmo,...

Deputado Luís Garcia (PSD): É natural! Ele é de Angra do Heroísmo, não sei se o senhor sabe!

O Orador: ... eu espero que isso não tenha nada a ver com nenhum calendário autárquico. Que sejam efetivamente preocupações genuínas, porque é isso que nos move aqui. Isso são questões muito sérias, que nos devem preocupar de forma genuína e unânime.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e restantes Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria afirmar e reforçar, perante esta Assembleia, o empenho e a atenção que o Governo Regional dedica a este problema que reputa de grande importância em todas as ilhas da nossa Região.

É com muita seriedade, com muito empenho, com muito rigor, que definimos a nossa atuação perante aquilo que é a limpeza das ribeiras e todos os problemas que com essa problemática estão relacionados.

As competências do Governo, conforme muito bem o Sr. Deputado Luís Silveira referiu, das autarquias e dos particulares estão perfeitamente definidas

em diplomas próprios e todos as conhecemos: a Direção Regional do Ambiente para as zonas não urbanas, os municípios para as zonas urbanas e a própria competência dos privados nas zonas de que são proprietários.

É por isso, dentro deste âmbito, que o Governo tem regulado a sua atuação em toda esta problemática, assumindo as suas responsabilidades naturalmente, e também cooperando com as juntas de freguesia, um pouco por toda a região, através de contratos que com elas estabelece e através do Programa “Eco Freguesias” que tão bons resultados tem trazido à nossa Região no que a esta problemática diz respeito.

As verbas que o Governo Regional tem afetado a estes trabalhos, conforme também tive oportunidade de referir na reunião em Comissão, têm crescido nos últimos três anos. Em 2011 era de 1,6 milhões de euros; passou, em 2012, para 1,7 milhões; no corrente ano, conforme certamente se recordam e foi aprovado recentemente nesta Assembleia, aquando da aprovação do Plano no nosso plenário de março, é de 2 milhões e 400 mil euros.

Portanto, tem sofrido algum incremento. Naturalmente, podemos sempre ter mais e melhor para podermos fazer mais e melhor.

É esta verba que dispomos e é com uma gestão correta desta verba, identificando as maiores prioridades, que o Governo desenvolverá a sua atuação.

O Governo fez também, conforme já foi aqui referido, no final do ano passado, um estudo detalhado, que está publicado no portal, relativamente à situação de todas as ribeiras da região. É uma base de trabalho para se definirem as intervenções nas zonas mais prioritárias de maior risco.

O Governo também tem a noção de que há fenómenos de natureza climática que, infelizmente, ocorreram nos últimos meses, fenómenos perfeitamente anormais, perfeitamente pontuais, de alta pluviosidade em um número de horas muito reduzido, que provocaram os prejuízos e os efeitos devastadores que, infelizmente, todos conhecemos e ocorreram na nossa Região no passado mês de fevereiro e março. Todos certamente temos em memória.

O que disse em Comissão, e volto aqui a repetir, é que estas circunstâncias não se deveram à falta de limpeza destas ribeiras, em concreto. Deveram-se, sim, nestas circunstâncias em particular, àquilo que foram as condições climatéricas completamente fora do comum, conforme também tivemos oportunidade de referir em Comissão e de avaliar os números da pluviosidade que ocorreram nestas curtas horas, que provocaram os danos, infelizmente até com perdas de vidas humanas.

O Governo não ficou de braços cruzados perante estas circunstâncias.

Respondendo diretamente àquilo que foram as insinuações do Sr. Deputado Luís Rendeiro, devo referir que relativamente às situações do Porto Judeu, e refiro-me concretamente à ribeira do Tapete e à Ribeira do Testo, estão neste momento, tal qual como também estão na Ribeira Seca, da Ribeira Grande, e na Ribeira do Vilão, em execução projetos para construção de bacias de retenção que são necessárias para resolver os problemas que aí aconteceram, projetos esses que também incluem o reperfilamento do leito das ribeiras e a instalação de algumas passagens hidráulicas, especialmente na Ribeira do Tapete, no Porto Judeu.

Na Ribeira do Testo, para além do projeto que está neste momento a ser executado, incidindo sobre zonas rurais, vai também incluir intervenções em zonas urbanas.

Estes projetos foram adjudicados. Estão a ser elaborados por empresas de construção civil, e serão entregues ao Governo, à Direção Regional do Ambiente especificamente, no final do mês de junho. Foram projetos elaborados em cerca de 40 dias. Portanto, foi o tempo de execução dos projetos e serão entregues no próximo mês de junho para, de imediato, se proceder às obras necessárias para repor a normalidade nestas ribeiras que eu acabei de referir.

Relativamente à cooperação com as juntas de freguesia, devo também referir, conforme também provavelmente saberão, que está neste momento em curso e foram aceites, cerca de 108 candidaturas de autarquias ao Programa “Eco Freguesias, Freguesia Limpa” - 2013.

Estas candidaturas vão ser apreciadas até ao final do mês de maio (portanto, nesta semana), por um júri local constituído, como é normal, por um representante da autarquia, por um representante de uma Organização Não Governamental e por um representante da Direção Regional do Ambiente, que farão uma avaliação, em cada uma das candidaturas, daquilo que é a situação habitual e das intervenções que são necessárias fazer no imediato. Naturalmente nesta fase do ano, todos reconhecemos que é o tempo próprio para desenvolver esses trabalhos.

Portanto, vão ter o seu desenvolvimento normal de acordo com aquilo que são as regras do Programa “Eco Freguesia, Freguesia Limpa” – 2013, que estará neste momento a ser devidamente implementado.

Uma referência ainda à Ribeira de Agualva, que também foi referenciada pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Devo dizer, pela informação que disponho, que a última fase da obra será entregue amanhã. Portanto, a obra está concluída.

É o que me cumpre informar nesta minha primeira intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para o PS a resolução de problemas, ónus da governação, leva o seu tempo. É a frase chave para nada fazer, adiar e sobretudo não pagar.

Quando se fala aqui das competências das câmaras *versus* competências do Governo, devo dizer que em todos os casos aqui referidos, quer as câmaras, quer o Governo, pertencem ao mesmo Partido Socialista e, quer em campanha, quer em ação, são os senhores que misturam as competências, as ações e as personalidades. Portanto, também é natural que em debate haja aqui algumas misturas.

Devo lembrar que no caso da Ribeira da Aqualva, e também na Freguesia das Quatro Ribeiras, a intervenção que foi feita, foi feita na zona urbana da freguesia e foi feita pelo Governo Regional.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): E a Bretanha? Sabe onde fica a Bretanha?

O Orador: Portanto, há aqui sobreposição e mistura de competências. Numas alturas o Governo sobrepõe-se e assume as obras; noutras alturas não se sobrepõe e não assume as obras.

Houve para aí, pelo que se consta, umas confusões acerca da empresa que era responsável pela execução da obra na Aqualva, que depois foi resolvida e corrigida para que entrasse na legalidade, por acaso.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): As eleições autárquicas de Angra do Heroísmo estão a fazer-lhe mal!

Deputado Domingos Cunha (PS): Fica-lhe muito feio, Sr. Deputado! É triste!

O Orador: Factos!

Os factos existem e têm intervenientes. Os intervenientes são responsáveis.

O PSD não tem problema nenhum em denunciar os responsáveis, enquanto o PS esconde-os. Não quer que se fale dos responsáveis, não quer que se fale das responsabilidades, não quer que se fale dos erros, nem dos nomes dos seus ex-secretários que agora procuram reformas douradas nas cadeiras das câmaras municipais dos Açores. Daí que os assuntos se misturem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E o que é uma Secretaria de Estado?

O Orador: No Porto Judeu, as pessoas não têm ainda acesso às suas habitações, em muitos dos casos.

Quando a preocupação do Sr. Secretário é com bacias de retenção (acho bem, acho correto, é importante!), em primeiro lugar, tem que vir a preocupação de servir as populações para que os habitantes possam ter acesso às suas habitações.

Devo relembrar ainda que muitos dos problemas que têm estado a acontecer nas nossas ribeiras também têm a ver com alterações a montante, com arroteias, com terraplanagens, com trabalhos em pastagens, com um conjunto de atividades que são também da responsabilidade, e carecem de licenciamento, da Secretaria Regional dos Recursos Naturais.

Portanto, mais uma vez é o Governo de V. Exas. que também tem mão nestes assuntos e tem o dever de trabalhar melhor para que as catástrofes não aconteçam.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que – não querendo de maneira nenhum cercear ou limitar a intervenção de cada uma das bancadas parlamentares e não vou fazer nenhum comentário sobre isso – aquilo que é importante, para quem nos está a ver e a ouvir, para o povo açoriano (para as açorianas e açorianos), é o reconhecimento da capacidade de nos unirmos à volta daquilo que é essencial, mais do que qualquer outra questão.

Julgo que esta iniciativa, que por acaso é do PCP mas poderia ser de outra bancada parlamentar qualquer, traz-nos um assunto que é nosso, com o qual estamos sujeitos, e é apenas um contributo para que se possa atuar ao nível da prevenção, de forma a minimizar os efeitos das condições em que estamos sujeitos pela nossa localização geográfica e pelas dinâmicas meteorológicas do Atlântico, etc., etc., para além de outras opções que foram sendo feitas pelo uso e ocupação do território.

Mas julgo que mais importante – e queria reforçar esta questão – do que outras questões, aquilo que para o PCP neste momento importa realçar é a capacidade que os representantes do povo açoriano têm em se unir naquilo que é importante para os Açores e para o povo dos Açores.

Para já ficava-me por aqui, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo esta minha intervenção por relevar um aspeto importantíssimo que o Sr. Deputado Aníbal Pires fez questão de sublinhar ao longo de todas as reuniões da Comissão em que discutimos esta pertinente proposta de resolução, é que esta sua iniciativa não era motivada pelos infelizes acontecimentos que assolaram a nossa Região no passado recente.

Este aspeto é muito importante, porque quando analisamos estas questões a quente, das duas, uma:

Ou não temos a frieza e o distanciamento necessário para ver os problemas como eles são e poder conceber da melhor forma a resposta que esses problemas demandam,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... ou facilmente caímos num discurso demagógico que, no caso do PSD, leva a culpar sempre, única e exclusivamente, o Governo Regional numa matéria que é seriíssima, mas que é uma matéria de responsabilidades partilhadas: Governo Regional, autarquias, que têm uma responsabilidade importantíssima, e os próprios cidadãos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então as autarquias que não têm ribeiras!...

O Orador: Qualquer visão, qualquer discurso que ignore esta repartição de responsabilidades e o contributo que cada um destes níveis tem que dar para resolver o problema, é uma visão e um discurso demagógico. É importante que esse aspeto fique aqui sublinhado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, é também demagógico ignorar o esforço que foi feito, em matéria de ordenamento do território, nos últimos anos e, sobretudo, nos anos da governação socialista.

Eu também não vou culpar os senhores, porque a verdade é que o ordenamento do território é muito recente na nossa história.

Os Planos de Ordenamento Municipal apareceram no ano de 1982 e a Lei de Bases de Instrumentos de Gestão só apareceu em 1998.

É preciso perceber que as coisas têm a sua evolução.

Aquilo que foi muito bem referido pelo Sr. Deputado Luís Maciel, quero sublinhar. Nós enfrentamos problemas de ordenamento do território que são seculares. É demagógico pretender que eles se resolvam de um momento para o outro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dezassete anos é um bocadinho de tempo! Não é secular, mas é uma década!

A Oradora: Sr. Deputado, há um contributo importantíssimo que o seu partido podia dar.

Eu lembro a resolução, aprovada por unanimidade nesta Assembleia, onde nós pretendíamos que a República colaborasse com a Região, cumprisse com o seu dever de solidariedade e ajudasse no pagamento dos 35 milhões dos danos desses infelizes eventos. Lembro também a proposta do PCP na Assembleia da República, também aprovada por unanimidade. Aí, sim, é que os senhores podiam dar um grande contributo...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não demos?! O que é que falta na palavra unanimidade?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Unanimidade para si significa o quê?

A Oradora: ... lembrando e intercedendo junto do vosso Governo da República para que cumpra o dever de solidariedade que tem para com a Região. Esse era o melhor contributo que os senhores podiam dar nesta matéria.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde a senhora quer ir!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS desculpa-se sempre.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Qual desculpa?!

O Orador: Isto é uma questão incontornável em qualquer debate: o PS desculpa-se sempre!

Ainda está para nascer o dia em que este Governo assuma um qualquer fracasso.

Não! Não há fracassos! Há sempre condicionantes, há sempre questões laterais, há sempre questões metafísicas, quase.

Temos uma governação socialista há quase dezassete anos.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Dada pelo povo açoriano!

O Orador: Está bem, mas são dezassete anos.

Em dezassete anos os senhores tiveram tempo e os senhores fizeram a transposição, porque a isso foram obrigados e bem, como seria qualquer outro governo, das mais diversas diretivas comunitárias que mudaram as nossas leis.

Tiveram também fundos quase ilimitados para o fazer, usaram-nos e gastaram-nos. Os resultados são os que se veem.

Os senhores são bons a legislar, mas são maus a planear.

Fazer muitas leis, não quer dizer que as leis sejam boas, que sejam aplicáveis e que resultem.

O que é facto é que o anterior Secretário do Ambiente foi capaz de produzir uma infinidade de leis – ...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Mas que fixação! Isto perto de eleições...

O Orador: ...já o tinha feito na educação, é um vício – impossíveis de cumprir. Sabe que, nomeadamente no caso do PEGRA, o PEGRA está entalado por prazos que o Secretário da época incluiu na programação e que chocaram com a realidade dos factos e do terreno.

Não me venha para aqui culpar o PSD com a legislação de 82 e com as questões do passado.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Mas não culpei PSD nenhum! O senhor não ouviu o que eu disse!

O Orador: Os problemas se existiam, os senhores já tiveram mais do que tempo, mais do que votos, mais do que maiorias absolutas, e mais do que confiança da população para os resolver, Sra. Deputada.

Se não resolveram foi porque não quiseram, ou não souberam, mas cada um dá o que pode.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): É! O senhor vai mudar as vilas, as freguesias! Se calhar até vai mudar o arquipélago!

O Orador: Sra. Deputada, eu percebo que este assunto a incomode. Eu percebo, porque a senhora até gosta do ambiente, é responsável e trabalhadora dentro da sua área sectorial, reconheço-lhe isso. Percebo isso tudo.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Eu não preciso dos seus elogios!

O Orador: Sei que não precisa dos meus elogios, também sei.

Mas a realidade dos factos é esta, é que o resultado do vosso trabalho é mau e isso os senhores não assumem.

O resultado do vosso trabalho e dos milhões da Europa e dos contribuintes é mau.

As ribeiras vêm por fora, vêm cada vez mais por fora. É mau!

Os senhores não trabalharam em ordenamento do território, não trabalharam bem na correção das linhas de água.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Isso é falso! É completamente falso!

O Orador: Não é falso. É a realidade.

As consequências estão aí, Sra. Deputada. Não negue as evidências.

Quanto às responsabilidades, têm responsáveis. Se os senhores não gostam que a gente os nomeie, estamos aqui exatamente para os nomear e apontar o dedo.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah, é! Isto agora é PIDE aqui?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de fazer aqui um pequeno esclarecimento, uma vez que a freguesia da Ribeirinha foi chamada ao assunto, apenas para esclarecer esta câmara.

A obra da Ribeira da Ribeirinha, quando foi iniciada, há época era Secretária do Ambiente a Sra. Ana Paula Marques e não o Sr. Prof. Álamo Meneses, para que fique bem claro.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Portanto, não era o Prof. Álamo Meneses que estava há época como Secretário.

Deputado Berto Messias (PS): Que fixação!

Será que os senhores têm alguma sondagem que dá vitória esmagadora ao Dr. Álamo Meneses?

Deputado Costa Pereira (PSD): Mas achas que as pessoas ligam ao que se diz aqui?

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Eu espero. Tenho tempo.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Sr. Deputado António Parreira, faça favor de continuar.

O Orador: Se me deixarem falar, eu falo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os apartes não devem interferir com o uso da palavra.

Sr. Deputado António Parreira, faça favor de continuar.

O Orador: Não sei se agora, por o Sr. Prof. Álamo Meneses ser candidato à Câmara de Angra se as pessoas já se preocupam com essa situação.

Há que chamar as coisas pelos seus nomes.

Quando se iniciou a obra da Ribeira da Ribeirinha, a obra foi iniciada, naquela época, pela Sra. Secretária Ana Paula Marques.

O Prof. Álamo quando chegou, a obra praticamente estava concluída.

Antes disso, antes da obra ser feita, foi realizado um estudo, foi feito um projeto e só depois executada a obra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Façam um estudo para a ribeira!

O Orador: Nós acreditamos nos técnicos e acredito que tudo tenham feito para que ficasse um bom trabalho.

Agora há aqui que reconhecer uma coisa, a Ribeira da Ribeirinha tem muitos constrangimentos como tem muitas outras.

A Ribeirinha fez este ano 445 anos. Tem casas em cima da ribeira, ao lado da ribeira, desde a nascença da Ribeirinha.

O que se fez na ribeira da Ribeirinha foi,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma pista de karting!

O Orador: ... no canal aberto, onde não existem quintais, nem casas por cima da ribeira, solidificar as paredes, os fundos, criar condições e pôr em segurança toda aquela zona.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No tempo que o senhor era do PSD!

O Orador: Agora temos a noção e a consciência do que existe do passado. Tudo o que está feito em cima da ribeira será sempre um perigo, como foi antes. Nada é garantido a 100%, mas melhorou-se e muito, criaram-se muitas melhores condições para as pessoas que ali vivem.

Relativamente ao parque, há um parque de diversão para as crianças, sim senhor mas não em cima da ribeira.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É dentro da ribeira!

O Orador: É num lugar seguro e junto à ribeira. Não é dentro da ribeira...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é no fundo da ribeira, mas é dentro da ribeira!

O Orador: ... como fez crer parecer o senhor.

Desculpe! É junto à ribeira, não é no fundo da ribeira.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É dentro da ribeira!

O Orador: Não é dentro da ribeira. O senhor é teimoso.

(Risos da câmara)

Fica com a sua teimosia.

Estou a esclarecer a câmara, não vou esclarecê-lo porque já vi que não vale a pena.

É importante esclarecer a câmara que o parque de diversão não é dentro da ribeira, não é no fundo da ribeira, é num acesso junto à ribeira.

Quem quiser verificar isso pode ver no *site* da Junta de Freguesia da Ribeirinha, que está lá bem demonstrado aquando da inauguração daquela obra.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Agora, a freguesia da Ribeirinha (e já aproveitando aqui outras situações) é uma freguesia típica na ilha e penso que até nos Açores. Para muita gente que a conhece, sabe que é verdade.

Na Ribeirinha temos muitos constrangimentos ao nível das suas acessibilidades e, como tal, no meu entender, é um dever das entidades competentes fazer o melhor para o bem-estar dos cidadãos.

É isso que tem sido feito.

Percebo que o Sr. Luís Rendeiro não tem gostado. Aliás, ele não gosta do meu trabalho...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nada!

O Orador: ... mas também não me preocupa. O que me preocupa é servir as pessoas e essas, sim, estão contentes com o meu trabalho e assim também devo estar contente.

Era só este esclarecimento.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então não batem umas palminhas?

Deputado Rogério Veiros (PS): Não precisa. A população da Ribeirinha há de aplaudir!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, já estava a estranhar a falta de comparência do Sr. Deputado António Toste Parreira neste debate, para falar na questão da Ribeira da Ribeirinha, porque a provocação foi propositada, como é óbvio.

O que o senhor tem ali é uma bomba de enxurradas.

Deputado José Ávila (PS): E o que é que tinha antes?

O Orador: O que o senhor construiu ali foi uma bomba relógio para enxurradas.

O que aquela obra significa é quase uma pista de canoagem.

O senhor reze (rezemos todos!) para que nunca haja ali uma tromba de água a sério. Nem o senhor tem a noção das consequências que podem ter as fitas que o senhor já ali cortou.

Deputado António Parreira (PS): Sr. Deputado, foi o que eu acabei de dizer aqui!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: A intervenção foi de uma irresponsabilidade imensa.

Deputado António Parreira (PS): Irresponsabilidade é o que diz aqui!

Presidente: Srs. Deputados...

Deputado António Parreira (PS): O senhor fala daquilo que não conhece e daquilo que não sabe!

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo. Faça favor de continuar, Sr. Deputado Luís Rendeiro.

O Orador: Agora que o Sr. Deputado António Toste já se acalmou, poderei continuar com certeza.

Quanto às acessibilidades da freguesia da Ribeirinha, de facto, a freguesia da Ribeirinha tem peculiaridades e uma orografia muito própria e tem problemas de acessibilidades, sim. Mas isso não foi impeditivo para que se gastasse horrores nas acessibilidades da também polémica escola, que também é de Álamo Meneses, o que também é estranho.

Hoje apetece-me misturar as coisas. Mas há coisas que só aconteceram na freguesia da Ribeirinha e isso também é digno de registo.

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Vou convidar o senhor a visitar a freguesia da Ribeira Seca, em São Jorge e levar os membros do PSD que têm responsabilidades pessoais. Convidava-o a ir lá ver!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, continuamos em debate. O Sr. Deputado António Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu prometo que é a última vez. Já não ouvi a parte final do Sr. Deputado Luís Rendeiro...

Deputado Luís Garcia (PSD): Estava a receber instruções!

O Orador: ... mas vou terminar da seguinte forma.

Vejo que o Sr. Deputado Luís Rendeiro está obcecado, quer pela Ribeirinha, quer por mim, António Toste. Agora, também pelo Prof. Álamo, candidato à Câmara de Angra.

O desafio que posso fazer ao senhor é candidatar-se à Junta de Freguesia da Ribeirinha. Era um prazer que tinha confrontar consigo esta luta.

Era com muito gosto que eu aceitava que o senhor se candidatasse à Junta de Freguesia da Ribeirinha para a gente medir as nossas forças.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Deputado José San-Bento (PS): Não arrisque, Sr. Deputado.

Deputado António Parreira (PS): Mude-se para lá!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Vamos passar à votação do Projeto de Resolução.

Deputado António Parreira (PS): Mude-se para lá! Eu sei que as dificuldades são muitas em arranjar um candidato na Ribeirinha à presidência!

Presidente: Sr. Deputado António Parreira, vamos proceder à votação. Agradecia agora algum silêncio.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para me congratular, reforçar e reiterar aquilo que há pouco disse, que é esta capacidade que os representantes do povo açoriano têm, em questões essenciais como esta para as nossas populações, em se unir, independentemente da sua matriz ideológica e da sua opção partidária.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com a nossa Ordem de Trabalhos: **Petição n.º 21/2012 – “Impactes ambiental, geológico, hidrológico do projeto viário em construção na ilha de São Miguel, em modelo de parceria público privado”**, apresentada por Maria Luísa Alves da Câmara Teves, na qualidade de 1.^a subscritora.

Para apresentação do relatório dou a palavra à Sra. Relatora da CAPAT.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIÇÃO DA PETIÇÃO N.º 21/2012 – IMPACTES AMBIENTAL, GEOLÓGICO, HIDROLÓGICO DO PROJETO VIÁRIO EM CONSTRUÇÃO NA ILHA DE S. MIGUEL, EM MODELO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 3 de maio de 2013, na delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição n.º 21/2012 – “Impactes ambiental, geológico, hidrológico do projeto viário em construção na ilha de S. Miguel, em modelo de parceria público-privada”.

A mencionada Petição, contendo 312 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 5 de julho de 2012, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

Capítulo II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas

a ambiente, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

1. APRECIÇÃO DA PETIÇÃO

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, admiti-la por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

b) Objeto da petição

Os peticionários pretendem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie “sobre a realização ou não de Estudo de Impacte Ambiental”, “se foram efetuados ou não estudos de caracterização geológica, hidrológica e hidráulica”, e, quanto ao enquadramento jurídico, contratual e administrativo, “como foi feita a avaliação das consequências da realização da obra (danos), nas propriedades de terceiros e confinantes com a mesma”, “sobre a forma de determinação de valores dos danos referidos”, “sobre quem é responsável pelo pagamento/compensação dos danos” e “sobre quem irá tutelar, arbitrar e compensar as questões decorrentes das consequências nefastas da realização da obra, nomeadamente receber reclamações, determinar valores, atribuir responsabilidades, distribuir e impor pagamento/compensação aos lesados”.

c) Diligências efetuadas

Admitida a Petição, a Comissão decidiu efetuar as seguintes diligências:

- i. Audição dos peticionários, na pessoa da primeira subscritora;
- ii. Audição do Secretário Regional do Turismo e Transportes;
- iii. Visita ao local.
- iv. Solicitação de pareceres às ONGA e associações com atividade em matéria de ambiente.

- v. Solicitação à Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo de cópia do relatório emitido pela Comissão Eventual para o Impacto da Construção das SCUT.

As diligências realizadas são sucintamente descritas abaixo, à exceção do relatório e parecer recebidos, os quais são juntos ao presente e dele fazem parte integrante.

i. AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

A Comissão procedeu à audição dos peticionários na pessoa da primeira subscritora, Senhora Maria Luísa Teves, na sua reunião de 21 de agosto de 2012.

O **Presidente da Comissão** saudou a participação dos cidadãos através do exercício do direito de petição, enquadrando a audição e pediu à Peticionária uma primeira intervenção sobre a motivação e fundamentos da iniciativa.

A **Peticionária** referiu que a iniciativa advém do esgotamento dos meios ao seu alcance sobre o assunto SCUTS, que se arrasta há cinco anos, sendo a situação grave, com estragos reais para muitas pessoas, muitas delas sem voz.

Referiu ter estado na Secretaria Regional e com Deputados dos vários partidos, há exceção do PP e do PPM e que dessas reuniões nada aconteceu a não ser uma visita ao local por parte do PSD. Considera que daqui resulta uma falta de confiança grave e que não sabe quem é o dono da obra porque o Governo encolhe-se perante a SCUT. Referiu que os estragos, os acessos às terras, as casas estragadas e as indemnizações estão por recuperar e que não consegue falar com ninguém pois as SCUT têm, na sua opinião, uma técnica apuradíssima para enganar as pessoas. Segundo informou, intentou uma ação em tribunal, que ganhou mas da qual a SCUT recorreu.

A Peticionária manifestou a sua preocupação com uma regueira pública, de 60 cm de largura e com muros de pedra. Com a construção da obra da SCUT, todos os regos de água foram destruídos e toda a água da Senhora da Paz foi conduzida para essa regueira.

Referiu que tem ido a rodadas as reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, a qual nomeou uma Comissão que fez o seu trabalho, mas ao qual faltam pareceres técnicos.

A Peticionária disse desconhecer estudos de impacto ambiental e que não houve discussão pública e questiona-se como agir perante um gigante, como é o caso das SCUT.

O Deputado **Jorge Macedo**, do **PSD**, disse que, como partido da oposição, ajudaram à denúncia pública e tiveram oportunidade de verificar, in loco, os estragos causados. Viram algumas dessas águas a serem canalizadas para o chão de caminhos agrícolas. Tratando-se de uma parceria público-privada, o Deputado considera que é uma situação de quase incredulidade, porque nunca se percebeu bem quem fiscalizava a obra por parte de quem ia pagar. O Deputado disse não saber, do ponto de vista jurídico, como é possível obrigar à correção da obra e considerou que a atuação do Governo regional foi, no caso presente, de incúria e negligência. Quanto à posição que o PSD assume perante as petições, considera que cabe à oposição causar o incómodo político que obrigue à resolução do problema.

O Deputado relevou a resiliência da Peticionária e considerou que, face ao ato eleitoral, faz todo o sentido aumentar o incómodo político.

A **Peticionária** informou que o Governo esteve no local e que foi alertado para o assunto, bem como os partidos políticos.

O **Presidente da Comissão** esclareceu que a petição deu entrada na Assembleia Legislativa no mês de julho de 2012.

O Deputado **Luís Silveira**, do **CDS/PP**, considerou que a legislação existente é muito clara sobre estas matérias, ao definir que as linhas de água, dentro dos aglomerados urbanos, são competência da Câmara Municipal, sendo competência da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar nos restantes casos. Para o Deputado, a situação tem que ser corrigida, independentemente de quem paga e cabe ao Governo ou ao município, consoante o caso, fazer cumprir a lei. Acrescentou que se nenhuma daquelas entidades o fizer, terá que ser o tribunal a agir, pois a ALRAA não pode impor o cumprimento da lei.

A **Peticionária** esclareceu que a regueira referida se situa no limite do perímetro urbano e que desemboca na Avenida da Europa.

O Deputado **Hernâni Jorge**, do **PS**, considerou que a petição tem dois objetos. Por um lado, se foram acautelados aspetos pré-contratuais essenciais. Por outro lado, responder a dúvidas legítimas, numa estrutura complexa de intervenientes. Trata-se de um aspeto que não pode ser escamoteado e que, independentemente da complexidade legal, há a responsabilidade política pelo que, no que respeita à Assembleia, não pode deixar de assumir essa responsabilidade política, compilar a informação adequada e responder aos cidadãos. Para o Deputado, a Assembleia tem que assumir o papel de provedoria do cidadão.

Para a Deputada **Zuraida Soares**, do **BE**, o problema apresentado pela peticionária é um problema público. Quanto à SCUT, considera que está em causa um contrato com cláusulas leoninas, donde decorre um problema, ainda que o Governo tenha compreensão para com a situação de particulares. Para a Deputada, o erro foi a assinatura do contrato da PPP e que esse facto não pode ser alterado. Com todo o respeito pelo problema exposto, a Deputada considera não poder comprometer-se com a solução, mas apenas com a denúncia de que a soberania governativa da região sucumbiu perante a SCUT.

A **Peticionária** manifestou o seu desapontamento perante a possibilidade de os Deputados nada poderem fazer perante a situação exposta.

A Deputada **Isabel Almeida Rodrigues**, do **PS**, esclareceu as funções da Assembleia Legislativa no quadro da separação de poderes.

O Deputado **Luís Silveira** falou das competências da Assembleia Legislativa e da sua capacidade de atuação, reiterando que a legislação é clara na matéria em causa e informou a Peticionária de que a Assembleia irá ouvir o membro do Governo competente.

ii. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO TURISMO E TRANSPORTES

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional do Turismo e Transportes na sua reunião de 10 de janeiro de 2013.

O **Presidente da Comissão** agradeceu a presença do governante e procedeu ao enquadramento da sua audição, no âmbito da apreciação da Petição.

O **Secretário Regional** manifestou o seu agrado em participar da reunião da Comissão. Referindo-se ao conteúdo da petição, designadamente à primeira questão colocada, afirmou que a componente ambiental não foi descurada e que foi cumprida toda a legislação aplicável, tendo sido efetuado estudo de impacte ambiental – EIA, para a maioria dos lances, como exceção daqueles que pelo tipo ou extensão estavam isentos, entre outros, a segunda circular a Ponta Delgada e a ER de Água d’Alto. O projeto foi aprovado e acompanhado pela Direção Regional do Ambiente, que é a entidade competente para emitir a declaração de impacte ambiental – DEA, conferir o RECAPE (relatório de conformidade ambiental do projeto de execução) e monitorizar no plano ambiental. Prosseguiu afirmando que a EUROSCUT elaborou todos os estudos, propôs medidas mitigadoras e fez monitorização dos impactes, tendo todos os procedimentos sido submetidos à Comissão de Acompanhamento.

Quanto à segunda questão colocada pela Petição, informou que, com exceção dos lances anteriormente referidos, todos os demais foram sujeitos a EIA, à emissão de DEA e a declaração de conformidade (exemplo dos lances 1.4, 1.5, 2.1, 3.1, 3.2). Todos os estudos de impacte ambiental foram realizados e aprovados antes da obra. Os estudos abrangeram áreas como a geologia, hidrologia, recursos hídricos, biodiversidade, planeamento e gestão do território.

No que se refere à terceira questão, informou que o enquadramento resulta das bases de concessão, do contrato celebrado com a concessionária, aprovado por Resolução do Governo, bem como do respetivo aditamento, o qual surgiu de necessidades ao nível técnico e de segurança. As alterações não implicaram a alteração do caso base, pelo que não deram origem a pagamentos adicionais. Segundo o governante, a concessionária é responsável por todos os danos e prejuízos causados a terceiros, por si ou por outras empresas, pela atividade da

concessionária, pelo que as questões têm que ser dirimidas entre a concessionária e os lesados, por acordo ou por via judicial.

O Deputado **Luís Rendeiro**, do **PSD**, quis saber se o Governo regional reconhece a existência de problemas, danos e risco e se a proteção de pessoas e bens é preocupação do Governo. Para o PSD, esta é uma luta de David contra Goliás e os peticionários precisam de um interlocutor que os proteja perante a concessionária. Para o Deputado, parece haver demissão, por parte do Governo, dos problemas que advieram da obra.

O Deputado **Luís Silveira**, do **CDS/PP**, agradeceu a presença do governante e considerou que houve inúmeros prejuízos decorrentes da obra em causa pelo que a questão que se coloca é se, para além de cumpridos os requisitos da lei, há erros da obra dos quais decorrem prejuízos e quis saber se, na qualidade de dono da obra, o Governo se sente alheio a esses problemas. Para o Deputado, está em causa a segurança das pessoas e questionou se o Governo entende que há prejuízos e se está disponível para resolver essas situações e os problemas de escoamento de águas que daí decorreram.

Respondendo às intervenções antecedentes, o **Secretário Regional do Turismo e Transportes** afirmou que, na relação com a concessionária, o Governo não abdicará da defesa dos interesses da Região e dos cidadãos perante a identificação de qualquer anomalia no âmbito da fiscalização e atuará em conformidade com o previsto, mas não atropelará a lei. O Governo tem a preocupação de que seja cumprido o que está no contrato e que se vá de encontro aos interesses dos açorianos e da Região.

O Deputado **Carlos Mendonça**, do **PS**, saudou o governante e informou que foi várias vezes contactado por cidadãos com preocupações suscitadas no âmbito da envolvente da obra e que, através de contactos com o Governo, foi possível resolver muitas dessas questões. O Deputado quis saber se o Secretário Regional garante que irá estar atento às preocupações das populações e alertar a concessionária em conformidade.

O Deputado **Luís Rendeiro** esclareceu que a questão sobre se o Governo reconhece os prejuízos visa estabelecer o ponto de partida correto e questionou

como é que o Governo defenderá os interesses dos cidadãos e se terá um diálogo permanente com a concessionária. Para o Deputado, é necessário evitar o arrastamento judicial destas situações e considerou que o Governo dispõe, como dono da obra, de várias formas de pressão.

O **Secretário Regional do Turismo e Transportes** afirmou que o empenho do Governo em identificar os problemas e resolve-los será reforçado. Quanto aos problemas identificados até agora, informou que o Governo Regional tem procurado, junto da concessionária e dos cidadãos, as soluções melhores e mais rápidas, mas que, quando não há acordo, a via a seguir é, necessariamente, a judicial.

O Deputado **Luís Silveira** considerou que a questão extravasa as normas e o caderno de encargos. Para o Deputado, para além de imputar responsabilidades às SCUT, que executaram, o Governo Regional é o dono da obra, que é paga pelos açorianos, pelo que perguntou ao Governante se admite erros que ilibam a concessionária, que executou o que foi adjudicado e, se tudo foi cumprido, como se vai resolver o que sejam erros do projeto e quem vai assumir essa responsabilidade.

Respondendo ao Deputado, o **Secretário Regional do Turismo e Transportes** considerou que eventuais erros de projeto e de dimensão da obra não podem ser imputados sem o devido estudo. Reiterou que o Governo Regional tudo fará para que as situações anómalas sejam resolvidas e a sua responsabilidade imputada a quem de direito.

Para o Deputado **Carlos Mendonça**, a obra tem elevada dimensão e o interesse público sobrepõe-se, muitas vezes, a alguns interesses privados. O Deputado quis saber se a obra poderia ter sido realizada, mesmo contrariando o EIA.

O Deputado **Anibal Pires**, do **PCP**, quis saber, em relação à situação concreta em análise, o que o Governo Regional já fez e o que pensa fazer para resolver o problema.

Para o **Secretário Regional do Turismo e Transportes** é evidente que se os estudos tivessem sido contrários a obra não teria sido realizada como foi, uma vez que esse facto é um pressuposto. Quanto à situação concreta, informou que

a mesma seguiu pela via judicial, que é um caminho. Entende que o Governo tem obrigação de intervir para evitar a via judicial, e é isso que tem sido feito, e levar a uma resolução que, de forma célere, vá de encontro às aspirações de todos.

Para o Deputado **Luís Rendeiro**, ou o projeto e a fiscalização são bons e surgiram problemas novos, o que pode acontecer, ou os problemas estão a montante da obra, pelo que, partindo do princípio de que o projeto e o EIA eram corretos e que estamos perante novos problemas, questionou se esses problemas caberão ao Governo Regional ou à concessionária e quis saber como se resolverão os danos, caso a solução judicial não ocorra em tempo útil.

O Deputado **Luís Silveira** considerou que a petição não se resume à questão da peticionária, antes afetando muitas pessoas.

O **Presidente da Comissão** lembrou que quando há recurso para os tribunais e necessário aguardar pelas respetivas decisões.

Comentando as intervenções anteriores, o **Secretário Regional do Turismo e Transportes** disse que as obras têm várias fases e garantia, no pressuposto de que podem surgir anomalias. Para o governante, os problemas identificados têm que ser resolvidos pelos meios adequados e o Governo não pode substituir nem atropelar a lei. Quando há um diferendo que legalmente tem que ser resolvido entre a concessionária e terceiros, o papel do Governo tem de ser facilitador e, se esse esforço falha, entra-se na fase judicial.

A Deputada **Isabel Almeida Rodrigues**, do PS, saudou a posição do Governo Regional nesta matéria, que considerou responsável e de salvaguarda do interesse da Região e dos cidadãos.

iii. VISITA AO LOCAL

A Comissão visitou o local objeto da Petição no passado dia 14 de março. A visita iniciou-se junto ao sumidouro a montante da Grota dos Novais e terminou junto à rotunda onde se localiza a captação da água a jusante da regueira em causa na petição.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* considera que a audição do Secretário Regional do Turismo e Transportes esclareceu o enquadramento contratual e os esforços do Governo Regional no sentido da salvaguarda do interesse público e dos direitos dos particulares, nomeadamente através da mediação entre aqueles e a concessionária, sem prejuízo das recomendações emitidas em sede de conclusões. O PS releva o facto de estarem em curso ações judiciais, intentadas por particulares contra a concessionária, sendo necessário aguardar pela decisão dos tribunais.

O *Grupo Parlamentar do PSD* regista, com preocupação, a conclusão expressa no Relatório da "Comissão Eventual para o Impacto da Construção das SCUT" da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, de 27 de abril de 2012, de que "sendo o dono da obra o Governo Regional dos Açores e apesar de estar clausulado com o empreiteiro a responsabilização do mesmo no ressarcimento dos danos causados e demais incidências verificadas, até então não tem usado verdadeiramente a sua força institucional como garante das populações, uma vez que está em causa o interesse público da segurança das populações, preservação do meio ambiente e prevenção de catástrofes" e reafirma que o então Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos deveria ter sido chamado à CAPAT para esclarecimento da acusação que assim lhe foi dirigida pelo Município de Vila Franca do Campo.

O *Grupo Parlamentar do CDS-PP* considera que ou o Governo Regional não elaborou um bom projeto, que culminou com estes prejuízos, ou a concessionária não o executou bem, não devendo ser os cidadãos a suportar os danos causados pela sua construção, pelo que deve ser o Governo Regional, enquanto dono da obra, através do contrato realizado entre ambas as partes, a

garantir o ressarcimento dos prejuízos causados às pessoas e, se necessário, rescindir o contrato, na intransigente defesa e segurança das populações.

A *Representação Parlamentar do PCP* conclui que há uma responsabilidade do Governo Regional que este não tem assumido. Constatou que há situações com prejuízos diretos e que, independentemente da questão correr nos tribunais, o Governo Regional não pode eximir-se das suas responsabilidades.

Capítulo V

CONCLUSÕES

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 21/2012, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. Os projetos de vias de transportes abrangidos pela Petição que, ao abrigo da legislação aplicável, foram sujeitos a procedimento de avaliação do impacto ambiental, estão identificados no Portal da Monitorização, Avaliação Ambiental e Licenciamento da Direção Regional do Ambiente, onde estão disponíveis documentos e informação relacionados com os mesmos.
2. Estando a decorrer ações judiciais intentadas contra a empresa construtora, e ao abrigo do princípio da separação de poderes, a Comissão entende que não deve pronunciar-se sobre as matérias em causa e que serão objeto de decisão judicial.
3. A Comissão recomenda que os recursos hídricos afetados pela construção das vias de transporte em causa sejam objeto de monitorização que atenda, designadamente, aos pontos de descarga de águas pluviais da estrada e às consequências dessa descarga para a segurança de pessoas e bens e que sejam adotadas as medidas que o resultado de tal monitorização recomende.
4. A Comissão considera que a falta de proteção em redor dos sumidouros constitui uma falta grave de segurança e recomenda que a mesma seja colmatada.

5. A Comissão recomenda ao Governo Regional, na qualidade de autoridade política e administrativa e de dono de obra, que diligencie no sentido de, com respeito pela lei e pelo contrato em vigor, ser salvaguardado o interesse público e os direitos dos cidadãos em tudo o que se relacione com decorrências ou efeitos daquela obra e do seu funcionamento.

6. Deste Relatório deverá ser dado conhecimento à primeira subscritora da Petição, ao Governo Regional dos Açores e à concessionária dos projetos em causa.

Considerando que a Petição foi subscrita por 312 cidadãos, a mesma deverá ser apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento.

Ponta Delgada, 3 de maio de 2013

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sra. Relatora.

Como sabem, cada partido dispõe de 10 minutos para intervir sobre esta petição.

Estão abertas as inscrições. Agradeço que se inscrevam.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que mais uma vez a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda saúda a iniciativa dos peticionários e peticionárias, assim como a sua atitude perseverante na defesa exemplar dos seus direitos, mesmo quando se sentem abandonados pelo Governo Regional e à mercê do poderio financeiro de uma empresa até agora intocável.

As preocupações evidenciadas nesta petição são sintomáticas do resultado do balanço entre custos e benefícios da construção em regime da parceria público-privada da SCUT de São Miguel e da forma displicente como se tem vindo a defender o interesse público.

Esta parceria público-privada obrigará a região a pagar, em média, uma renda anual de quase 40 milhões de euros até 2037, para que se poupe meia hora de viagem entre Ponta Delgada e o Nordeste na vã ilusão de que a atual crise económica possa ser resolvida ou atenuada por este desidrato.

Recentemente foram notícia os trabalhos a mais exigidos pela EUROSCUT à Região, o que resultará mais uma vez numa derrapagem orçamental que prejudicará o interesse público, com custos diretos para os próximos orçamentos e planos regionais.

Deputado Francisco César (PS): Não há derrapagem!

A Oradora: Oxalá que não!

Deputado Francisco César (PS): Não é oxalá. É que não pode haver derrapagens!

A Oradora: Os peticionários e as peticionárias são peões neste jogo do empurra, atirados da EUROSCUT para o Governo Regional e vice-versa, numa lógica de desgaste, para que desistam, uns da defesa dos seus interesses particulares, outros da defesa do interesse público.

Sim. Porque não se trata unicamente da defesa de interesses particulares, mas também da defesa de um clausulado contratual em que o Governo Regional, enquanto dono da obra, tem a responsabilidade de exigir o seu cumprimento por parte da EUROSCUT.

Não basta ao Governo Regional ficar de braços cruzados, enquanto assiste aos esforços dos cidadãos e das cidadãs nos tribunais para obrigar judicialmente a EUROSCUT a cumprir o que é devido, ou seja, as suas obrigações contratuais.

Mas toda esta situação em que os cidadãos demonstram maior pró-atividade do que o Governo Regional não é de estranhar, pois por parte de quem politicamente já nos habituou a estar do lado da parte mais forte, ou pelo menos a não estar claramente do lado da parte mais fraca.

Toda esta situação é também sintoma da ligeireza, para não lhe chamar incompetência, na conceptualização, fiscalização e acompanhamento das obras públicas, por parte do dono da obra, contribuindo dessa forma para erros e omissões e os respetivos trabalhos para os seus suprimentos, onerando o erário público.

O investimento público sai prejudicado e deturpado e em vez de servir os cidadãos e de contribuir para uma mais justa redistribuição da riqueza, serve para aumentar a desigualdade social.

O rigor e a transparência no investimento público são valores exigidos, mas infelizmente ainda distantes, na mesma medida na igualdade social e este é um caso paradigmático em que o Governo Regional lamenta o sucedido aos interessados e age como se não tivesse qualquer responsabilidade, da mesma forma como lamenta a desigualdade social, mas permanece passivo e impotente naquilo que considera ser uma infeliz fatalidade.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A petição sobre os “Impactes Ambiental, Geológico e Hidrológico do Projeto Viário em Construção na Ilha de São Miguel em modelo de parceria público-privado”, que deu entrada no Parlamento dos Açores em julho de 2012, constitui, antes de mais e acima de tudo, um exercício pleno de cidadania ativa que bem merece ser aqui não apenas saudado mas até incentivado.

Os cidadãos têm o direito de fazer valer os seus direitos – seja contra um governo regional que só assume as responsabilidades que lhe convêm, seja contra um consórcio externo que deu cabo das empresas internas de construção civil.

Por muito que pareça uma luta desigual, fica a consciência do dever cumprido no direito à indignação que a todos assiste.

Não estão aqui em causa aspetos discutíveis como a pertinência da obra, a oportunidade da execução, a adequação do investimento ou os compromissos futuros.

O que está aqui em causa é se a obra foi bem concebida e bem executada e, sobretudo, se o dono da obra salvaguardou e defendeu o interesse e a segurança das populações – como lhe competia – antes, durante e depois.

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor há de perguntar ao seu líder o que são as leis bases de adjudicação. É preciso entendê-las!

O Orador: A própria Petição – pela sua iniciativa, pelo seu teor e pelo seu propósito – já responde negativamente a esta questão.

Segundo o relatório da Comissão Parlamentar, consideram os peticionários que **“a situação é grave com estragos reais para muitas pessoas”** e que **“o governo encolhe-se perante a EUROSCUT”**.

Mas a contestação não é apenas – e isso já seria bastante – de um conjunto espontâneo de 312 cidadãos que deram a cara **“pelos que não têm voz”**.

A contestação é também da insuspeita Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, presidida pelo Dr. Ricardo Rodrigues, através de uma Comissão Eventual constituída por três deputados municipais do PS e um do PSD, que produziu a 27 de abril de 2012 um relatório suficientemente esclarecedor e que, de alguma forma, esteve na origem da presente Petição.

Na sua introdução, o Relatório explica que **“o propósito do documento é indicar o impacto que a construção das SCUT teve no Município, nomeadamente no que toca aos prejuízos e danos daí resultantes para os munícipes e às alterações aos cursos de água naturais e alteração morfológica do meio”**.

No seu desenvolvimento, o Relatório denuncia que **“os prejuízos com maior relevância do ponto de vista do interesse público estão identificados, grosso modo, na alteração de cursos de água naturais centenários, nas deficiências verificadas nos canais e processos de escoamento e receção de águas pluviais, na séria possibilidade de aluimento e deslizamento de terras em virtude da instabilidade de algumas parcelas devido à sua remoção e ao**

facto de algumas habitações apresentarem sério risco de ruir, fruto das trepidações contínuas e constantes”.

Na sua conclusão, o Relatório critica o empreiteiro por “**falta de vontade para resolução dos danos e prejuízos causados**” e acusa o Governo Regional dos Açores pelo facto de, “**sendo o dono da obra...**

Deputado Miguel Costa (PS): Não é dono da obra!

O Orador: ... e apesar de estar clausulado com o empreiteiro a sua responsabilização no ressarcimento dos danos causados, até então [neste caso, julho de 2012] **não tem usado verdadeiramente da sua força institucional como garante das populações, uma vez que está em causa o interesse público da segurança das populações”.** Fim de citação.

O dono da obra era e é, em abstrato, o Governo Regional dos Açores e,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah! Em abstrato!

O Orador: ... em concreto, o então Secretário José Contente.

Por isso o PSD propôs que o Secretário de então fosse chamado à Comissão Parlamentar para esclarecer as graves acusações de que foi alvo por parte da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, no âmbito da apreciação da presente Petição.

Mas o Partido Socialista impediu o Dr. José Contente de se defender.

Fica no ar a suspeita de que o Dr. José Contente não assumiu as suas responsabilidades em defesa das populações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E mesmo que tentasse justificar-se agora, se porventura aqui estivesse, não seria a mesma coisa.

Uma coisa é a intervenção de um atual Deputado em Plenário, outra coisa é a audição de um anterior Secretário em Comissão.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem não deve não teme.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem se põe em “bicos dos pés” para apanhar as luzes da ribalta, deve estar também à altura de assumir os problemas dos bastidores.

Deputados Joaquim Machado e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Fica assim subjacente o objeto da Petição.

De um lado, um grupo de cidadãos apartidários e uma assembleia municipal de maioria socialista acusam o governo de não defender as populações.

Do outro lado, o Secretário de então não tem cara de aparecer.

Dito de outra forma:

Quando foi chamado a defender os interesses dos micalenses perante a prepotência da EUROSCUT, o Governo dos Açores, pelos vistos, ficou do lado da EUROSCUT!

Estamos esclarecidos.

Deputados Joaquim Machado e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Que demagogia!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por saudar a iniciativa dos cidadãos que subscreveram esta petição, desde logo, porque denota a importância que tem a participação dos cidadãos na vida política e o facto de nos possibilitar olhar para alguns problemas que, por vezes, na nossa atividade quotidiana não lhes damos a devida atenção.

Relativamente à questão e ao objeto da Petição, o PCP considerou, é constante do relatório e comprovou-se, que existe responsabilidade do Governo Regional e que o Governo Regional não tem assumido as responsabilidades que tem em torno deste processo.

Aliás, a conclusão nº 5, que penso que o Deputado José Andrade citou integralmente (escuso-me de voltar a citar), é clara. É bom que se note que o relatório foi aprovado por unanimidade e estas conclusões também: impute ao Governo Regional não só a responsabilidade, mas também a necessidade de intervir, quando está em causa o prejuízo que os impactos negativos da obra prejudicam os cidadãos, independentemente dos cidadãos poderem recorrer por outras vias para a resolução do problema e serem ressarcidos dos prejuízos que lhe estão a ser causados.

Mas isso não inibe o Governo de poder – porque esta questão é da responsabilidade do Governo, porque o Governo pode intervir se as cláusulas contratuais não estiverem a ser devidamente cumpridas – e tem o dever de intervir junto da concessionária...

Deputado Miguel Costa (PS): E de que maneira!

O Orador: ... para que seja não só reposta a legalidade, mas para que os cidadãos que foram prejudicados sejam ressarcidos dos prejuízos que lhe foram causados e, sobretudo, de fazer as correções necessárias para que aquilo que está na origem dos prejuízos possa ser devidamente corrigido e não se volte a repetir.

Julgo que das conclusões do trabalho de análise desta Petição isto resulta claro. Portanto, é uma recomendação que está feita ao Governo Regional e que esperamos que seja devidamente cumprida pelo Governo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por felicitar estes cidadãos em trazer aqui este assunto, assunto este que já vem da anterior legislatura. Esta Petição, entrou na primeira Comissão, a 16 de julho de 2012.

Muito trabalho foi desenvolvido pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, já na anterior legislatura, e culminou hoje com esta discussão em plenário.

De facto, a bancada do Partido Socialista iliba-se de responsabilidades em relação a esta matéria.

Tenta-se ilibar de responsabilidades, porque foi a EUROSCUT que projetou, foi a EUROSCUT que construí, mas não foi a EUROSCUT que está a pagar.

Quem está a pagar é o Governo Regional dos Açores com o dinheiro dos impostos dos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Menos até do que se esperava!

O Orador: A única culpa que os senhores não têm é o facto de estarem aí sentados, porque foram os açorianos que, democraticamente, aí vos sentaram.

Hoje, já tive oportunidade de ouvir aqui o Sr. Deputado Francisco Coelho dizer que tem toda legitimidade de aí estarem (e têm!) porque os açorianos têm sabido interpretar bem as políticas dos Governos do Partido Socialista.

É uma verdade! E democraticamente os senhores estão eleitos.

Agora essa é a única culpa que neste processo os senhores não têm, porque em tudo o resto têm. Disso não se podem ilibar.

Os senhores não podem dizer: vamos analisar a situação e tudo vamos fazer para ajudar as pessoas”.

Tudo o que fazem é mediar até às suas possibilidades o problema, de pessoa a pessoa, e quando não conseguem, a pessoa, das duas, uma: ou fica lesada ou recorre aos tribunais por conta própria. O Governo Regional retira-se até por, em boa verdade, o próprio Governo Regional e a EUROSCUT já têm processos em tribunal entre si.

Deputado Miguel Costa (PS): Chama-se Tribunal Arbitral!

O Orador: Ou seja, o desentendimento é tão grande que até o próprio Governo e a EUROSCUT já não se entendem e já têm divergências que já culminam em processos de tribunal.

A verdade é que quando o Governo Regional, dono da obra e é que paga a obra,...

Deputado Francisco César (PS): A ignorância é triste!

O Orador: ... não se entende com a EUROSCUT e recorre a tribunal, como é que esse Governo e essa bancada vão defender as pessoas? É com essa política. Isto não é ignorância, Sr. Deputado. O senhor sabe, porque o senhor era Diretor Regional...

Deputado Miguel Costa (PS): Sei!

O Orador: ... à altura e tem responsabilidades na matéria.

Deputado Francisco César (PS): Não só tem responsabilidades como tem orgulho!

O Orador: O senhor sabe que decorre um processo em tribunal.

Deputado Miguel Costa (PS): Tribunal Arbitral!

Deputado Francisco César (PS): O senhor sabe o é que está a dizer?

O Orador: O senhor próprio e a Comissão de Assuntos Parlamentares já autorizaram a sua ida a tribunal para depor em relação a essa matéria. Portanto, não me venham aqui tentar dizer que afinal não existe nada em tribunal. Existe! Existe sim senhor.

Deputado Francisco César (PS): O senhor sabe o que está a dizer?

O Orador: Existe diferendos no tribunal entre a EUROSCUT e entre o Governo Regional dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): O senhor sabe o que está a dizer?

O Orador: Sei sim senhor.

Deputado Francisco César (PS): Até parece que não sabe!

O Orador: Tenho plena consciência do que estou a dizer e assumo o que estou a dizer. Sei que incomoda os Srs. Deputados, mas sei o que estou a dizer.

Deputado Francisco César (PS): Não! É porque o senhor não sabe o que está a dizer! O senhor não estudou nada!

O Orador: Centrando-me na petição, aquilo que disse o Sr. Secretário atual da tutela, no âmbito da Comissão, foi que o projeto, dada a dimensão da obra, não pode ser imputado à EUROSCUT sem um devido estudo; que se calhar há aqui problemas, mas o Governo tem que estudar se há ou se não há e a quem é que

são imputadas as responsabilidades. É isso que diz o Sr. Secretário da tutela atualmente e está no relatório.

O próprio Governo Regional assume que há problemas, mas tem que estudar esses problemas para ver a quem é que eles são imputados. Enquanto isso os anos vão passando e as pessoas continuam a ser lesadas.

Já aqui foi referenciado o trabalho muito bem feito da Assembleia Municipal de Vila Franca. Acho que aqui ninguém põe em causa, muito menos a bancada do Partido Socialista e do Governo, a veracidade deste trabalho.

O que eles dizem no ponto 3 das conclusões deste relatório é que está clausulada *“com o empreiteiro a responsabilização do mesmo no ressarcimento dos danos causados e demais incidências verificadas, até então não tem usado verdadeiramente a sua força institucional [o Governo] como garante das populações e até mesmo abrindo mão da sua posição contratual como se lhe exigiria uma vez que está em causa o interesse público da segurança das populações”*. É isso que diz o trabalho da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo.

Parece-me que os senhores aqui não têm nenhuma legitimidade para pôr em causa a veracidade deste trabalho.

Deputado Francisco César (PS): Bem que o senhor se esforça, mas não chega lá!

O Orador: Eu não preciso esforçar-me, Sr. Deputado, porque esta é a verdade.

Deputado Francisco César (PS): O problema é que não é!

O Orador: Mas então o senhor não está a dizer que sou eu que estou a faltar à verdade.

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: Sabe por quê? Porque o senhor está a dizer que estes peticionários, estas pessoas que estão lesadas e estas pessoas que têm recorrido aos tribunais em última instância, não falam verdade. É isso que os senhores estão aí a dizer. Quando os senhores felicitam os peticionários pelo direito de petição e depois dizem que eles não falam verdade, estamos entendidos, Srs. Deputados.

De facto, fica-vos mal. Quando corre bem, se corta a fita e vai-se de autocarro na SCUT, tudo corre muito bem!

Quando os problemas surgem, o Governo Regional não tem responsabilidade nenhuma na matéria.

Deputado Miguel Costa (PS): Não vale a pena tentar explicar, porque o senhor não percebe!

O Orador: As populações que se desenrasquem da forma que puderem. Se tiverem dinheiro para recorrer a tribunal que recorram e se não tiverem que fiquem com os prejuízos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional e o Partido Socialista não fogem às suas responsabilidades.

A verdade é que o Governo tem acionado todos os meios ao seu dispor para que os problemas surgidos no decorrer e após a obra sejam resolvidos.

Por isso mesmo é que decorrem diversas diligências ao nível, por exemplo, do Tribunal Arbitral.

Uma obra da dimensão da SCUT, necessária e infelizmente, acarreta condicionalismos e dificuldades inevitáveis causando prejuízos imprevisíveis.

Ora se, por um lado, os transtornos e contratemplos que afetam alguns particulares não podem pôr em causa o bem e o interesse comum, por outro, esses prejuízos devem ser obrigatoriamente reparados.

Como decorre, aliás, do próprio contrato de concessão, todos os prejuízos causados a terceiros e pormenores da obra que não garantam as condições de segurança necessárias e habituais em obras deste tipo, desta natureza, são da responsabilidade e devem ser integralmente assumidos e reparados pela concessionária.

Convém aqui precisar que o Governo não é o dono da obra, nem a fiscaliza, como acontece em todas as concessões rodoviárias.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Governo não tem nada a ver com isso?

O Orador: A EUROSCUT Açores é, sim, o dono da obra tendo celebrado contrato de empreitada com um agrupamento de empresas liderado pela Ferrovia Agroman.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor diz que o Governo não tem nada a ver com isso!

O Orador: O Governo fiscaliza, sim, o cumprimento do contrato estabelecido com a concessionária. Tem fiscalizado e tem levantado todos esses problemas. Importa aqui reforçar que a grandeza e a qualidade desta obra, que é inegável, não justificam a não assunção de eventuais prejuízos e sua reparação por parte da concessionária.

Por isso o Governo dos Açores tem acionado todos os mecanismos contractuais previstos no contrato de concessão.

Também por isso o Governo, através dos seus vários serviços, nomeadamente do ambiente, acompanha todo o desenrolar desta obra. Os problemas que foram aqui levantados e outros, estão todos sinalizados; alguns, convém aqui frisar, reparados e noutros casos decorrem as ações necessárias para garantir a sua reparação ou melhoria.

Para além destes casos surgidos no decorrer da obra com a sua conclusão, houve casos que se mantiveram, outros agravaram-se e houve outros que surgiram.

Para além dos factos já sinalizados pelo concedente, foram notificados à concessionária vários outros casos que foram surgindo para imediata reparação.

Em todo este processo o Governo tem seguido atentamente as situações verificadas, nomeadamente algumas que aqui foram já referidas e que afetam a segurança das populações.

Conforme foi assegurado pelos responsáveis governamentais ouvidos em Comissão, tudo o que estava contratualmente previsto foi e continuará a ser assegurado integralmente, como não podia deixar de ser.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições, por isso encerramentos, assim, o ponto 10 da nossa Agenda.

Peço aos líderes e ao Sr. Subsecretário Rodrigo Oliveira o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, a Conferência de Líderes deliberou alterar a nossa ordem de trabalhos, de forma a discutirmos de seguida, não o ponto 11 da nossa Agenda, mas sim os pontos 13 e 14 da Agenda da Reunião.

Informo também que foi deliberado na Conferência de Líderes não se fazer o habitual intervalo da tarde, encerrando assim os trabalhos mais cedo e serão encerrados depois da discussão destes dois pontos.

Sendo assim, e terminada que está a discussão sobre a Petição, vamos avançar para o ponto 13 da Agenda de Trabalho, com a **Proposta de Resolução n.º 2/X – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013”**, apresentada pela Mesa da Assembleia.

Este Orçamento Suplementar refere-se à inclusão do saldo que foi apurado no final do ano económico 2012, e que será integrado no Orçamento para 2013.

Este saldo vai ser incorporado, na sua maioria, nas rúbricas de conservação de bens, uma vez que já na anterior legislatura era nessa rúbrica que este valor estava considerado e integrado e que, por motivos de várias ordens, não puderam ser realizadas.

Está feita a explicação.

Este documento foi distribuído a todas as Sras. e Srs. Deputados, pelo que coloco à discussão esta Proposta de Resolução.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O ponto 14 da Agenda da Reunião refere-se à **autorização para prestação de depoimento judicial, na qualidade de testemunha, do Deputado Lizuarte Manuel Machado, no âmbito do processo n.º 122/12.5TBSRQ-A.**

O relatório da CAPAT foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados, sendo do conhecimento de todos, pelo que não havendo inscrições para o debate, vamos passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Estão assim encerrados os trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 18 horas e 35 minutos

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José António Vieira da Silva **Contente**

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

